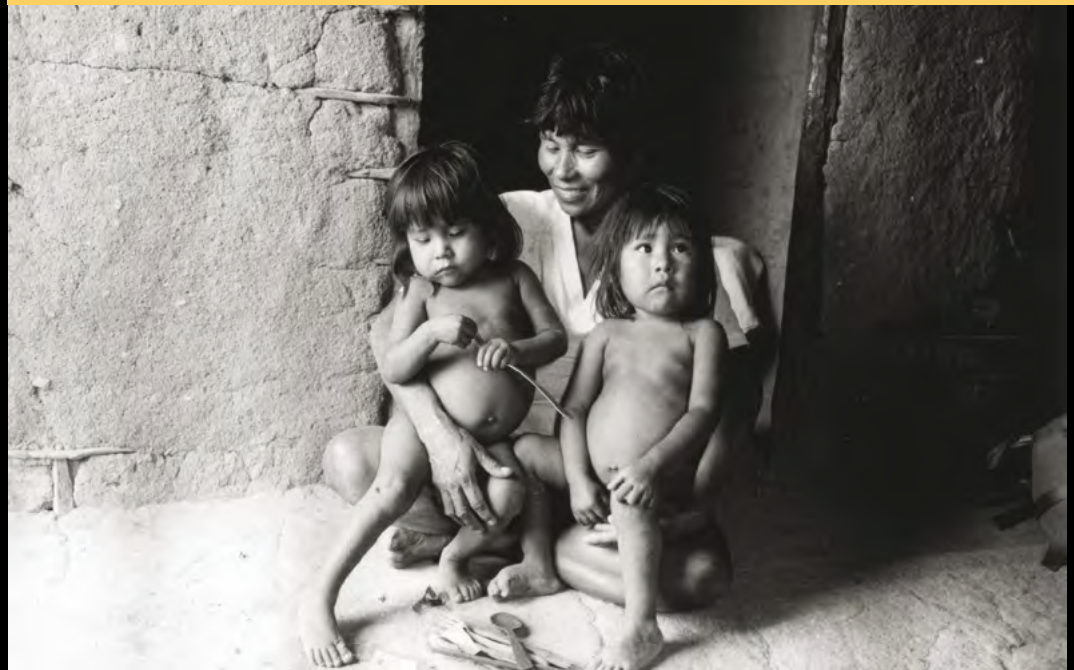




Os Pataxó e o Monte Pascoal



Monte Pascoal, Bahia. (Victor Andrade, 1998)

Pataxó. (Roberto Linsker, 1997)

Razão indigenista e razão conservacionista desafiadas no sul da Bahia

Fernando (Fedola) L. B. Vianna*

O cenário do capítulo que se inicia é caro à consciência nacional: a chamada Costa do Descobrimento, no extremo-sul da Bahia, local dos primeiros encontros entre colonizadores portugueses e nativos da América; ali – assim aprendemos a pensar os brasileiros –, começamos a construir-nos como país.

Espacializada nessa região de tanta importância simbólica para a história do Brasil, a situação apresentada nas próximas páginas é a da atual coexistência entre, de um lado, índios Pataxó em luta por terras e melhores condições de vida e, de outro, duas UCs de Proteção Integral que abrigam alguns dos mais valiosos fragmentos florestais da combalida Mata Atlântica brasileira: o Parque Nacional do Descobrimento (PND), criados às vésperas das comemorações dos 500 anos e o Parque Nacional Monte Pascoal (PNMP), que, de existência mais antiga e controversa que o primeiro, imbrica-se na história Pataxó recente com maior destaque do que aquele.

Os artigos autorais, depoimentos indígenas, fotos, mapas e reprodução de notícias de jornal que o leitor encontra a seguir tratam, em suma, tanto de uma gente para quem a insistência na implementação de UCs de Proteção Integral na região em que vive pode ser um estorvo – na medida em que implica limitações ao exercício de seu usufruto da terra –, como de frágeis reservatórios de vida natural e beleza cênica que, é possível denunciar, estariam indevidamente invadidos e impactados pela ação humana. Não há dúvida, assim, de que o retrato a seguir exibido é de aparente conflito socioambiental: de que lado posicionar-se, dos direitos indígenas ou da proteção da biodiversidade? A conciliação é possível?

Por detrás do dilema, entretanto, um olhar mais atento é capaz de encontrar outra coisa como “pano de fundo” do capítulo: umas tantas mazelas que marcam a formação brasileira, tais como concentração brutal da posse da terra, desigualdade social e opressão dos setores despossuídos, desarticulação de políticas governamentais setoriais e precariedade do aparato jurídico-institucional que regula as temáticas ambiental e indígena – em si sós e nas interfaces entre ambas.

Com efeito, as notícias de jornais a respeito dos Pataxó ao longo das últimas décadas, assim como os

relatos e análises de pesquisadores da sua realidade, ajudam a verificar que o histórico de tensa relação com o órgão governamental responsável pela gestão do PNMP – IBDF, seguido pelo Ibama – e a recente ocupação do PND fazem parte de um quadro mais amplo. Nele vêm se somar espoliação territorial, tensão, também, com fazendeiros e jagunços da região, convívio nem sempre fácil com setores de movimentos de sem-terra, aumento do fluxo turístico regional e da demanda por artesanato de madeira, e, sobretudo, uma persistente indefinição quanto à revisão dos limites da TI Barra Velha, de responsabilidade – administrativamente falando, considerado o vigente ordenamento jurídico-institucional brasileiro – da Funai.

Os Pataxó e o Monte Pascoal

O PNMP foi oficialmente criado em 1961, com 22.500 ha de extensão (Decreto nº 242, de 29/11). Tratou-se do momento culminante de um processo que remonta, entretanto, a 1939 e 1940, quando o governo federal nomeou uma comissão para reconstituir o local e as condições precisas em que se deu o “Descobrimento” do Brasil (Maia & Timmers, s/d; Grunewald, 2001: 119-120). Resultou daí o Parque Monumento Nacional Monte Pascoal, criado pelo governo estadual da Bahia em 1943 (Decreto nº 12.729, de 19/04) e que, embora tenha chegado a ser demarcado, nunca foi de fato implantado – documentos do próprio órgão ambiental do governo federal mencionam, por exemplo, o fato de toda sua parte oeste ter sido invadida por plantios de café e cacau na década de 1950 (IBDF, 1979 e Ibama, 1995 *apud* Maia & Timmers, s/d).

Finque-se o “marco zero” de criação do PNMP em 1939, 1943 ou 1961, fato é que já se encontravam índios Pataxó na região antes dele. Pois, apesar das incertezas que cercam a mais remota história Pataxó – como é comum quando se trata de povos indígenas –, alguns de seus capítulos mais recentes parecem não acarretar

* Antropólogo e pesquisador do Programa Monitoramento de Áreas Protegidas/Povos Indígenas do ISA, até 2004. Atualmente assessor de políticas públicas da GTZ junto aos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas/MMA.

dúvidas ou dissensos interpretativos entre os estudiosos da matéria.⁽¹⁾

Em primeiro lugar, os Pataxó atuais não descendem prevalentemente dos índios “do desembarque de Cabral”, da primeira missa e da carta de Caminha, os quais eram Tupiniquim aldeados na região costeira. Descendem, porém, de variados grupos afiliados ao tronco lingüístico Macro-Jê, que, à época do início da colonização portuguesa, viviam em bandos dispersos mais para o interior, praticando freqüentes incursões belicosas às áreas de domínio tupiniquim. Em segundo lugar, depois de praticamente exterminados os Tupiniquim, há registros de que os Pataxó exerciam, já no início do século XIX, o domínio territorial de todo o extremo-sul da Bahia, compartilhando-o com alguns grupos Maxakali. E por último, a população indígena que, em 1861, por um ato de aldeamento compulsório ordenado pelo governo provincial da Bahia, deu origem à localidade de Barra Velha – situada nas proximidades do Monte Pascoal e chamada pelos próprios Pataxó contemporâneos de “aldeia-mãe” – foi um compósito de variados grupos étnicos e lingüísticos da época, incluídos os próprios Pataxó, os já mencionados Tupiniquim e Maxakali, além de Botocudo, Kamakã, entre outros.

Somados, esses pontos devem levar ao reconhecimento de que o PNMP foi criado sobre território habitado por índios – não índios que satisfaçam nossas costureiras imagens de “pureza” e “autenticidade”, mas que já vinham sofrendo efeitos específicos do processo de colonização, como dizimação, dispersão e aglutinação de diferentes grupos. A quem se lembre de perguntar por que, então, os índios que têm vivido em Barra Velha e adjacências desde 1861 chamam-se precisamente Pataxó (e não, por exemplo, Maxacali, Tupiniquim ou Botocudo), pode-se responder que, provavelmente, pela soma de dois motivos: os Pataxó teriam sido o maior contingente dentre todos os ali reunidos; Barra Velha situa-se em território que seria tradicionalmente reconhecido, na própria região, como Pataxó (Sampaio, 2000). E, de uma certa perspectiva, pode-se mesmo dizer que os Pataxó de que aqui se trata são um grupo étnico que *se formou* a partir da constituição do aldeamento de Barra Velha (Grünwald, 2002).

Retornando aos anos que antecederam à criação oficial do PNMP, deparamo-nos com um evento marcante na histórica recente Pataxó, ao qual a bibliografia pertinente, com base em consultas a material de imprensa e na memória social indígena, faz recorrentes alusões: estando em luta pela terra, os Pataxó teriam sido estimulados por pessoas de fora a saquear propriedades vizinhas não-indígenas, ao que a polícia regional, em 1951, teria reagido com grande violência. Lembrado

entre os Pataxó, ainda hoje, como “o fogo de 51”, esse episódio gerou um movimento de dispersão da população da “aldeia-mãe” pela região, dando início ao processo de fundação de novas aldeias a partir do desdobramento de Barra Velha.

Em abril de 1959, a IV Inspetoria Regional da Bahia aventou a doação da área do Parque Monumento à União, para criação de um Parque Nacional. A idéia, entretanto, excluía da doação as porções já ocupadas por fazendas, “(...) por demais valorizadas para serem indenizadas (...)” (IBDF, 1979 *apud* Maia & Timmers, s/d), o que reduzia a área original a menos da sua metade. Os Pataxó, por sua vez, quando da efetiva criação do PNMP dois anos depois, foram caracterizados como “posseiros” que se encontravam dentro dos limites da nova modalidade territorial, tendo recebido indenizações irrisórias e sido retirados à força da área (Ibama, 1995 *apud* Maia & Timmers, s/d). Foi-lhes permitido ficar apenas numa área de 210 ha em torno da aldeia de Barra Velha.

Desde então, o movimento dos Pataxó de Barra Velha decidiu a continuar vivendo dos recursos naturais e das roças que mantinham na área que passou a ser do PNMP entrou em choque com os guardas do antigo IBDF e, posteriormente, com as administrações do Ibama na região. Paulatinamente, a criação do Parque foi levando a novos fluxos emigrantes da “aldeia-mãe”, com a saída de pessoas em busca de alternativas econômicas, seja para engajar-se como mão-de-obra nas crescentes atividades regionais de extração madeireira e de exploração turística, seja para constituir ou adensar novas aldeias que foram se formando (Sampaio, 2000).

Em 1980, o quadro de conflito entre IBDF e os índios viria a ser objeto de uma tentativa de reversão que só pode ser caracterizada como paliativa. IBDF e Funai, em lugar de tentar construir uma racionalidade administrativa comum entre si, atuaram mais como “negociantes”. Cada parte parece ter cedido um pouco “de seu lado”: o IBDF abriu mão em favor dos Pataxó de uma faixa correspondente a cerca de um terço da extensão do PNMP oficializada em seu Decreto de instituição; de sua parte, a Funai renunciou à sua atribuição de responder ao pleito territorial Pataxó com base em estudos adequados de identificação da TI. Seguiu-se que, em 1991, a TI Barra Velha acabou homologada com o único e questionável lastro administrativo de tal acordo: com os 8.627 ha que o IBDF havia “concedido” ao uso Pataxó em 1980. Constituído desde 1999 pela Funai, há um Grupo de Trabalho (GT) destinado a rever os limites

¹ Ver, por exemplo, Carvalho (1977); Agostinho (1980 e 1981); Oliveira (1985); Dantas, Sampaio & Carvalho (1992); Sampaio (2000); Grünwald (2001: 81-112 e 115-121); Maia & Timmers (s/d).

da TI em questão; até o momento em que se escrevem estas linhas (agosto/ 2004), entretanto, o correspondente relatório conclusivo não chegou a termo.

O aludido GT foi criado em 18 de agosto de 1999. Um dia depois, representantes de várias aldeias pataxó ocuparam a sede administrativa do PNMP, externando o propósito de assumirem eles próprios a gestão da UC. Desde então, o Ibama, com o apoio de outras instituições, vem tentando envolver os Pataxó do entorno mais imediato do Monte Pascoal numa proposta de “gestão ambiental participativa” (“co-gestão” ou, ainda, “gestão compartilhada”) do conjunto Monte Pascoal (o Parque Nacional) e terras utilizadas pelos índios para suas atividades cotidianas. Os Pataxó aí implicados são estimados em cerca de 5 mil pessoas, distribuindo-se por dez aldeias: Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Guaxuma, Corumbauzinho, Águas Belas, Trevo do Parque, Pé do Monte, Aldeia Nova e Craveiro (Maia & Timmers, s/d).

Deve-se notar, contudo, que o significado de tal proposta de gestão está longe de ser unívoco, podendo variar conforme o entendimento que se tenha do quadro territorial a que ela se refere:

	TI Barra Velha (8.627 ha) (Homologação de 1991)	TI Barra Velha com limites em reestudo (GT de 1999)
PNMP (22.500 ha) (Decreto de 1961)	Gestão de uma sobreposição parcial UC/TI	Alternativa pragmática para uma situação conflitiva e indefinida
PNMP (13.873 ha) (acordo IBDF/Funai de 1980)	Gestão integrada da UC e da TI limítrofe conflitiva e	Alternativa pragmática para uma situação indefinida
PNMP não deve existir (criação abusiva em relação aos direitos territoriais Pataxó)	Interferência indevida no reconhecimento de erros administrativos anteriores	Interferência indevida num procedimento administrativo em andamento

A tabela acima é, evidentemente, uma simplificação da situação. Destaque-se, em especial, que a população Pataxó há pouco mencionada não está inteiramente restrita à TI Barra Velha, e o próprio fato de existirem aldeias fora dela que se incluem na proposta de gestão compartilhada – e, possivelmente, também no processo de revisão territorial a cargo do GT da Funai – é uma manifestação de todo o imbróglgio aqui considerado.⁽²⁾

Discursos em vários planos

Percorrendo o conteúdo do capítulo, o leitor terá a oportunidade de conferir posicionamentos variados sobre a situação que envolve o relacionamento dos Pataxó com os Parques Nacionais do extremo-sul da Bahia – variados não só em sua forma e substância mas, também, no plano em que se articulam.

Diretamente envolvido na proposta de co-gestão do PNMP, atuando junto às aldeias do entorno do Monte Pascoal, o biólogo Jean-François Timmers faz uma análise da relação entre conservação da biodiversidade da região e dinâmica sociocultural Pataxó, que procura levar em conta tanto as variáveis humanas como ecológicas. Seu horizonte último, entretanto, parece menos teórico-normativo do que imerso nos imperativos da prática: as realidades da devastação dos ecossistemas e da deterioração das condições de vida Pataxó estão em curso, é preciso agir! Trata, então, de oferecer à nossa leitura o conjunto de reflexões e avaliações que sua formação profissional, seu abrangente e diversificado rol de leituras, assim como seus cinco anos de contato direto com a realidade Pataxó encarregaram-se de forjar.

A antropóloga Sheila Brasileiro, perita do Ministério Público Federal na Bahia, por sua vez, traz uma contribuição que se situa, sobretudo, no plano da crítica da administração pública brasileira e, mais especificamente, dos processos de demarcação da TI Barra Velha, de criação do PNMP e do Termo de Cooperação Técnica que, envolvendo Ibama, Funai e os ministérios do Meio Ambiente e Justiça, ofereceria o respaldo para a condução da referida co-gestão do Parque. A autora aponta as irregularidades desses processos e denuncia que a co-gestão seria uma maneira de o Estado tergiversar no cumprimento de uma sua obrigação: proceder à adequada revisão dos limites da TI Barra Velha.

² Dentre as aldeias acima arroladas, apenas Barra Velha, Boca da Mata e Meio da Mata situam-se no interior da atual TI Barra Velha. Águas Belas e Corumbauzinho estão em duas outras TIs, cada qual de nome idêntico ao da respectiva aldeia, próximas ao limite sul do PNMP: a TI Águas Belas foi homologada em 1998, com 1.189 ha, e a TI Corumbauzinho, que motivou uma Portaria de Restrição de Uso/ Funai, de 1999, relativa a 1.145 ha, está em processo de identificação atrelado à revisão dos limites de Barra Velha. Essa revisão deve igualmente considerar as situações das demais aldeias: Craveiro, também ao sul da UC em questão mas mais para a costa; Guaxuma, a noroeste do Parque, à beira da principal rodovia da região (BR-101) e próxima a uma Igreja evangélica; Trevo do Parque, núcleo residencial instalado em 1 ha doado por um fazendeiro e cercado por arame fapado que, como indica seu nome, se situa bem no entroncamento da BR-101 com a estrada de acesso ao PNMP (BR-498), a oeste deste. Aldeia Nova e Pé do Monte, por fim, estão nas imediações diretas do Monte Pascoal, mas ainda fora dos limites oeste da UC – a segunda está praticamente junto à guarita que controla o ingresso na área. (Sampaio, 2000; dados do Banco de Terras/ ISA; Maia & Timmers, s/d e observação direta - julho/ 2002).

Mais próximos de Timmers, e do plano pragmático da política, estão Renato Paes da Cunha e Maíza Ferreira de Andrade, da organização não-governamental Gambá, que atua no campo ambientalista baiano. Para a dupla, que relata brevemente debates e processos afetos à temática das sobreposições entre UCs e TIs no Brasil, bem como ao caso Monte Pascoal em específico, a solução passa por superar a polêmica centrada nessas duas categorias territoriais e por viabilizar, de fato, a gestão ambiental participativa.

Já Felipe Bannitz de Paula Machado, economista, entra no debate mais pelo viés voluntarista, no bom sentido. A partir de um contato com os Pataxó de Barra Velha que se iniciou pela curiosidade em conhecer uma aldeia indígena, prosseguiu na forma de um levantamento destinado a embasar um Trabalho de Conclusão de Curso e continuou na base da amizade e disposição em ajudar. Machado, militante da economia solidária, inspeciona o universo das atividades produtivas indígenas, procurando nele enxergar um horizonte de transição para o que denomina de “modelo agroecológico”.

Paulo Cezar Mendes Ramos encarrega-se de agregar ao caso em apreço o enfoque conservacionista, numa perspectiva que se coloca mais distante dos problemas concretos vividos pelos Pataxó e, ao mesmo tempo, que transcende a especificidade do PNMP. Ramos tem em vista o conjunto de UCs de Proteção Integral do extremo-sul da Bahia, e é enfático em apontar que tal modalidade de UC não admite a ocupação humana. Recorrendo às noções de “Corredores Ecológicos” e “Zonas de Amortecimento”, vislumbra como saída harmônica para o caso Pataxó a demarcação de TIs no entorno das UCs.

Integrados ao capítulo, estão depoimentos de índios Pataxó a respeito de seu histórico de relacionamento com o PNMP e com o Ibama que enfatizam, em especial, o atual processo de co-gestão da UC. No plano do discurso nativo, não é possível deixar de notar as divergências de opiniões sobre os rumos do processo, tampouco uma desconfiança em relação ao órgão ambientalista oficial que se faz compreensível à luz de tudo aquilo por que passaram desde que se concebeu a idéia de um Parque no território onde habitam, nem tampouco a imbricação entre essa problemática e a da demarcação da TI. Diversos aspectos e informações que estão superficialmente reunidos neste texto de abertura, e dispersos pelos artigos dos colaboradores, deixam-se ilustrar pela cronologia fundada na reprodução de notícias de jornal que segue ao final.

Ao final, mesmo, é saber se a razão indigenista e a razão conservacionista, desafiadas pela história socioambiental do extremo-sul da Bahia, são capazes de superar os impasses de toda ordem – de maneiras de pensar,

de linguagem, de nichos institucionais de atuação, de legislação – e dar conta de propor alternativas, tanto para que a reprodução social Pataxó possa dar-se sem estar atrelada a mecanismos de degradação ambiental que não começam nem terminam nela mesma, como para que a efetiva implantação de UCs de Proteção Integral não seja um fechar de olhos e um lavar de mãos diante do que se passa fora delas. Pois não é difícil acreditar em alguém que, conhecendo de longa data os Pataxó, afirma ser para eles incompreensível “que todos os seus antigos vizinhos tenham enriquecido impunemente com a devastação das matas ao redor do Parque Nacional e que apenas eles, privados do devido uso do seu tradicional território, aquele que foi explorado e conservado por seus pais e avós até 1961, sejam hoje execrados como ‘inimigos da natureza’” (Sampaio, 2000).

Agradecimentos

A Maria do Rosário Carvalho e a José Augusto Laranjeiras pela colaboração neste capítulo.

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, Pedro. “Bases para o estabelecimento da Reserva Pataxó”. Revista de antropologia. São Paulo, USP, pp.19-29, 1980.
- _____. “Condicionantes ecológicas e interétnicos da localização dos Pataxó de Barra Velha”. In: BRUNETTI, Almir C. (org.), Homenagem a Agostinho da Silva – Tulane Studies in Romanic Languages and Literature, vol. 10. New Orleans, 1981.
- CARVALHO, Maria Rosário G. Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico. Salvador. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. 1977.
- DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, J. A. L.; CARVALHO, M. R. G. “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico”. In: CUNHA, M. C. da (org.). História dos índios no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras/ Fapesp/ Secr. Mun. de Cultura, 1992.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de A. Os índios do Descobrimento: tradição e turismo. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2001.
- _____. “Os Pataxó e os fluxos coloniais”. Trabalho apresentado no GT (Grupo de Trabalho) ‘Povos indígenas’ do XXVI Encontro Anual da Anpocs (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais), Caxambu, outubro, 2002.
- IBAMA. Plano de Ação Emergencial para o Parque Nacional de Monte Pascoal. Brasília, 1995
- IBDF. Plano de Manejo do Parque Nacional de Monte Pascoal. Brasília, 1979.
- MAIA, Milene; TIMMERS, Jean-François. Escritos não-publicados. s/d.
- MORI, S. A.; BOOM, B. M. Botanical Survey of the Moist Forests of Eastern Brazil. Nova York, New York Botanical Garden, 1981.
- OLIVEIRA, Cornélio V. de. Barra Velha – o último refúgio. Londrina, 1985.
- SAMPAIO, José A. L. “Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó de Monte Pascoal”. In: ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do (org.). Política indigenista: Leste e Nordeste brasileiros. Brasília, Funai, 2000.
- SICK, H., L.P. GONZAGA & D.M. TEIXEIRA, Ornitologia brasileira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.
- THOMAS, W. W.; CARVALHO, A. M. de. “Atlantic moist forest of Southern Bahia”. In: DAVIS, S. D. et al. (ed.), Centers of Plant Diversity: a Guide and Strategy for their Conservation, vol. 3. London, WWF/ IUCN, pp.: 364-368, 1997.

_____. AMORIM, A.; GARRISON, J.; ARBELÁEZ, A. L. "Plant Endemism in Two Forests in Southern Bahia, Brazil". *Biodiversity and Conservation*, 7, pp. 311-322, 1998.

THOMAZ L. D.; MONTEIRO, R. "Composição Florística da Mata Atlântica de Encosta da Estação Biológica de Santa Lúcia, Município de Santa Teresa – ES". *Boletim do Museu de Biologia M. Leitão*, 7, pp.: 3-48, 1997.

UNESCO. "Biosphere Reserve: the Theory and the Practice". *Nature and Resources*, 29, pp. 1-4, 1993.

VIEILLARD, J. M. E. "Areas of Differentiation and Biogeographic Affinities within the Avifauna of North-eastern Brazil". In: *Acta XX Intern. Ornith. Congress, Suppl.*, Christchurch, Z., 1990.

Breve caracterização biológica do PNMP

Apoiados em diversos autores, Maia & Timmers (s/d) destacam a importância do ponto de vista biológico do PNMP em trecho abaixo aproveitado na íntegra.

O PNMP é um dos principais remanescentes de um dos três focos de endemismo da Mata Atlântica: na região entre o sul da Bahia e norte do Espírito Santo (Thomas & Carvalho, 1997, Thomas et al., 1998). Esse foco caracteriza-se por uma taxa de endemismo altíssima (de 26 a 28% das espécies) e por uma diversidade de árvores por hectare que é a maior do mundo (Thomaz & Monteiro, 1997).

Tal excepcional riqueza explica-se pela presença de famílias, gêneros e espécies de plantas e animais que são típicas tanto da Mata Atlântica quanto da Amazônia, provavelmente devido a um contato antigo entre as duas regiões (Mori & Boom, 1981; Vieillard, 1990; Sick et al., 1997).

A região conheceu um intenso processo de desmatamento de 1945 até o final da década de 1980. Estima-se que hoje sobre menos de 0,5% da cobertura florestal original em fragmentos maiores de 400 ha. Mais 3% espalham-se em fragmentos menores (Thomas & Carvalho, 1997).

O PNMP, dos atuais 13.873 ha de extensão (descontados os 8.627 ha da TI Barra Velha), contém mais de 5 mil ha de floresta ombrófila densa, além de vários ecossistemas de transição para ecossistemas costeiros. Trata-se da única UC da região que inclui todos os estágios dessa transição ecológica, desde a floresta ombrófila até o mar.

Extensos campos de Mussununga, formação típica do Sul da Bahia, ocorrem sob solos podzólicos arenosos ao leste da floresta. Mais perto da costa, essa formação dá lugar a um mosaico único de campos, brejos costeiros e restingas, com alta taxa de endemismo. No baixo curso dos rios que delimitam a área crescem importantes manguezais.

Faltam levantamentos mais pormenorizados sobre a biodiversidade da área. Entre as espécies raras e ameaçadas da flora, encontram-se a arruda (*Swartzia eulixophora*) – endêmica da região – o jacarandá

da Bahia (*Dalbergia nigra*), a juerana vermelha (*Parcksia pendula*), o arapati (*Arapatiella psillophylla*), o paraju (*Manilkara longifolia*) e muitas outras. Foram também observadas espécies raras de orquídeas, tal como a *Cattleya scilleriana*, e uma espécie nova e endêmica de bromélia na restinga (*Neoregelia pascoalina* L.B.Smith).

Animais raros ou em perigo de extinção também foram registrados: a ariranha (*Ptenoura brasiliensis*), o veado campeiro (*Ozotoceros bezoarcticus*), a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), a anta (*Tapirus terrestris*), o macaco-prego (*Cebus apella robustus*), o caititu (*Pecari tajacu*), a queixada (*Tayassu pecari*), a onça pintada (*Panthera onca*), a sussuarana (*Felis concolor*), o macuco (*Tinamus solitarius*), o urubu-rei (*Sarcoramphus papa*), a harpia ou gavião real (*Harpia harpija*), o anambé-de-asa-branca (*Xipholena artropurpurea*), entre muitos outros.

Esse conjunto biológico excepcional foi incluído na nomeação dos remanescentes de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento, na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco (MMA, 1999).

As áreas não-indígenas no entorno do Monte Pascoal encontram-se quase totalmente devastadas, dominadas por pastos, plantios de café, mamão e, perto da costa, coqueirais. Os pequenos e esparsos fragmentos de vegetação nativa – capoeiras, florestas e matas ciliares – são, em geral, degradados pelo fogo e pelas explorações madeireira e carvoeira clandestinas.

É importante salientar a proximidade do PNMP e do PND, este último com 20 mil ha. Do ponto de vista da preservação da diversidade biológica da Mata Atlântica, a conexão entre esses dois remanescentes próximos constitui uma prioridade. O conjunto integra o Corredor do Descobrimento, ou Corredor Central da Mata Atlântica, envolvendo todos os remanescentes de floresta atlântica de tabuleiro do Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo (CI & IESB, 2000). A área integra, também, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. (Unesco, 1993).

Termo de acordo entre as comunidades pataxó do entorno do Parque Nacional de Monte Pascoal e o governo da República Federativa do Brasil

1. As comunidades Pataxó das 6 aldeias localizadas no entorno do Parque Nacional Monte Pascoal: Barra Velha, Meio da Mata, Boca da Mata, Trevo do Parque, Corumbauzinho, Águas Belas, se comprometem perante a Nação e aos demais membros do povo brasileiro a preservar integralmente todos os ecossistemas, flora e fauna dentro dos limites atuais do Parque Nacional.

2. Por sua parte, até solução definitiva do destino da área, o Governo Federal se compromete, a:

a) não exigir, nem forçar de qualquer maneira a desocupação do Parque Nacional de Monte Pascoal pelos Pataxó;

b) reativar, em caráter de emergência, o Grupo Técnico de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Corumbauzinho e Revisão de Limites da TI Barra Velha;

c) detalhar junto com a comunidade e implementar, em caráter de emergência, por um período mínimo de dois anos consecutivos, projetos e investimentos no parque, nas áreas de visitação pública, formação e equipamento de recursos humanos para a fiscalização, gestão e prevenção e luta contra incêndios florestais, ecoturismo e turismo cultural, recuperação de áreas degradadas, assim como dentro das 6 aldeias do entorno, em atividades agrícolas sustentáveis, organização e valorização do artesanato (com alternativas ao uso de madeira de lei), além de sistemáticas ações de caráter social;

d) implementar, durante esse período, com a participação das comunidades Pataxó, medidas e ações integradas de preservação e recuperação do Corredor de Mata Atlântica do Sul e Extremo Sul da Bahia.

3. As atividades de fiscalização, visitação, ecoturismo e prevenção de incêndios ficarão sob responsabilidade dos grupos locais Pataxó, em parceria e com apoio técnico da Funai e do Ibama.

4. A partir da assinatura do presente acordo por todas as partes envolvidas e até determinação definitiva do destino da área, a gestão do Parque Nacional estará a cargo de um Conselho Provisório, deliberativo, formado pelos caciques mais 1 liderança de cada aldeia do entorno, 1 representante da Funai, 1 representante do Ministério do Meio Ambiente, 1 representante do Ibama, 1 representante da Prefeitura Municipal de Porto Seguro, 1 representante da Prefeitura Municipal de Prado, 1 representante da Prefeitura Municipal de Itamarajú e 2 representantes de organizações da sociedade civil – o Cimi e a Anai.

5. Esse termo de acordo terá prazo indeterminado, até reformulação por alguma das partes assinantes, e corresponde a um compromisso firme, tanto das comunidades Pataxó do entorno do Monte Pascoal, quanto do Governo Brasileiro.

À sombra solene do Monte Pascoal, reconhecido por todos nós como marco histórico do nascimento da Nação Brasileira,

21 de fevereiro de 2000

Cacique de Barra Velha
Cacique de Boca da Mata
Cacique de Meio da Mata
Cacique de Trevo do Parque
Cacique de Corumbauzinho
Cacique de Águas Belas
Lideranças Pataxó

Políticas oficiais de conservação ambiental: nova modalidade de subordinação dos índios?

Sheila Brasileiro*

As referências históricas à ocupação indígena na região onde se localiza a Terra Indígena (TI) Barra Velha remontam a 1816, quando da passagem do viajante Wied-Neuwied pela área (Agostinho, 1981: 71). A instituição da aldeia de Barra Velha, por ordem do presidente da província da Bahia, em 1861, reuniu grupos de Pataxó, Maxacali, Botocudo e Kamakã que aí viveram praticamente isolados até meados do século XX (Carvalho, 1977), quando da criação do Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, pelo Decreto nº 12.729, de 19/04/1943, assinado pelo governo da Bahia. Apesar da unidade não ter sido implantada, os índios relatam que foram postos marcos no local por representantes do Estado, ocasião em que se iniciaram os primeiros constrangimentos aos Pataxó.

O Parque Nacional de Monte Pascoal (PNMP) foi criado pelo Decreto nº 242, de 29/11/1961, malgrado as reivindicações dos índios ali concentrados – desde então referidos unicamente pelo etnônimo Pataxó –, junto ao então Serviço de Proteção ao Índio (SPI), de terem assegurados seus direitos à terra. Os critérios que nortearam a sua delimitação ressaltaram a necessidade de “proteção do sítio histórico do Monte Pascoal e da preservação de uma faixa quase intocada da Mata Atlântica que se estende desde as bases da famosa montanha até a costa, onde se encontram, igualmente dignos de preservação, alguns dos mais extensos e ricos manguezais de todo aquele litoral” (Sampaio, 1996: 10).

O Parque e as atividades produtivas indígenas

Conseqüência imediata da instalação do PNMP, a restrição às atividades produtivas dos Pataxó – proibidas nas áreas de ocupação tradicional que, a partir de então, passaram a estar inseridas no perímetro do Parque – provocou o êxodo de muitas famílias indígenas para outras áreas. Com a criação da Funai, em 1967, tal proibição seria, mediante acordo informal com o então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF, anteces-

O PARQUE NACIONAL DE MONTE PASCOAL FOI CRIADO SOBRE ÁREA DE OCUPAÇÃO PATAXÓ SEM QUE A TERRA INDÍGENA BARRA VELHA ESTIVESSE DEVIDAMENTE REGULARIZADA. EM VEZ DA REGULARIZAÇÃO, AINDA PENDENTE, A TERRA FOI OBJETO DE ACORDOS ENTRE OS ÓRGÃOS INDIGENISTA E AMBIENTALISTA DO ESTADO BRASILEIRO.

sor do Ibama), relativizada, e algumas áreas de capoeira seriam “liberadas” para o uso dos Pataxó (Sampaio, 1996: 10-11). Essa alternativa, contudo, não equacionou as demandas produtivas desses índios. A partir da construção da BR-101, em 1973, viram-se constrangidos a se engajar periodicamente em atividades econômicas recentemente implantadas na região ou a migrar para outros locais, processo que deu origem a diversos núcleos mais recentes de ocupação pataxó no entorno do Monte Pascoal, tais como Mata Medonha, Imbiriba, Coroa Vermelha, Corumbauzinho e Trevo do Parque.

Em 1977, perante as constantes reivindicações dos Pataxó, o Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia celebrou convênio com a Funai, no âmbito do Programa de Pesquisa Povos Indígenas na Bahia, para promover estudos de identificação do território tradicionalmente ocupado pelos Pataxó de Barra Velha. Os relatórios resultantes desses estudos (Carvalho, 1977 e Agostinho, 1981) reconheceram a existência, em consonância com a memória social do grupo e com as referências históricas disponíveis, de limites bem definidos daquele território: os cursos dos rios Caraíva e Corumbau, a norte e sul respectivamente; a costa, a leste; e o Monte Pascoal, a oeste. Segundo estimou Sampaio, “uma real reconstituição do território dos Pataxó que lhes permitisse retomar seus tradicionais processos produtivos, isto é, aqueles vigentes até 1960, implicaria subtrair ao Parque cerca de 14 a 16 mil dos seus 22.500 hectares, reduzindo-o apenas às áreas imediatamente em torno e a oeste do Monte Pascoal, possibilidade explicitamente colocada como inaceitável pelo IBDF, tanto pela redução drástica da área sob sua administração, quanto pela perda da faixa costeira do Parque, valorizada pela presença do que seria o único ecossistema de manguezais associados à Mata

* Antropóloga, doutoranda em Ciências Sociais da UFBA, analista pericial do Ministério Público Federal na Bahia.

Atlântica incluído em uma área de preservação no país” (1996: 14).

A magnitude das implicações de se subtrair áreas de recifes e mangues do território de ocupação tradicional do povo pataxó encontra-se evidenciada, sob diversos ângulos, em Agostinho (1981), que analisa a importância das atividades de coleta historicamente ali praticadas por esses índios, segundo “seus usos, costumes e tradições”. Conforme assinala, quando da instalação do Parque, “por cerca de dez anos, e enquanto estiveram impedidos de plantar suas roças, os Pataxó sobreviveram graças ao mangue, completando a dieta pela troca, com os membros da sociedade regional, de farinha por excedentes de caranguejo e mesmo destes por bens industrializados” (1981: 75), o que demonstra “a persistência de uma técnica com profundas raízes no tempo: antes de Corumbau e depois de Caraíva, são constantes na viagem de Wied-Neuwied as referências a ‘Índios mansos’ mariscando pela praia”, assim como o “valor adaptativo dessa forma de exploração do ambiente, mesmo numa situação de contato entre uma economia de mercado e uma economia de subsistência em mudança (...). Enquanto das roças provêm os carboidratos sob a forma da principal planta cultivada – a mandioca –, é da coleta, no mangue e nos recifes, que vem o suprimento de proteína animal. No mangue há caranguejos e moluscos, no recife moluscos e ouriços-do-mar comestíveis” (1981: 74-5).

TI Barra Velha: uma “regularização” e suas irregularidades

Fazendo tábula rasa das reivindicações dos Pataxó sobre a área ora constituída como Parque, a Funai optou, em 1980, pela realização de um acordo com o IBDF, por meio do qual este último “cedeu” o correspondente à metade norte da área identificada pelos pesquisadores da UFBA como território de ocupação tradicional pataxó, “junto ao rio Caraíva, estendendo-se para oeste apenas até as proximidades da base do Monte Pascoal”, com a extensão de 8.627 hectares. Os manguezais, localizados junto ao estuário do rio Corumbau, permaneceram incorporados ao domínio do Parque, restando aos Pataxó o usufruto apenas “dos pobres brejos arenosos junto ao estuário do Caraíva” (Sampaio, 1996: 15). A área assim constituída seria identificada em 1982, homologada em 1991 (Decreto nº 396, de 24/12/1991) e registrada no Cartório de Registro de Imóveis (CRI) em 1992 (Sampaio, 1996; Santos, 1997).

O processo de identificação dos limites da TI Barra Velha e sua homologação por Decreto Presidencial não se basearam em qualquer estudo ou parecer técnico – laudo ou parecer antropológico –, tendo-se orientado apenas

pelo mencionado acordo firmado entre a Funai e o IBDF em 1980. Tanto a criação do PNMP quanto os termos do dito “acordo” contrariam frontalmente o texto constitucional então vigente. O Decreto nº 242, de 29/11/1961, que instituiu o PNMP, vai de encontro à Constituição Federal de 1934, em seu artigo 129, que determina que “será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”, como ressalta Santos (1997) em Informação Técnica do DID/Funai encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF). Relativamente ao “acordo”, haveria que se reconhecer a sua nulidade plena, pois, segundo o exposto no § 1º do artigo 198 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969: “ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas”.

A regularização da dita Terra Indígena, nos moldes acima relatados, não se verificou, entretanto, sem contestações. Como relata Sampaio, a Informação Técnica do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrários (Mirad), elaborada pela antropóloga e então assessora desse Ministério, Lígia Simonian (1986), denuncia as irregularidades evidenciadas em todo o processo. Essa Informação, contudo, não seria incorporada, nem mesmo questionada, pelo Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Decreto nº 94.945/87 – do qual o Mirad era membro –, na Resolução nº 02, de 20/07/1988, que reconheceu a área como “de posse imemorial indígena”, recomendando a sua regularização como “Colônia Indígena Barra Velha”. Também um outro membro do Grupo, o Instituto de Terras da Bahia (Interba), recusou-se a firmar a citada Resolução (1996: 15).

Tais irregularidades, que presidiram, historicamente, a conformação de todo o processo de regularização da TI Barra Velha, se perpetuaram, inclusive, na sua situação jurídica atual, ao que tudo indica caracterizada por uma superposição de limites com o PNMP, como atenta Sampaio: “o decreto de homologação, embora mencione, em sua descrição de limites, o Parque Nacional de Monte Pascoal como confrontante da Terra Indígena, não faz qualquer referência à alteração de limites deste, para dele excluir a dita Terra, ou a eventuais dispositivos legais que tivessem, eventualmente, reformulando aqueles adotados quando da sua criação ou delimitação. Isto parece configurar uma situação de superposição de territórios da União e, de resto, muitos dos encarregados da administração regional do atual Ibama costumam afirmar, em discussões públicas – e em aparente desconhecimento do referido Decreto de Homologação –, que a área em questão permanece integrante do Parque, condição não

descaracterizada pelo mero 'acordo administrativo' de 1980" (1996: 16).

Novas ações, desentendimentos persistentes

Desentendimentos diversos entre os Pataxó de Barra Velha e os agentes do Ibama responsáveis pela fiscalização do PNMP se reproduziram ao longo das últimas duas décadas. Os funcionários do órgão ambiental repetidamente lançavam acusações de que os índios estavam intermediando a retirada de madeira do Parque (Sampaio, 1996: 19). Despojados das porções mais férteis do seu território tradicional, os Pataxó de Barra Velha sobreviveram até fins dos anos 1990 de forma extremamente precária, ora engajando-se em subempregos temporários na região, ora auferindo alguma renda da venda de artesanato, em períodos de alta estação.

Em 22 de abril de 1996, o governo federal editou o Decreto nº 1.874 (DOU de 23/04/1996), incluindo o PNMP na área objeto do Museu Aberto do Descobrimento (Made). O Made foi um dos projetos componentes das intervenções governamentais que deveriam subsidiar as comemorações dos 500 anos de Descobrimento do Brasil. A partir de então, as atenções do Poder Público se concentrariam na chamada Costa do Descobrimento (trecho da Mata Atlântica que vai do município de Una, litoral sul da Bahia, até Linhares, no norte do Espírito Santo).

Em 18 de agosto de 1999, atendendo à recomendação legal expedida pelo MPF em Ilhéus, às reiteradas reivindicações dos Pataxó e das entidades indigenistas que atuam na região, a Funai constituiu um grupo técnico para revisar o processo de identificação e de delimitação da TI Barra Velha. Vinte e quatro horas depois, os Pataxó ocuparam o PNMP, ponta de lança de uma série de ocupações subseqüentes que visavam à recomposição do seu território tradicional, dali expulsando os funcionários do Ibama. Em 02 de setembro, o órgão ambiental ajuizou na Justiça Federal uma ação de reintegração de posse do PNMP (nº 1999.33.01.000945-1), iniciando, *pari passu*, gestões administrativas junto a alguns líderes Pataxó centradas numa proposta de "acordo de cooperação" que, como ficaria evidenciado posteriormente, se resumia, em síntese, à doação de recursos governamentais em troca da desocupação da área do PNMP. Consoante declarou Inah Sinometti, diretora do Programa Nacional de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em entrevista ao jornal *A Tarde* (16/03/2001), estava prevista a liberação de mais de um milhão de reais a serem aplicados em "ações de capacitação e no desenvolvimento de projetos de sustentabilidade econômica das comunidades pataxó na unidade".

O Termo de Cooperação Técnica MMA/MJ/Funai/Ibama

A Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) alertaram, em diversas notas públicas, assim como em correspondências encaminhadas ao MPF, para a flagrante ilegalidade de um eventual acordo envolvendo o Território Indígena do Monte Pascoal. A Comissão Indígena, constituída durante a Conferência Indígena realizada na TI Coroa Vermelha em abril de 2000, divulgou um "Manifesto de Repúdio às Tentativas de Negociação do Monte Pascoal" (de 10/10/2000), se posicionando contrariamente a "todo e qualquer acordo que coloque em risco a redução do território pataxó e a demarcação do Monte Pascoal como Território Indígena". A essas manifestações se seguiram muitas outras, dentre as quais cumpre destacar a do professor Raimundo Laranjeira (em 29/10/2000), autoridade em Direito Agrário no Brasil, dirigida ao MPF (com cópia para a Anai), na qual lamenta "as distorções que os governantes, amiúde, vão querendo imprimir à ordem constitucional estabelecida", a exemplo da "ameaça que recai sobre os Pataxó em vista da propalada notícia de que o Monte Pascoal, integrante das terras tradicionalmente ocupadas por aquele povo índio, está sendo objeto de negociação entre e a Funai e o Ibama, a fim de que sua área deixe de ser o que, na verdade, é há 500 anos: uma unidade fundiária indígena". Finalmente, também a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) divulgou, em novembro de 2000, uma moção de apoio à campanha de regularização da TI Barra Velha, deflagrada pela Anai, avaliando como prematuras as intervenções do MMA no Monte Pascoal, já que até o presente não restam claros os limites da área tradicionalmente ocupada pelos Pataxó: "sem que sequer se conheça a extensão e a delimitação do território tradicionalmente ocupado pelos Pataxó no Monte Pascoal, nos termos do artigo 231 da Constituição, não pode haver qualquer base de informação capaz de subsidiar convenientemente projetos de sustentação para as aldeias indígenas".

A moção da ABA sublinhou, ainda, as conseqüências nefastas decorrentes dessas intervenções prematuras, salientando ser "plenamente compreensível que as propostas de investimento do Ministério do Meio Ambiente tenham tido, antes, o efeito de causar perturbação, tensões, desconfianças e, pior, conflitos internos à sociedade pataxó, conforme evidente em artigos de imprensa e em manifestações dos próprios índios, do que o de poder vir a contribuir convenientemente, neste momento, para com as bases de sustentação dessa sociedade".

Malgrado os alertas e críticas de amplos setores do campo indigenista e do prudente afastamento do MPF da

questão, a Funai, uma vez mais, reeditou a opção dos “acordos”, cedendo às pressões do Ibama e do MMA. O termo de cooperação técnica relativo ao Monte Pascoal foi firmado entre o MMA, Ministério da Justiça (MJ), Funai e Ibama, em 28 de fevereiro de 2002, curiosamente sem a assinatura de nenhum índio pataxó. Essa foi a “solução” encontrada em face dos temores, tensões e discordâncias que caracterizaram as infundáveis e pouco frutíferas discussões sobre o referido Termo nas comunidades pataxó. Apesar desse fato, já na sua cláusula Primeira, “do Objeto”, o acordo prevê a “construção e implementação de um modelo de Gestão Ambiental participativa do Parque Nacional Monte Pascoal, integrada com as Comunidades Indígenas Pataxó, em suas terras, e respectivas áreas envoltórias, abrangendo as aldeias Trevo do Parque, Guaxuma, Pé do Monte, Boca da Mata, Meio da Mata, Barra Velha, Aldeia Nova, Corumbauzinho, Águas Belas”. Resta esclarecer qual seria o referente dessa “participação”: a Funai, o Ministério da Justiça? Pois se sabe à larga que em nenhuma das “comunidades” supramencionadas foi obtido um consenso quanto à conveniência, ou aos “benefícios” do dito Termo. Como pode uma parceria preexistir ao consentimento do parceiro?

Outra questão digna de nota é que o “acordo” não menciona, em nenhuma de suas cláusulas, o procedimento administrativo instaurado pela Funai para fins de revisão dos limites da TI Barra Velha (Grupo Técnico instituído pela Portaria nº 685, de 18/08/1999). Além disso, é de se estranhar que o órgão tutelar, ao tempo em que realiza estudos de identificação como TI da área hoje regularizada como PNMP, comprometa-se a “conferir a máxima proteção aos seus limites enquanto Unidade de Conservação” (UC), como expresso na Cláusula Terceira do Termo de Cooperação em apreço. Ademais, praticamente todas as cláusulas do Termo ressaltam a área do PNMP como claramente dissociada do conjunto de aldeias Pataxó, inclusive das que constituem a TI Barra Velha, classificadas como se situadas “no entorno” da UC.

Cooptação, “desenvolvimento” e naturalização dos Pataxó

Até o presente, os resultados dos trabalhos do Grupo Técnico responsável pela revisão dos limites da TI Barra Velha não foram publicados. E os propalados recursos advindos do termo de cooperação técnica têm sido liberados a conta-gotas, e administrados, segundo informações de líderes pataxó, de forma pouco transparente. A idéia inicial do Ibama de estabelecer uma sede no interior do PNMP foi inviabilizada, e a equipe se encontra baseada num escritório do Ibama localizado na cidade de Itamaraju, a 12 km de distância, por causa da recusa

dos índios pataxó de permanecer abrigando estruturas desse órgão em suas terras – fato que evidencia não se haver estabelecido, até então, uma relação de confiança entre ambos os “parceiros”. Dentre as intervenções do Ibama na área, destacam-se a realização esporádica de cursos de gestão ambiental e de treinamento de “fiscais do Parque”, uma estratégia de cooptação individual que vem surtindo efeitos, gerando intrigas, aprofundando as dissensões e disputas tradicionalmente existentes entre grupos familiares pataxó. Conforme informações que têm sido amplamente divulgadas por representantes da Frente de Resistência e Luta Pataxó e pela Equipe do Cimi/Leste baseada em Eunápolis-BA, os “fiscais” pataxó, após formados, passam a receber um salário mensal de R\$ 300,00 e são incumbidos de coibir e denunciar a existência de quaisquer atividades extrativistas no interior da UC. Eles constituem uma espécie de “milícia de elite” do Ibama na área e suas ações acabam por questionar e, em muitos casos, pôr em xeque os pressupostos da autoridade e da representatividade dos líderes tradicionais pataxó.

Finalmente, vale indagar em que medida tais ações vêm contribuindo para o “desenvolvimento econômico” das comunidades pataxó do Monte Pascoal, como esboçado na Cláusula Primeira – “do Objeto” – do Acordo de Cooperação Técnica. Como ressaltou Ricardo Verdum, “o respeito às formas de organização social e às características culturais das populações locais, a valorização dos conhecimentos locais sobre formas de manejo sustentável dos ecossistemas e o repasse de novos conhecimentos e técnicas passíveis de serem aplicadas a partir de insumos localmente disponíveis são aspectos fundamentais para programas socioambientais de fortalecimento da capacidade local” (2002: 95).

Ao impor um modelo de organização estranho ao povo pataxó, com a implantação de um sistema de poder que passa a atuar nos interstícios dos canais tradicionais, deslegitimando-os, o Estado brasileiro está, uma vez mais, negando a esses índios o direito à autodeterminação, à autonomia, enfim, a uma organização social segundo seus “costumes, línguas, crenças e tradições”, como assegurado no texto constitucional. Paradoxalmente, como bem observa Arruda, é justamente essa condição “diferenciada” dos povos indígenas localizados no Brasil e no resto do mundo que vem ensejando a sua subordinação pelo Estado: “são, porém, suas características singulares em relação à corrente civilizatória predominante que têm permitido sua utilização emblemática como povos ‘tradicionais’ e ‘ecológicos’, subordinados cada vez mais à ação indigenista do Estado e à lógica das políticas de conservação do meio ambiente. (...) Por conseguinte, tendendo a novamente impor limites ao exercício do controle territorial indígena

e à sua autonomia como povo com capacidade de auto-governo” (2002: 149).

Portanto, na perspectiva do Estado, no escopo das políticas públicas direcionadas à conservação da “Costa do Descobrimento” – tais como consolidadas no Programa de Ação Ambiental Conjunta da Costa do Descobrimento, lançado pelo MMA em parceria com os estados da Bahia e do Espírito Santo –, os Pataxó são naturalizados, transfigurados em um item a mais desse imenso mosaico reconhecido pela Unesco como Sítio do Patrimônio Mundial Natural.

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, Pedro. “Condiçõamentos ecológicos e interétnicos da localização dos Pataxó de Barra Velha”. In: BRUNETTI, Almir C. (org). Homenagem a Agostinho da Silva – Tulane Studies in Romanics Languages and Literature, v. 10. New Orleans, 1981.
- ARRUDA, Rinaldo. “Territórios Indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais”. In: SOUZA LIMA, A. C. & BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.) Etnodesenvolvimento e políticas públicas: Funai bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria/Laced, 2002.
- CARVALHO, Maria R. G. de. Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico. Salvador, 1977. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.
- CIMI EUNÁPOLIS. Do jeito que o Ibama quer?. Eunápolis, mimeo, 2003.
- SAMPAIO, José Augusto L. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. Salvador, mimeo, 1996.
- SANTOS, Carlos Alexandre B. P. dos. Informação n. 15 - DID/FUNAI - Terra Indígena Barra Velha. Brasília, 1997.
- VERDUM, Ricardo. “Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)”. In: SOUZA LIMA, A. C. & BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.) Etnodesenvolvimento e políticas públicas: Funai bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria/Laced, 2002.
- WIED-NEUWIED, Maximiliano. Viagem ao Brasil. São Paulo, Melhoramentos, 1958 [1815-17].

Respeitar a vida e o ser humano: a preservação do meio ambiente com e pelos índios evita a definitiva condenação da biodiversidade

Jean-François Timmers*

A situação do Monte Pascoal é um caso exemplar para tratar da questão da convivência de populações tradicionais com o meio ambiente, muitas vezes abordada de modo equivocados. Desconhecimento, preconceitos e inverdades permeiam este assunto complexo desde bem antes da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP), até em relação à origem e história dos índios Pataxó, perpetuando mágoas e mal-entendidos que impediram ações concretas por décadas, com consequências dramáticas tanto para os índios quanto para a biodiversidade da área.

A partir do século XIX, os Pataxó – que comprovadamente vivem nas florestas do extremo-sul da Bahia, incluindo o Monte Pascoal, há pelo menos trezentos anos – perderam progressivamente seus territórios tradicionais em razão da pressão crescente de fazendeiros de cacau, pecuaristas e madeireiros. Em 1951, esses conflitos resultaram num grande massacre dos índios, pela polícia militar da Bahia – evento marcante na história recente dos Pataxó, ao qual voltaremos a nos referir. Dez anos depois, na criação do Parque Nacional (Decreto nº 242, de 29/11/1961), as famílias que não tinham fugido da região depois do massacre foram removidas e confinadas numa área arenosa de 210 ha, na beira da praia, imprópria para agricultura. Voltaram clandestinamente para o PNMP, por razões de sobrevivência: a fim de colher o que sobrava de suas roças, tirar piaçava para artesanato e apanhar caranguejos no mangue. Mas os Pataxó eram continuamente perseguidos, e foram várias vezes maltratados pelos guardas do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Desde então, multiplicaram-se os conflitos, o que obrigou o IBDF e a Funai negociarem quanto à divisão da área do Parque em duas fatias longitudinais. Desse modo, a faixa norte do PNMP, totalizando 8.627 ha, foi cedida pelo IBDF para o uso dos índios (acordo entre Funai e IBDF, 14/07/1980) e viria, em 1991, a ser homologada como

A GRAVE SITUAÇÃO SOCIAL DOS PATAXÓ E A DEGRADAÇÃO DOS ECOSISTEMAS DO EXTREMO-SUL DA BAHIA NÃO PODEM ESPERAR A CONCLUSÃO DE INTRICADOS DEBATES IDEOLÓGICOS E JURÍDICOS, CLAMANDO POR SOLUÇÕES CONCRETAS IMEDIATAS. ESTA É A ORIENTAÇÃO GERAL DA PROPOSTA DE GESTÃO COMPARTILHADA DO MONTE PASCOAL.

Terra Indígena (TI). As consequências do acordo foram catastróficas tanto para os índios quanto para o meio ambiente. Criou-se uma fronteira longitudinal de 30 km entre o Parque e as aldeias, cortando florestas e mananciais, sem que a raiz do conflito tivesse sido sanada.

Assim, nas décadas seguintes ao acordo IBDF/Funai, as relações conflituosas continuaram a existir. Culminaram, em agosto de 1999, com a retomada do PNMP e a expulsão dos representantes locais do novo órgão ambiental do governo federal – o Ibama – pelos índios.

Compromisso pataxó com a conservação do Monte Pascoal

Na visão da maioria dos índios, a questão ambiental sempre foi apenas pretexto para perseguição e exploração, em continuidade com o que tinham vivenciado nos séculos passados, na sua relação com os não-índios. Do lado oposto, do ponto-de-vista de muitos brancos, nos órgãos ambientais e na região, os Pataxó não passam de caboclos “aculturados”, astutos e preguiçosos, tentando aproveitar-se de seu estatuto de minoria para conseguir vantagens e explorar impunemente os recursos do PNMP.

Contradizendo esta perspectiva, na retomada do PNMP, os Pataxó das aldeias do entorno do Monte colocaram o seguinte: “o Monte Pascoal sempre foi nosso. Queremos preservá-lo e mostrar ao Brasil e ao mundo que somos capazes de preservar o Parque melhor que o Ibama”. Até hoje, cinco anos depois, não foram criadas novas aldeias, nem abertas roças dentro da área do Parque.⁽¹⁾

* Biólogo, membro da ONG Associação Flora Brasil (Itamaraju/BA) e consultor da Diretoria de Áreas Protegidas do MMA; trabalha desde 1999 na proposta de gestão compartilhada do Monte Pascoal com os Pataxó.

¹ Com exceção de um pequeno núcleo na margem esquerda do rio Corumbau, em janeiro de 2004, devido à pressão de especulação imobiliária do turismo no povoado Corumbau e à mudança natural da foz do rio, erodindo sua margem direita.

Este compromisso representa, no entanto, um tremendo desafio. A situação socioeconômica da maioria das cerca de 5.500 pessoas (720 famílias) vivendo em dez aldeias no entorno do PNMP é de profunda miséria. Quase totalmente dependentes do comércio de artesanato com madeira de lei para sobreviver, os Pataxó extraem madeira do Parque e vendem grandes quantidades de produto semi-acabado por preços absurdamente baixos para atravessadores, na maioria não-índios, abastecendo um lucrativo comércio que se ramifica até o exterior. Sem segurança alimentar, os Pataxó estão pressionados a produzir quantidades cada vez maiores de peças, por preços sempre menores. Chegam a trocar gamelas por mantimento. Este comércio virou indústria; envolve, hoje, centenas de pessoas da região, na sua maioria não-índias, afetando todos os remanescentes de Mata Atlântica da região e não apenas o Monte Pascoal.

Uma solução pragmática foi formalizada pelos índios e está sendo implementada desde 2002, com recursos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ibama, da Funai e da ONG Associação Flora Brasil. Tem duas frentes: (1) implementar uma co-gestão do PNMP com os Pataxó, dando-lhes condições financeiras e técnicas de assumir a proteção e exploração turística do Parque e (2) implantar projetos nas aldeias visando melhorar as condições de vida da população, fomentar a segurança alimentar e reduzir drasticamente o uso predatório dos recursos naturais.

Exclusão social e degradação ambiental

O atual empate e a multiplicação de conflitos entre populações tradicionais e áreas naturais são conseqüências de um mesmo fenômeno de exclusão. A população pobre latino-americana, basicamente de origem rural, foi marginalizada no campo e em favelas de grandes cidades por um processo de colonização e concentração de terras para a pecuária extensiva, produção de café, de cana e, mais recentemente, de grãos (Gallopín *et al.*, 1992). Esse processo tem desflorestado 4,9 milhões de ha por ano, pelo avanço da chamada fronteira agrícola, e pode ter provocado o desaparecimento de 100 mil a 350 mil espécies tropicais (FAO, 1988, in Gallopín *et al.*, 1992). Trata-se de um processo que foi – e ainda hoje está sendo – incentivado por políticas nacionais de ocupação dos solos estimuladas por pressões internacionais para o pagamento da dívida externa, o equilíbrio da balança comercial e pelos preços baixos dos produtos para exportação, resultando na exaustão dos recursos naturais.

Para as agências internacionais de desenvolvimento, a degradação do meio ambiente é vista como conseqüência principalmente da pobreza, que deve ser combatida com mais crescimento econômico (Daly, 1994 e 1996; Banco

Mundial, 1994 e 1997; PNUD & Ipea, 1996). Isso permite omitir a questão bem mais fundamental e incômoda dos padrões atuais de produção e consumo, o que significaria questionar os rumos do desenvolvimento econômico globalizado.

Como observa Lohmann (1993), esta lógica permite culpar as *vítimas* da sociedade moderna industrial – a qual se apropria de forma destrutiva da maior parte dos recursos da terra, alterando 83% da superfície dos ecossistemas terrestres e ocupando 97,7% das áreas agricultáveis (Redford, 2002).

As populações pobres, confinadas em remanescentes de ecossistemas, no entorno ou no interior de áreas protegidas ou em encostas e mananciais na periferia das cidades, geram então impactos *pontuais*, mas crescentes, sobre ecossistemas frágeis e cada vez mais raros, criando conflitos locais com instituições de gestão ambiental e organizações ambientalistas (Sachs & Weber, 1997; Redford, 2002). Essas populações marginalizadas, parcialmente ou totalmente fora da economia formal, dependem imediatamente de recursos dos ecossistemas próximos para sobreviver. Da mesma forma, sofrem diretamente os efeitos da sua degradação (Gallopín *et al.*, 1992; Sachs, 1992 e 2000; PNUMA, 1995).

O extremo-sul da Bahia não escapou à regra. A concentração fundiária em grandes fazendas, por apropriação de terras devolutas e ocupadas pelos índios, provocou uma destruição quase total da Mata Atlântica da região, e está na raiz do conflito atual, uma vez que implicou a reunião de sem-terras, populações indígenas e remanescentes florestais nos mesmos restritos locais. Este processo ainda está em curso, com a expansão da monocultura de eucalipto e do turismo costeiro de massa. Neste quadro, os Pataxó e sem-terras sofrem dos mesmos preconceitos que as populações marginalizadas na Índia, Tailândia e África: são considerados como os principais responsáveis pela destruição dos ecossistemas.

Populações tradicionais: ambientalmente sustentáveis?

Não cabe aplicar aos Pataxó – e a nenhuma população tradicional⁽²⁾ – uma *visão neo-rousseauiana* do “bom

² Consideramos aqui a definição de sociedades tradicionais de Diegues *et al.* (1999: 19-20), cujas principais características são: dependência dos ciclos naturais e de recursos naturais renováveis; conhecimento aprofundado da natureza embasando estratégias de uso e manejo dos recursos naturais; noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; importância (não exclusiva) das atividades de subsistência; auto-identificação ou identificação pelos outros como pertencentes a uma cultura distinta das outras. Os Pataxó do Monte Pascoal devem ser considerados como sociedade tradicional pela maioria desses critérios



Costa do Descobrimento, Bahia. (Roberto Linsker, 1998)

selvagem”, vivendo *espontaneamente* em harmonia com a natureza. Trata-se apenas da sobrevivência de uma população marginalizada e empobrecida material e culturalmente em decorrência da colonização. Seus modos tradicionais de uso dos recursos foram inviabilizados pela drástica redução do seu território e pela quase total destruição dos ecossistemas de Mata Atlântica da região onde vivem. Destruídos por quem? Não pelos índios.

Não existe, na verdade, atividade humana que não gere impacto – e as populações tradicionais e indígenas não fogem à regra, mesmo que este impacto seja leve ou moderado (Colchester, 1993; Roué, 1996; GTZ, 2003). Várias pesquisas mostram que populações tradicionais pré-históricas causaram a extinção de espécies. Também há evidência científica de que populações tradicionais contemporâneas exploram recursos de forma não-sustentável e causam a perda de espécies.⁽³⁾

Nesta perspectiva, as atividades dos povos tradicionais e populações indígenas refletem principalmente seus objetivos individuais e os de suas famílias em curto prazo, podendo levar, se necessário, à superexploração de seus recursos. A sustentabilidade dos recursos dependeria mais da baixa densidade populacional e da deficiência de aparato tecnológico do que de atitudes conscientes ou mecanismos culturais endógenos. O desaparecimento de recursos naturais, considerados inesgotáveis, seria atribuído mais a fatores “metafísicos” do que aos próprios atos (Olmos *et al.*, 2001).

Não cabe, no entanto, numa visão preconceituosa, atribuir às populações tradicionais apenas atitudes inconseqüentes decorrentes de visão restrita. Vários

estudos detalhados, desde a década de 1950, mostram que populações tradicionais desenvolveram estratégias *conscientes* para passar a seus descendentes recursos conservados. Práticas de recuperação da fertilidade de solos, manutenção de biodiversidade e proteção dos mananciais foram amplamente documentados nos trópicos (Colchester, 1993). O autor pondera: “Não há de se concluir ingenuamente que todos os sistemas tradicionais de usos de recursos são indiscutivelmente sustentáveis e não criticáveis, mas que são muito mais diversificados, complexos e sutis que os implantados por agentes externos” (Colchester, 1993).⁽⁴⁾

Redução e degradação do espaço vital

Infelizmente, pela destruição ambiental generalizada dos biomas do mundo, com exceção – por enquanto – da Amazônia, e a proporcional redução do espaço vital das populações tradicionais, essas estratégias seculares não têm mais como se manter de forma sustentável. Precisam adaptar-se a um novo e assustador contexto, de sobrevivência em ambientes degradados e espaços reduzidos. Qualquer impacto, mesmo leve, deixa de ser absorvido pelo ecossistema, quando a densidade popu-

³ Especialmente pela caça, mas, mesmo o uso de produtos florestais não-madeireiros afeta o ambiente: a coleta excessiva de certos frutos leva à escassez, afetando provavelmente também populações de animais frugívoros que dependem deles (Arnt, 2000; Olmos *et al.*, 2001).

⁴ Vale ressaltar sistemas de classificação do ambiente muito precisos e a alta diversidade de plantas e frutas cultivadas por populações indígenas (mais de quarenta espécies de mandioca e um número ainda maior de milhos).

lacional aumenta ou quando este se reduz a quase nada, ultrapassando-se a sua capacidade de “suporte”.

Este processo é ainda mais complexo: envolve também marginalização política e degradação cultural, principalmente pela falta de reconhecimento dos direitos sobre terras de ocupação tradicional. Este fenômeno é observado no mundo todo (Colchester, 1993). Na América tropical, o processo foi impulsionado pela criação dos latifúndios e agravado pelo genocídio das populações indígenas. Além disso, a maioria das TIs no Brasil criadas nos anos de 1970 e 1980 tiveram seus limites definidos de forma autoritária, sem levar em consideração as necessidades de sustentabilidade a longo prazo nem a evolução demográfica dos índios. Cidades criaram-se no seu entorno, levando-lhes novas influências e hábitos de consumo. Via de regra, os ecossistemas naturais no entorno das TIs foram rápida e totalmente destruídos, enquanto, dentro delas, permaneceram preservados, atraindo a cobiça de madeireiros e garimpeiros.

Segundo a Funai, 85% das TIs sofrem com a exploração ilegal dos seus recursos naturais e a implementação, no seu entorno, de empreendimentos sem qualquer planejamento ambiental (Indriunas, 2000). A degradação ocorre principalmente por dois motivos: falta de opção quanto aos meios de sobrevivência no curto prazo, principalmente em áreas já degradadas e sub-dimensionadas, e desagregação social do grupo, levando à cooptação de lideranças por agentes econômicos externos – agravada pela falta de efetiva proteção do Estado.

Na região do Monte Pascoal foi igual: a perda de terras disponíveis desde o início do século XX, especialmente a partir da década de 1950 e da criação do PNMP em 1961, desagregou os padrões tradicionais de pequenas roças familiares de coivaras, levando os Pataxó a depender economicamente da fabricação e venda de artesanato. Paralelamente, depois do massacre de 1951, a maioria das famílias se dispersou e passou a trabalhar nas fazendas e cidades da região, mudando hábitos de consumo. Além disso, nas áreas pataxó que foram ganhas do PNMP em 1980 (acordo IBDF/Funai), os exploradores não-índios, já com suas reservas florestais quase esgotadas, compraram de algumas lideranças indígenas madeira a baixo custo, promovendo no interior da TI a mesma destruição que causaram (e ainda causam!) na região como um todo.

Pena que esse perigo ainda paira sobre o Monte Pascoal. Recentemente, na aldeia Boca da Mata – enquanto, nas demais, a fabricação de artesanato vem diminuindo – traficantes não-índios instalaram pequenas fábricas de artesanato, incentivando a produção de gamelas de madeira de lei. Empregam membros da população indígena, associam-se com outros e representam, hoje, a maior

ameaça, tanto para o fortalecimento cultural e a vida social Pataxó quanto para os ecossistemas do Parque.

Demografia e sustentabilidade

Seria um equívoco considerar a situação socioeconômica e cultural das populações tradicionais como estável. No Brasil, a população indígena está crescendo a uma taxa estimada entre 3 e 5%, superior à média nacional de 1,6%, segundo dados do IBGE do período 1996-2000.

Desde a criação do PNMP, a população Pataxó aumentou exponencialmente, devido tanto a seu crescimento endógeno como ao progressivo reagrupamento familiar que ocorreu após o já mencionado trauma de 1951. Calculamos, a partir de dados expostos por Rocha (1995), que os Pataxó passaram de 152 à mais de 5 mil entre 1965 e 2000, crescendo uma média de 50,8% ao ano entre 1965 e 1977, 40% entre 1985 e 1990 e 25% entre 1990 e 2000. Esses dados, de fontes diversas, não são absolutamente confiáveis (o número inicial de Pataxó foi quase certamente subestimado pelo IBDF). No entanto, demonstram um crescimento exponencial. Se a taxa de 25% ao ano se mantiver, 17.500 Pataxó viverão no entorno do Monte Pascoal em 2010.

Neste quadro, a questão da sustentabilidade ambiental dos Pataxó é desafiadora. A perda de espaço disponível e o crescimento populacional causaram a rápida destruição dos ecossistemas das aldeias. O Ibama calculou, comparando a cobertura florestal de 1975 e 1989, que cerca de 5 mil ha de floresta ombrófila foram degradados na área original do Parque, principalmente nas áreas hoje decretadas como TI (Rocha, 1995). Esse desmatamento deve-se à multiplicação das roças de coivara e ao enfraquecimento da floresta por extração seletiva de árvores, permitindo o alastramento dos incêndios em grande escala. O desmatamento mais intenso ocorreu entre 1984 e 1989, logo depois que uma parte do Parque foi oficialmente cedida pelo IBDF para o uso dos Pataxó (acordo de 1980). Calculamos que mais 744 ha de floresta preservada foram destruídos pelos grandes incêndios de 1989/1990, 1995 e 1998, a maior parte dentro da área indígena. Vale ressaltar que, desde a retomada do PNMP pelos Pataxó, em 1999, não se queimou mais área significativa de floresta nativa no Parque e nas aldeias. Os incêndios foram contidos no limite da “mata verde” pelos brigadistas pataxó, dos quais voltaremos a tratar ao final deste artigo.

A degradação mencionada deve-se à necessidade legítima de sobrevivência de uma população em estado crônico de miséria, e não a uma vontade deliberada de destruição, como frisado por alguns autores (Rocha, 1995; Olmos *et al.*, 2001). Ironicamente, o quadro de miséria não foi aliviado no processo. A degradação das terras agricul-

táveis, a falta de assistência do Estado e o crescimento populacional mantiveram os Pataxó na dependência crescente de atravessadores de artesanato para sobreviver.

A sustentabilidade ambiental dos Pataxó do Monte Pascoal, bem como de várias outras populações indígenas, demanda não apenas a disponibilidade de mais terras para que possam manter seu padrão tradicional de uso de recursos, como reza o artigo 231 da Constituição federal. Exige também o estabelecimento de novos paradigmas na criação, gestão e uso desses recursos, recuperando, entre outras, a fertilidade dos solos. Calculamos que a densidade populacional atual dos Pataxó no entorno do Monte Pascoal é de cerca de 39 habitantes/km². Se ocupassem a área atual do Parque Nacional, este índice cairia para 20 habitantes/km². Se a área pataxó triplicasse, ainda assim a densidade populacional seria de mais de 5 habitantes/km²⁽⁵⁾ (embora por muito pouco tempo, tendo-se em vista a taxa atual de crescimento populacional).

Novas demandas sociais

Praticamente todas as comunidades tradicionais nos trópicos estão ativamente procurando desenvolver-se nas áreas de saúde, educação e acesso à economia de mercado (Colchester, 1993). As expectativas do desenvolvimento sustentável não podem ferir a autonomia destas populações em decidir sobre seu futuro em função de novas aspirações de consumo e definições de bem estar, nem uma parceria ecológica poderia ter como base a desigualdade social (Lima, 1996). As populações tradicionais têm direito, tanto como nós, à ascensão social e à prosperidade econômica.

Como as populações tradicionais podem manter o delicado equilíbrio entre suas culturas e os recursos disponíveis no seu ambiente, com populações crescentes e maior demanda por dinheiro e serviços? No Brasil, a quase todas interagem hoje de alguma forma com a economia de mercado e têm algum acesso à tecnologia. Mesmo com direitos assegurados sobre suas terras, muitas vezes negociam com agentes externos a exploração de recursos. Permitem o acesso de madeireiros e garimpeiros; vendem peles de animais, penas de pássaros e artesanatos em escala bem maior que a da produção para uso próprio, pressionando seus recursos.

Passando por mudanças socioculturais rápidas, levando menos de uma geração, essas culturas enfrentam crises profundas. Conflitos de gerações são freqüentes. O apelo do consumo e da vida mais “fácil” provoca um êxodo de jovens para centros urbanos. A maioria das populações tradicionais encontra-se nessa encruzilhada entre vários futuros possíveis, cobrando uma redefinição coletiva de si mesma em relação à sociedade moderna.

Identidade cultural e equilíbrio ambiental

No entanto, é preciso ressaltar que mudanças não significam necessariamente colapso cultural nem destruição total dos recursos naturais. Novas estruturas sociais emergem, ao lado ou até acima das tradicionais. Vários grupos se mobilizam para enfrentar ameaças específicas a seu futuro e seus recursos. Trata-se de um processo de transição que, ao invés de destruir identidades, pode fortalecê-las e, mesmo com crise aguda levando à destruição ambiental momentânea, representar um precedente indispensável para o exercício efetivo da cidadania, sem a qual qualquer organização coletiva para a gestão sustentável de recursos e para intercâmbios eqüitativos com a sociedade não-índia, seria inviável.

O uso sustentável ao longo prazo dos recursos só é possível quando a comunidade acredita que seu futuro depende de sua terra (Colchester, 1993). Enquanto existir uma identidade cultural forte, amparada no domínio de um território ancestral, a tendência mais provável é a do restabelecimento progressivo de relações de cuidado e respeito com este território e seus recursos no longo prazo, diferente de estratégias baseadas na maximização de lucro de empresas, madeireiros, garimpeiros e fazendeiros que, sem elo duradouro com um local, se deslocam para qualquer outro uma vez os recursos exauridos.

No caso dos Pataxó, observamos nesses anos uma extraordinária reconstrução de identidade e auto-estima, estimulada por conquistas territoriais, re-interpretação de tradições quase esquecidas, resgate lingüístico e reestruturação social. Nesse processo, a proteção ativa dos ecossistemas do Monte Pascoal é percebida como motivo de orgulho e símbolo de construção de um futuro mais digno.

Mata Atlântica na UTI: a importância das áreas protegidas e das TIs

O conceito de área protegida destinada apenas à proteção da biodiversidade e dos recursos naturais está embasado num outro mito *rousseauiano* tipicamente iluminista: o da *natureza intocada*, análogo ao do paraíso perdido. Hoje, esta concepção de santuários da natureza excluindo toda e qualquer presença humana permanente está amplamente contestada (Diegues, 1994; Diegues & Nogara, 1994; Sachs & Weber, 1997). As noções de ecossistema “primário” ou “virgem”, a fundamentar esta visão, estão sendo cada vez mais controversas. Vários estudos mostram que atividades humanas têm contribuído significa-

⁵ A título de comparação, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (AM) a densidade de 0,6 pessoa por km² representa, mesmo assim, um desafio para a convivência a longo prazo de populações com ecossistemas (Lima, 1996).

tivamente para o aumento de biodiversidade em florestas tropicais (Mc Key *et al.*, 1996; Posey, 1991 e 1996).

No entanto, é preciso ponderar esta visão. A maior parte dos ecossistemas na Terra encontra-se em tal situação de degradação, reduzida a uma constelação de pequenos fragmentos isolados, que cada um desses, por menor que seja, torna-se vital para a perenidade do conjunto das suas espécies. Muitas espécies são intolerantes a atividades humanas como a exploração madeireira, caça e competição por recursos. A maioria das que as toleram sai-se muito melhor na sua ausência (Olmos *et al.*, 2001).

Um certo grau de perturbação, como a causada pela agricultura de coivara, cria uma diversificação de ambientes que pode resultar no aumento de espécies no nível local, mas existem limites na porcentagem de área perturbada, além dos quais o efeito é inverso. As atividades humanas *não criam novas espécies nativas*; apenas geram variedades cultivadas e enriquecem determinados locais, concentrando espécies úteis do ecossistema ou de outras regiões. As espécies nativas que se aproveitam dessas perturbações são geralmente pouco especializadas e de ampla distribuição, em detrimento de espécies muito especializadas e de distribuição restritas, ocorrendo em ambientes que ficam inalterados por longos períodos, como as florestas.⁽⁶⁾

Estudos mostram que, mesmo em áreas com baixa densidade demográfica e uso limitado ou ausente de armas de fogo, a persistência de várias espécies caçadas deve-se à presença de áreas vizinhas em que não se caça, as quais funcionam como “fontes” para as áreas nas quais se pratica a atividade (Olmos *et al.*, 2001). Esse fato é conhecido de muitas culturas tradicionais, que costumam (ou costumavam, quando tinham espaço disponível) deixar áreas livres da caça para permitir a recuperação dos efetivos. Os Xavante da reserva Rio das Mortes (MT), por exemplo, criaram dentro da TI áreas protegidas para conservar a fauna cinegética (Sá, 2000 em Olmos *et al.*, 2001).

A Mata Atlântica está na UTI. Estendendo-se por 17 estados, originalmente com mais de 1 milhão de hectares de floresta, é o bioma que primeiro foi colonizado e o que, hoje, é o mais povoado do Brasil, com 120 milhões de habitantes. Restam apenas 7,6% de sua cobertura original, em fragmentos isolados numa paisagem em que predomina a agricultura. No Nordeste, restam apenas 1 a 2% da cobertura original, 80% da qual se situa no sul da Bahia e norte do Espírito Santo (ISA, 2001; CI *et al.*, 2001).

Mostramos que este quadro catastrófico não se deve absolutamente às populações tradicionais – pelo contrário; não deixa, porém, de ser fato. Por terem sido objeto do mesmo processo de exclusão e destruição, populações tradicionais e remanescentes de ecossistemas disputam

entre si os últimos bolsões significativos, livres de exploração econômica.

A fragmentação dos ecossistemas é tal que boa parte das espécies animais e vegetais, mesmo em áreas protegidas está ameaçada de extinção (Da Silva & Tabarelli, 2000). Uma solução muito discutida é implementar mosaicos de áreas estritamente protegidas, onde o impacto humano é minimizado e até a presença humana limitada, interligadas por espaços gerenciados de forma a preservar e recuperar a cobertura vegetal, por meio do uso controlado dos recursos e do desenvolvimento de alternativas econômicas ambientalmente sustentáveis (CI *et al.*, 2001; Olmos *et al.*, 2001). Nesse contexto, as TIs devem desempenhar um papel fundamental, viabilizando, no seu interior e no seu entorno, áreas de preservação estrita com vistas ao futuro, o que só será possível quando essas populações desfrutarem de terras suficientes, de apoio técnico e de recursos para sair do quadro de miséria em que a maioria se encontra.

Dimensões políticas da proteção aos ecossistemas

Por assegurar a manutenção de amostras representativas de ambientes naturais, da diversidade de espécies e de suas variações genéticas, as áreas protegidas são consideradas o mais eficiente mecanismo de conservação da biodiversidade (Fonseca *et al.*, 1997; UICN, 2003). No mundo todo, 83% das UCs encontram-se sem desmatamento ou perda de áreas nativas e 40% apresentam recuperação de vegetação nativa desde sua criação (Bruner *et al.*, 2001). São consideradas pela Convenção sobre a Diversidade Biológica como pilar central para o desenvolvimento de estratégias nacionais de conservação da biodiversidade (UICN, 1994).

Para os defensores de Parques sem população, é exatamente porque os índios são “tão humanos como todos nós” (Olmos *et al.*, 2001), esgotando recursos, extinguindo espécies e tendo crescimento demográfico explosivo, que sua presença nas áreas estritamente protegidas é uma ameaça à biodiversidade, especialmente na Mata Atlântica (Arnt, 2000; Olmos *et al.*, 2001).

Para os defensores das populações tradicionais, ao contrário, as concepções de desenvolvimento que ressal-

⁶ Das cerca de 688 espécies de aves encontradas na Mata Atlântica, duzentas são endêmicas – isto é, encontradas apenas na Mata Atlântica e em nenhum outro lugar do mundo –, 419 espécies (183 endêmicas) ocorrem quase exclusivamente em ambientes pouco perturbados (Goerck, 1997). As espécies mais caçadas geralmente desempenham um papel fundamental na manutenção dos ecossistemas, especialmente os frugívoros ou predadores de sementes que têm grande relevância na dinâmica das florestas, como os grandes macacos, araras, mutuns e jacutingas (Olmos *et al.*, 2001).

tam a proteção da natureza por meio do estabelecimento de áreas protegidas, entre outros, são pouco eficazes na luta efetiva contra a destruição global do meio ambiente, e representam apenas novas formas de se excluir populações, arrancando-as de suas terras. UCs são vistas como instrumentos de dominação das oligarquias sobre as minorias e do Primeiro Mundo sobre países em desenvolvimento, por meio de financiamentos e da atuação de ONGs internacionais. A necessidade de se criarem áreas protegidas resulta diretamente da apropriação da maior parte do espaço e dos recursos pela expansão econômica global. Os altos investimentos necessários para preservar a biodiversidade são produzidos exatamente pelo sistema econômico que ainda destrói, de forma cada vez mais acelerada, a maior parte dos ecossistemas planetários (Lohmann, 1993).

Assim, se a maioria dos conflitos entre populações e áreas protegidas deve-se à disputa pelo acesso a recursos naturais (Weber, 1997), não podemos perder de vista a dimensão política da questão: boa parte da hostilidade que permeia os conflitos são primeiramente disputas de poder e domínio (Redford, 2002).

Ainda é prática comum a truculência de certos agentes do Ibama, especialmente com populações simples e de baixa renda. No Monte Pascoal, em quarenta anos de conflitos entre os Pataxó e o IBDF/Ibama, até recentemente, nunca tinha sido explicitada claramente aos índios toda a importância da Mata Atlântica e do Parque num contexto mais amplo. Assim, para a maioria dos Pataxó, a impressão é que a questão ambiental foi inventada apenas para infernizar sua vida e disputar seu espaço. Ao mesmo tempo, assistiram, ao longo de setenta anos, à redução de seu espaço tradicional em 90% e ao desmatamento de madeireiros, carvoeiros e pecuaristas. É assim que a maioria das populações tradicionais enxerga as áreas protegidas: como pretexto e mentira, impondo a elas restrições de acesso a terra e recursos, justificadas pelas depredações da sociedade “moderna” (Barbosa, 2000).

Áreas protegidas e populações tradicionais

É fato que a maioria das áreas estritamente protegidas no mundo todo foi e ainda está sendo criada em cima de terras já ocupadas ou usadas por populações humanas – na maior parte dos casos, sem que estas últimas sejam consultadas. Cerca de 70% dos Parques do mundo em desenvolvimento enfrentam conflitos pela presença de populações dentro de seus limites (Terborgh & Peres, 2002). O Relatório Nacional para o 1º Congresso Latino-Americano de Parques Nacionais e Outras Áreas Protegidas apresenta a lista das Áreas de Proteção Integral brasileiras tendo populações humanas dentro de

seus limites, ou seja: 51% dos Parques Nacionais,⁷ 26% das Reservas Biológicas e 28% das Estações Ecológicas (Ibama, 1997: 27).

O reassentamento das populações, quando ocorre, gera graves conseqüências sociais, além de custos financeiros e humanos altíssimos, superando geralmente os meios governamentais disponíveis para tal, especialmente em países em desenvolvimento. Provoca, ademais, um aumento da pressão sobre os ecossistemas, em represália contra a unidade. Dessa forma, muitas áreas protegidas encontram-se mais vulneráveis a agressões de que quando estavam sob controle de populações tradicionais. Quando a área passa ao controle do Estado, sem que este disponha de meios de defesa e controle adequados, cria-se um vazio social e uma situação de “livre acesso”. Os recursos naturais, antes sob regime de propriedade comum, tornam-se *bens sem dono*, sem controle efetivo (Raondry, 1997; Singh, 1997; Takforyan, 1996; Weber, 1995).

O Brasil é o principal país detentor de megadiversidade biológica do planeta, possuindo entre 15% e 20% das espécies descritas na Terra (MMA, 2002). Possui a flora mais rica do mundo, com cerca de 55 mil espécies de plantas superiores (22% do total mundial); 524 espécies de mamíferos, 1.677 de aves, 517 de anfíbios e 2.657 de peixes (Lewinsohn & Prado, 2002). A Mata Atlântica, mais ameaçada floresta brasileira, é considerada, proporcionalmente a seu tamanho, como a mais rica do país em espécies endêmicas e ameaçadas de plantas e animais.

Nos conflitos envolvendo áreas protegidas, os direitos de minorias colidem com o direito da sociedade como um todo e o de milhões de formas de vida, que, do mesmo modo que o homem, também têm direito à existência (Olmos *et al.*, 2001). Acreditamos, porém, que esses direitos não precisam afirmar-se em oposição um ao outro.

A destruição ambiental afeta mais imediatamente as populações que dependem diretamente dos recursos naturais, como as populações mais carentes, os povos indígenas e tradicionais. As elites podem mudar-se para condomínios ecológicos, comprar água mineral, custear sistemas onerosos de captação e tratamento de água. As populações marginalizadas, ao contrário, sofrem muito mais com a destruição do local onde são forçadas a viver.

Gestão ambiental participativa em TIs

As Áreas de Proteção Integral, apesar de eficientes, são comprovadamente incapazes, sozinhas, de conservar *todas* as formas de vida dos impactos crescentes que sofrem (UICN, 2003), especialmente num país de altíssima

⁷ O PNMP não figura nesta lista, por não ter aldeias dentro dos seus limites, salvo a área desmembrada da unidade em 1980.

diversidade biológica. No Brasil, as UCs de Proteção Integral correspondem a apenas 1,87% do território nacional, as de Uso Sustentável, a 2,72%, enquanto as TIs oficialmente reconhecidas ocupam cerca de 12,4 % do país.

Na Amazônia, os limites da maioria das TIs coincidem com os limites da floresta ainda em pé (Terborgh & Peres, 2002). Assim, o desmatamento observado em TIs é um pouco maior que o registrado nas UCs de Proteção Integral, menor do que em UCs de Uso Sustentável e muito menor do que em áreas contíguas desprotegidas (ISA, 2004). TIs e Reservas Extrativistas não podem ser vistas como substitutas a Parques; mas, ocupando mais de um quinto da região amazônica, como complemento a estes, dentro de um sistema integrado de gestão ou um corredor de biodiversidade (Terborgh & Peres, 2002). Vastas áreas preservadas dentro de TIs poderiam também, através de zoneamento, ser delimitadas como de Proteção Integral, e as populações indígenas receberem, para isto, todo o apoio técnico e financeiro necessário.

A maioria das TIs deve ser ampliada e seus recursos naturais recuperados. Os fragmentos preservados no interior delas devem ser mantidos através da gestão coletiva do seu uso *indireto* (ecoturismo), sendo elas fontes de sementes para a recuperação das áreas degradadas que as cercam, especialmente dos mananciais e das matas ciliares.

Esse processo de recuperação deve ser planejado de forma a estimular a produção de recursos alimentares e comercializáveis, permitindo melhorar consideravelmente a qualidade de vida das populações das aldeias, como pelo plantio de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Áreas de SAFs permitem restabelecer a conexão biológica entre fragmentos esparsos de florestas preservadas. As TIs, além de gerarem renda suficiente, podem se tornar eficientes zonas de proteção ambiental e interligação da Mata Atlântica e do Cerrado, no contexto de corredores ecológicos, resgatando ao mesmo tempo a dignidade, a auto-estima e o respeito à cultura dos povos que ali vivem.

O modelo exige que as populações indígenas sejam convencidas da necessidade de preservar a natureza, tanto para a sua sobrevivência imediata, como para as futuras gerações. Elas devem ser parceiras efetivas nas tomadas de decisão em todos os níveis: localmente, assumindo as áreas protegidas dentro de suas terras e participando na gestão das UCs vizinhas, bem como regional e nacionalmente, nos conselhos de planejamento e na elaboração e gestão dos grandes projetos ambientais.

O PNMP é zona-núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. O Projeto Pataxó atualmente em implantação nas aldeias Pataxó de seu entorno está trilhando concretamente na aplicação desses princípios. Os seus

primeiros resultados mostram que, apesar de um histórico de conflitos traumáticos, além de proporcionar segurança alimentar com ações emergenciais é possível, através de construção coletiva, mobilizar populações indígenas na conservação de um patrimônio natural que consideram como deles desde sempre, e pelo qual se sentem responsáveis perante o resto do país e do mundo. A recuperação de áreas degradadas no Parque e a implantação de SAFs nas aldeias têm a possibilidade, no futuro próximo, de contribuir para o resgate da conexão entre a Área Protegida e o vizinho Parque do Descobrimento.

É importante, no entanto, não perder de vista que a manutenção da riqueza biológica excepcional do Brasil e, especialmente, da Mata Atlântica demanda, além desses esforços pontuais, uma profunda revisão da política de incentivos e fomentos econômicos vigentes no país, a qual estimula a produção agrícola e florestal de massa, para exportação de matéria com pouco valor agregado, perenizando o modelo colonial. Mostramos que este modelo está acuando crescentemente natureza e populações carentes e tradicionais, indígenas ou não, nos mesmos espaços, cada vez mais reduzidos. Isso significa, entre outras coisas, que, consertando equívocos históricos, latifúndios instalados em Terras Indígenas tradicionais devem ser devolvidos a seus primeiros donos e a outros dedicados à reforma agrária, sem que isto seja feito em detrimento dos últimos remanescentes de ecossistemas preservados.

Encontro de perspectivas

As populações tradicionais e seus defensores, por sua vez, têm outra preocupação. Se as Terras Indígenas e outras terras ocupadas por populações tradicionais devem servir como refúgios de biodiversidade e proporcionar serviços ambientais que toda a humanidade necessita, então, normas e limites à exploração de espécies ameaçadas de extinção podem inibir o crescimento do consumo direto e da renda monetária dessas populações, além de afetar os seus direitos à autodeterminação (Lima, 1996; Olmos *et al.*, 2001).

Não se trata de compensar populações pela preservação de ecossistemas, oferecendo-lhes, em troca, projetos de desenvolvimento. Isso, comprovadamente, não funciona; não favorece a percepção de uma clara relação entre conservação e desenvolvimento nas pessoas que vivem no local (Wells & Brandon, 1992, Sachs & Weber, 1997). As estratégias têm de ser definidas e as escolhas feitas com total conhecimento de causa. O princípio é que “a conservação deve ser construída a partir do desenvolvimento e o desenvolvimento a partir da conservação” (Sachs & Weber, 1997). Quanto mais as populações são dependentes dos

ecossistemas, mais os programas de desenvolvimento são entrelaçados com a conservação. Isso somente é possível, entretanto, quando a vontade e a necessidade de preservar forem internalizadas e assumidas localmente. Se não for assim, a história do Monte Pascoal e de muitos outros Parques mostra que não existem cerca, lei, regulamento ou medida repressiva que consigam preservar os ecossistemas a longo prazo.

Trata-se de estabelecer um controle social do espaço e de seus recursos pela própria população, dando a ela a autoridade de controlar os limites de uma área pela qual se sente responsável. Somente existe preservação quando há cidadania. Isso exige um diálogo entre racionalidades com escala e referencial cultural diferenciados, respeitando sua especificidade, para tentar harmonizar seu funcionamento de forma a não se destruírem mutuamente (Passet, 1992).

É precisamente porque os índios são “tão humanos como todos nós” (Olmos *et al.*, 2001) que eles têm – no mínimo, tanto quanto nós – o potencial de se mostrarem eficientes e dedicados defensores dos últimos resquícios da Mata Atlântica. Ainda mais: o seu conhecimento dos ecossistemas mostra-se valioso na elaboração de estratégias locais de conservação. Em contrapartida, a percepção da importância global dos ecossistemas ameaçados e da questão ambiental como um todo aprofunda a ótica local, pela sua inserção num referencial mais amplo. Para tanto, é preciso que se construam alianças verdadeiras entre ambientalistas e povos tradicionais, resultante de mútua tomada de consciência da perspectiva do outro e dos bons fundamentos de seus objetivos. Estamos construindo no Monte Pascoal as bases concretas e práticas de tal aliança.

A co-gestão do PNMP e a luta pela demarcação da terra pataxó

Desde a retomada do PNMP, em agosto de 1999, as lideranças pataxó mostraram ter uma clara visão estratégica e política da responsabilidade que assumiram perante uma das últimas áreas preservadas de grande porte da Mata Atlântica no Nordeste brasileiro. Os caciques das aldeias do entorno do Monte assinaram, em fevereiro de 2000, um termo de acordo (ver box) comprometendo-se a atuar na proteção dos ecossistemas do Parque e ressaltando que, para que isto seja possível, são necessários projetos para o desenvolvimento de alternativas sustentáveis nas aldeias e a reativação do estudo antropológico para a recuperação de seu território tradicional.

Vale destacar que esse acordo, assinado pelos índios, nunca o foi pelo governo. Somente em fevereiro de 2002 foi celebrado um acordo de cooperação técnica entre os

ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, Ibama e Funai, dando respaldo legal a ações conjuntas destes órgãos no Monte Pascoal. Tal demora deveu-se à forte resistência e às polêmicas que o trabalho conjunto de proteção do Parque com os Pataxó suscitou, tanto por parte de indigenistas como de conservacionistas mais radicais.

Esta reação deu-se desde 2000, quando do início da formação, capacitação e equipamento de brigadas pataxó nas aldeias do entorno pelo Ibama/Prevfogo, bem como da discussão do projeto de sustentabilidade das aldeias, o qual viria a permitir dar início formal, em março de 2001, a um processo de co-gestão do Parque com os índios. Graças a isso, recursos emergenciais puderam ser viabilizados, permitindo a aquisição de veículos, combustível e um sistema de comunicação de rádio envolvendo todas as aldeias.

Para o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a ONG Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e outros, trata-se de uma tentativa de “suborno” dos índios, afastando-os dos seus propósitos de reconquista territorial e gerando conflitos internos, depois da tentativa fracassada de reintegração de posse em 1999 (Cimi, 2000; Messina, 2000; Santos, 2000; Sampaio, 2001). Todos ressaltam, no entanto, a importância ecológica do local, e justificam a permanência dos índios no Parque pelo seu empenho em preservar a eficiência com a qual os brigadistas Pataxó estão combatendo os incêndios que ameaçam o parque.

“Estamos informados, e podemos dar testemunho disto, de que o precioso patrimônio de mata atlântica no Monte Pascoal tem sido extremamente bem cuidado pelo povo Pataxó nos quatorze meses em que estes assumiram o controle da área, o que não vinha sendo feito pelos três insuficientes e ineptos servidores do Ibama aí mantidos até então”. (Messina, 2000)

Nunca se soube da vinda do sr. Messina ao Monte Pascoal naquela época. O que a maioria parece não ter percebido é que o próprio projeto atacado como sendo de “cooptação” permitiu que os Pataxó pudessem comprovar que querem, podem e sabem preservar. Este esforço foi bem sucedido, no sentido de ter propiciado organização interna e impedido, desde 1999, a destruição das florestas preservadas da área – ao contrário do que acontecia quando o PNMP estava sob vigilância exclusiva do Ibama. Em cinco anos de reocupação do Parque, nenhuma floresta primária foi queimada, pela primeira vez em anos. Várias matas ciliares das aldeias encontram-se em franca recuperação.

Vale lembrar que, além do aprofundamento da miséria e da dependência econômica, a destruição pelo fogo de

partes significativas da floresta do PNMP e das aldeias traria conseqüências sociológicas e políticas incalculáveis para este povo, inclusive na sua luta por reconquista territorial. Também é inverdade afirmar que esse trabalho visa afastar os Pataxó da luta pela terra, depois da tentativa fracassada de retirada à força. O MMA teve a coragem de adiar e depois paralisar o processo judicial de reintegração de posse, no sentido de permitir a abertura de um espaço de cooperação com os Pataxó, depois de décadas de conflito. Gestões do MMA junto ao governo da Bahia e aos setores mais conservadores do Ibama permitiram deter, na última hora, pelo menos três invasões do Parque pela Polícia Militar, em 1999 e 2000.

Também se entende que, do ponto-de-vista ambiental, é imprescindível que mais terras sejam disponibilizadas para atividades produtivas dos índios, permitindo recuperação de áreas degradadas e aliviando a pressão de uma população em crescimento exponencial sobre os últimos remanescentes de ecossistemas. Não há nenhuma relação entre esse trabalho e a dinâmica do reestudo da TI Pataxó. Por participar, desde 1999, do GT de identificação e delimitação do território Pataxó, constituído pela Funai, sabemos que o pleito pataxó sobre o Monte Pascoal é inegável.

No entanto, de nada adiantaria esse processo fazer-se às custas dos últimos remanescentes de floresta. Preservar é complexo, custa caro e exige equipamento, capacitação e organização. Numa estratégia de transição, a proposta de co-gestão do Monte Pascoal viabilizou administrativamente a aplicação de recursos significativos na área, o que permite evitar, ano após ano, uma catástrofe ambiental irreversível no Monte Pascoal, capacitando e equipando os Pataxó para que possam assumir duravelmente seu compromisso público de preservar e recuperar as florestas da sua área de ocupação tradicional, tanto no Parque quanto nas aldeias.

Esse processo não gerou até hoje conflitos dentro das comunidades; ao contrário, propiciou aos Pataxó o sentimento de estarem efetivamente assumindo a proteção de seu território, resgatando auto-estima e confiança. Houve discussões, o que é natural. Muitos têm medo das conseqüências de um acordo mal negociado – fato compreensível, considerando as décadas de conflito com o IBDF e, depois, o Ibama. Apesar disso, os Pataxó nunca descartaram nenhuma iniciativa que possa ajudá-los a preservar o Monte e a melhorar a situação das suas aldeias. Todos nós precisamos aprender a confiar mais nos Pataxó, a respeitar a sua vontade e a dinâmica própria de seus processos políticos e culturais internos. Nada mais fácil do que usar antigos medos para abalar a construção lenta de confiança e cooperação.

A co-gestão do PNMP e as questões ambientais

No outro extremo desse debate, o caso do Monte Pascoal é, para muitos conservacionistas, “(...) exemplo acabado da incompatibilidade entre populações e áreas protegidas que visam a proteção da diversidade biológica” (Rocha, 1997); “(...) um dos exemplos mais desastrosos de incompatibilidade entre áreas protegidas e ‘populações tradicionais’ (...)” (Olmos *et al.*, 2001). Os índios destruíam a floresta gratuitamente, não dependendo dela para sobreviver (Rocha, 1995), e teriam invadido o Monte Pascoal para este fim. São prova disso os 5 mil ha desmatados em quatorze anos e grandes incêndios *deliberadamente provocados* em 1989, 1995 e 1998 para aproveitar madeiras mortas (Rocha, 1995; Olmos *et al.*, 2001). Até hoje, fabricam artesanato com madeira de lei.

“... deve-se pensar no que está sendo perdido enquanto os pseudo-habitantes originais do Monte Pascoal estão cuidando do Parque. A maioria dos Pataxó quer anular o decreto de criação do Parque, abrindo a possibilidade de ocupar suas terras e explorar seus recursos comercializáveis”. (Olmos *et al.*, 2001)

Para os conservacionistas, a postura do MMA de não cumprir a ordem de reintegração de posse, a celebração de um acordo de cooperação e o investimento de recursos financeiros e materiais para sua co-gestão foram graves equívocos, sacramentando a entrada de invasores num Parque Nacional e colocando em perigo todo o sistema nacional de UCs, por incitar outras invasões de Parques por índios (Olmos *et al.*, 2001).

Já mencionamos e explicamos a destruição de 5 mil ha de florestas em quatorze anos, assim como calculamos o desmatamento dos anos posteriores. A pressão dos madeireiros da região, aliada à falta de apoio governamental, estimulou a venda de toras por preços muito baixos, desde que, em 1980, um terço da área original do Parque foi repassado aos Pataxó. Isso ocorre em muitas outras TIs do Brasil.

Já o fogo é um risco inerente à conformação dos ecossistemas da área, com campos nativos muito inflamáveis ao leste da mata, sob influência dos ventos dominantes. Além disso, a degradação das áreas agricultáveis por fogos repetidos, sua invasão por sapé, o progressivo enfraquecimento das florestas das aldeias e do PNMP por extrativismo de madeira, deixaram-nas extremamente vulneráveis aos incêndios. Os megaincêndios de 1989, 1995 e 1998 foram acidentais, e deveram-se, principalmente, a esses fatos e a condições climáticas desfavoráveis – as quais, por sinal, repetiram-se em 2002/2003, sem conseqüências tão dramáticas. Nos três casos, o

Ibama só interveio quando o fogo já tinha proporção de incêndio, e os índios, voluntariamente, empenharam-se durante semanas em difíceis combates. Sentiram-se, portanto, traídos, quando, logo depois, foram acusados de crime ambiental pelo Ibama.

Fogos continuaram a acontecer no período que vai de 1999 até o presente – geralmente, quando famílias isoladas tentam abrir roças –, mas são menos freqüentes. Na época de preparo de solo, agendam-se queimadas controladas, com apoio de brigadistas e agentes ambientais. Quando ocorre um acidente, a maioria dos focos é debelada em estágio inicial. Na forte seca de 2002/2003, mesmo que extensos incêndios tenham-se espalhado pelos campos, os índios assumiram o combate e conseguiram evitar a perda de mata.

Outro principal fator de degradação ambiental é a quase total dependência dos Pataxó do já mencionado comércio injusto de artesanato, que incentiva o abandono das roças, beneficia exclusivamente atravessadores e não deixa perspectivas de futuro muito promissoras para os índios. Esse é o maior desafio atual do Monte Pascoal.

Contextualizando a produção de artesanato de madeira

A extração seletiva de madeira do Parque para fabricação de gamelas e outros artefatos ocorre desde os anos 1980. Diminuiu depois da retomada do Parque, mas recrudescceu a partir de 2002, por conta de uma franca expansão deste mercado na região, pelo atraso de projetos de desenvolvimento sustentável nas aldeias e contando ainda com o incentivo de comerciantes não-índios. Pequenas fábricas, com tornos e serras elétricas, multiplicaram-se, especialmente em Boca da Mata. A maior dificuldade é que essa atividade oferece renda rápida, mesmo que modesta. Os atravessadores vão procurar os artefatos semi-acabados na porta das casas dos Pataxó, chegando a trocá-los por comida ou na forma de abatimento de dívidas anteriores. O domínio do artesanato de madeira é socialmente desagregador, enfraquece a organização interna e fortalece os brancos dentro da aldeia. Consumindo a maior parte do tempo de trabalho, afasta os homens da roça, gerando dependência econômica e alimentar. Enquanto a destruição tende a acelerar-se, implementar alternativas é um processo lento.

Em maio de 2003, o MMA, com a participação do Ibama, da Funai, da Associação Flora Brasil e da Diocese de Teixeira de Freitas, iniciou plantios alimentares emergenciais em áreas degradadas de todas as aldeias, resgatando, entre outros, o cultivo da mandioca, que se encontrava quase abandonado. Esse trabalho, que completa um ano, permitiu reduzir significativamente a

fome em toda a área. Concomitantemente, iniciou-se a capacitação dos produtores em princípios e técnicas de agroecologia, cuja implementação começou em 2004, de modo a permitir a recuperação progressiva dos solos e a da autonomia alimentar dos índios.

Observou-se, então, uma significativa diminuição da produção manual de artesanato. Apenas os tornos continuam aumentando, com estímulo e até financiamento de brancos e de alguns comerciantes indígenas. No entanto, já em 2004, assistimos pela primeira vez à mobilização de várias aldeias no sentido de forçar o fim dessa atividade. Em contrapartida, *a pedido dos Pataxó, inclusive da maioria dos artesãos* do local de maior produção,⁽⁸⁾ o Ibama deve fiscalizar com firmeza, toda a região, de maneira a extinguir a produção e o comércio desse tipo de “artesanato” no sul da Bahia como um todo. Estima-se que, para cada artefato produzido no Monte, de cinco a dez são fabricados clandestinamente nos povoados e cidades vizinhas, por não-índios. Trata-se do maior fator de desmatamento da Mata Atlântica da região, afetando também outras UCs e todos os demais remanescentes.

O sucesso desse esforço e a efetiva preservação do Monte dependem ainda, em médio prazo, da disponibilidade de mais terras agricultáveis e locais de pesca no entorno, tendo em consideração o crescimento exponencial da população em questão. Nesse sentido, o reconhecimento e a efetiva demarcação, desintrusão e homologação do território tradicional pataxó é fundamental.

UCs e populações tradicionais: o precedente pataxó

Nessa perspectiva, não é possível que continuem a prosperar visões como a de que os índios tenham *invadido* o PNMP com apoio de ONGs ou que o Parque tenha servido como *local de realocação* de comunidades indígenas. Primeiro, já mostramos aqui que não se trata de invasão, mas, sim, de *reocupação*. Os Pataxó têm opinião própria e grau de organização suficiente para tomar suas decisões. O conflito entre eles e o Ibama (antes, IBDF) arrasta-se há 40 anos! Lideranças atuais foram criadas neste conflito, que só se aprofundou pela total inabilidade dos órgãos responsáveis – Ibama e Funai – em operacionalizar conjuntamente, até muito recentemente, a sua resolução.

Em seguida, é fundamental observar que os Pataxó, desde a retomada do PNMP, têm respeitado os seus limites no que diz respeito à criação de aldeias e abertura de roças – cumprindo o seu compromisso e o objetivo de

⁸ Em reunião do Ibama e MMA com cacique, lideranças e a maioria dos artesãos Pataxó de Boca da Mata, em Boca da Mata, no dia 27/05/2004.

mantê-lo como área protegida ou, usando suas palavras, de “reserva” – e têm-se mobilizado e organizado para, junto com o Ibama, prevenir e combater os incêndios e demais agressões ao Parque. Nesse período “pós-retomada”, os principais impactos causados pelos Pataxó são, além do uso seletivo de madeira para artesanato, a caça de subsistência de pequenos mamíferos e, pontualmente, a abertura de capoeiras nas aldeias para roças familiares – problemas que só serão enfrentados com a melhoria radical da condição de vida dessas populações.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o precedente Pataxó é positivo – tanto para a luta indigenista como para a conservação da biodiversidade – por resgatar, ao mesmo tempo, auto-estima, autodeterminação, domínio de território tradicional, conscientização ambiental e preservação ativa de ecossistemas. O precedente é importante, tendo em vista as inúmeras situações de conflitos socioambientais assolando UCs e populações tradicionais, no Brasil e no mundo todo.

Do ponto-de-vista conservacionista, o Monte Pascoal ilustra muito bem como e porque a falta de reconhecimento oficial à posse e ao domínio de populações locais sobre determinada área acaba por impossibilitar qualquer medida de proteção da mesma. Quando um caçador ou palmiteiro entra num Parque à noite, sente invadir um espaço alheio, e foge do fiscal. No Monte Pascoal, o sentimento é inverso: o fiscal do Ibama é que é o invasor; sua legitimidade é contestada, e sua ação leva, cedo ou tarde, ao enfrentamento direto, como ocorreu em várias ocasiões, impossibilitando qualquer fiscalização. Contrastando com esse histórico, temos, há cinco anos, observado que, quando a população percebe que sua posse não é contestada em si mesma, cria-se um sentimento de responsabilidade para com a unidade, enquanto legado e herança para as futuras gerações e, também, face ao resto do país.

Não temos a pretensão de esgotar essa complexa discussão aqui. Entretanto, as populações pataxó e as florestas do Monte Pascoal não podem esperar a conclusão desse debate. Partimos para a ação concreta, por não tolerar ver a situação social dramática da maioria dos Pataxó nem assistir à destruição de um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica enquanto se alimenta uma polêmica ideológica – ao nosso ver, bastante distante da realidade – nos congressos, nos gabinetes e na *internet*.

Respeito ao meio ambiente e ao indigenato pataxó

Para finalizar, acreditamos que não se consegue deter a agressão ao meio ambiente com outra agressão. Ao nosso ver, a máxima agressão que um povo pode sofrer,

além do genocídio, é a negação da sua identidade enquanto grupo social. Vários artigos que tratam da questão do Monte Pascoal falam de “posseiros”, “população ‘indígena’” (com o uso de aspas na segunda palavra), “profunda aculturação” pataxó, da perda da sua língua, do fato de que os primeiros habitantes da região eram os Tupiniquins, que foram exterminados, e que, ali, a ocupação pataxó começou apenas em meados do século XIX; ainda frisam que o forte incremento populacional pataxó a partir de 1970 deve-se à migração de “caboclos” e moradores da região, em função das vantagens de estar dentro do parque e poder explorá-lo (Rocha, 1995 e 1997; Olmos *et al.*, 2001).

Essas inverdades denotam um profundo desconhecimento histórico e acabam por difundir amplamente um preconceito – pelo menos entre os ambientalistas –, enfraquecendo a legitimidade dos Pataxó até em existir, como ilustra esta pérola:

“(…) Talvez por isso, as vestes ‘indígenas’ que os Pataxó usam diante de turistas se pareçam tanto com as dos índios do quadro ‘Primeira missa do Brasil’, do pintor Pedro Américo. As garantias dadas pela Constituição de 1988 são um incentivo ao surgimento dos ‘neo-índios’ e ‘tribos emergentes’ que agora pipocam pelo país”. (Olmos *et al.*, 2001)

Dessa forma, não se vai a lugar nenhum. Os Pataxó estão na região do Monte Pascoal há séculos. Na convivência com eles, apesar da perda (parcial) da língua, podemos perceber inúmeras características e posturas genuinamente indígenas, desde a forma de fazer farinha fermentada até o modo de educar os filhos, resolver conflitos e estabelecer lideranças e representações. Mais importante é que *e/es* se consideram como tal e são assim considerados e tratados – em geral, com muito preconceito – em toda a região.

A convivência e os anos de trabalho conjunto com os Pataxó reforçaram a nossa profunda convicção de que, sem diálogo, sem paz, sem cidadania, a biodiversidade não está ameaçada; está condenada – pela falta de sensibilidade e de respeito, tanto para com a natureza quanto para com o ser humano; pois, para nós e para os Pataxó, trata-se de um único e mesmo sentimento.

Referências bibliográficas

- ARNT, Ricardo. “São os índios ecologistas?”. Folha de S. Paulo, 18/05/2000, p. A3.
- BARBOSA, C. A. “Índios, preservação e preconceito”. Folha de S. Paulo, 13/06/2000.
- BRUNER, A. G., R. E. GULLISON, R. E. RICE & G. A. B. da FONSECA, “Effectiveness of Parks in Protecting Tropical Biodiversity”. *Science*, 291, pp. 125-128, 2001.
- CARVALHO, M. R. G. Brevíssima notícia sobre o contexto histórico-geográfico e a inserção contemporânea dos Pataxó (sul da Bahia). Subsídio de reunião, Salvador, 2000.

- CI (CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL), The World Bank, Global Environment Facility & The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation. Mata Atlântica, Hotspot da biodiversidade perfil de ecossistema. Washington, Conservation International, 2001.
- CIMI (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO). "ABA critica Ministério do Meio Ambiente e pede urgência para a conclusão da demarcação". Boletim do Cimi, 30/11/2000.
- DA SILVA, J.M.C. & TABARELLI, M. "Tree species impoverishment and the future flora of the Atlantic forest of northeast Brazil". *Nature*, n. 404, pp. 72-74, 2000.
- DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Nupaub/Usp, 1994.
- _____; P. J. NOGARA, O nosso lugar virou parque: estudo socioambiental do Saco de Mamaguá – Parati – Rio de Janeiro. São Paulo, Nupaub/Cemar-Usp, 1994.
- FONSECA, G. A. B.; PINTO, L. P. S.; RYLANDS, A. B. Biodiversidade e Unidades de Conservação. Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol. I – Conferências e Palestras. Curitiba, Universidade Livre do Meio Ambiente, Rede PróUnidades de Conservação e Instituto Ambiental do Paraná, nov. 1997.
- GTZ (DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT GmbH). "Integrating Development and Conservation: Indigenous communities as partners and promoters". Germany, Project "people and biodiversity", GTZ. 2003.
- IBAMA. Relatório Nacional do Brasil para o Primeiro Congresso Latino-Americano de Parques Nacionais e Outras Áreas Protegidas. Brasília, 1997.
- INDRIUNAS, L. "85% das reservas dos índios são alvo de invasões". Folha de S. Paulo, 13.08.2000.
- ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL). "Apresentação da Mata Atlântica". Apresentação em Powerpoint (CD SOS ISA Mata Atlântica 2001).
- _____. "Para Criar um Programa para a Proteção e o Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas". São Paulo, mimeo, 2004.
- LEWINSOHN, T. M.; PRADO, P. I. Biodiversidade brasileira: síntese do estado atual do conhecimento. São Paulo, Contexto/Ministério do Meio ambiente, Conservation International do Brasil, 2002.
- LOHMANN, L. "Against the Myths". In: COLCHESTER, M. & LOHMANN, L. (eds.). *The Struggle for Land and the Fate of the Forests*. London/Penang/Newton, The Rainforest Movement, The Ecologist, Zed Books, pp. 16-34, 1993.
- LIMA, D. M. "Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: os limites da parceria ecológica". Trabalho apresentado no Simpósio Diversidade Biológica e Cultural da Amazônia em um Mundo em Transformação. Belém, MPEG, 23-27 set. 1996.
- McKEY, D.; LINARES, O. F.; CLEMENTS, C. R.; HLADIK, C. M. "Ressources alimentaires des forêts tropicales: une mise en perspective des tendances évolutives et de l'impact du peuplement humain". In: HLADIK, C.M. et al. (ed.), *L'alimentation en forêt tropicale: interactions bioculturelles et perspectives de développement*, vol.1. Paris, Mab/ Unesco, 1996.
- MESSINA, F. "Monte Pascoal, Terra Pataxó!!!". Carta aberta de Fabrizio Messina (Roma) ao Ministério Público Federal (MPF), 20 nov. 2000.
- OLMOS, F.; MILANO, M. et al. "Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das 'populações tradicionais' à Mata Atlântica". In: ALBUQUERQUE, J.L.B.; CANDIDO Jr. F.F.; STRAUBE, F.C.; ROOS, A.L. (eds.). *Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias*. Florianópolis, Unisul, 2001.
- PASSET, R. "Développement durable et biosphère: ouverture multidimensionnelle ou nouveaux réductionnismes?" In: *Entre savoirs, interdisciplinarité en actes: enjeux, obstacles, resultants*. Paris, Unesco/ed. Echos, 1992.
- POSEY, D.A. "Kaiapo Indians: synergy experts". ILEIA Newsletter, 4, p. 34, 1991.
- _____. "Importance des espèces semidomestiquées en Amazonie: impact sur la flore et la faune de leur dissémination par les Indiens Kayapó et ses conséquences sur les systèmes de gestion". In: HLADIK, C.M. et al. (ed.). *L'alimentation en forêt tropicale: interactions bioculturelles et perspectives de développement*, vol.1. Paris, Mab/ Unesco, 1996.
- RAONDRY, N. "The MananaraNorth Biosphere Reserve, Madagascar: Working out Management of Natural Ressources by Local Communities in the Biosphere Reserves". In: ARAGÓN, L. E.; CLÜSENER Godt, M. (org.). *Reservas da biosfera e reservas extrativistas: conservação da biodiversidade e ecodesenvolvimento*. Belém, Unamaz, 1997 [Série Cooperação Amazônica 18].
- REDFORD, K. H. "Creating Natural Alliances before the Forest is Destroyed". In: MILANO, M. S. (org.). *Unidades de Conservação: atualidades e tendências*. Curitiba, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.
- ROCHA, S. B. "Monte Pascoal National Park: Indigenous Inhabitants Versus Conservation Units". In: AMEND S.; AMEND, T. (ed.). *National Parks Without People? The South American Experience*. Parques Nacionales y Conservación Ambiental n. 5, Quito, IUCN, 1995.
- _____. *Unidades de Conservação e populações tradicionais: uma visão conservacionista*. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba, Rede Nacional Pro Unidades de Conservação, pp. 368-385, 1997.
- ROUÉ, M. "Novas perspectivas em etnoecologia: 'saberes tradicionais' e gestão dos recursos naturais". In: CASTRO, E. e PINTON, F. (org.) *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém, UFPA/NAEA, 1997.
- SACHS, I. & J. WEBER, "Developing in Harmony with Nature: Guidelines for Resources Management by People in the Biosphere Reserves". In: ARAGÓN, L. E.; CLÜSENER Godt, M. (org.). *Reservas da biosfera e reservas extrativistas: conservação da biodiversidade e ecodesenvolvimento*. Belém, Unamaz, 1997. [Série Cooperação Amazônica, 18].
- SAMPAIO, J. A. L. "Ibama volta a tentar subornar os Pataxó no Monte Pascoal". Manifesto da Anai, divulgado na internet em 08/03/2001.
- SANTOS, S. C. "ABA apóia Campanha em Defesa da Terra Pataxó do Monte Pascoal". Carta aberta da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) ao Ministério Público Federal (MPF), 26 nov. 2000.
- SINGH, S., "Biodiversity conservation through ecodesvelopment planning and implementation: lessons from Índia". In: ARAGÓN, L. E. e CLÜSENERGODT, M. (orgs.), *Reservas da biosfera e reservas extrativistas: conservação da biodiversidade e ecodesenvolvimento*. Belém, Unamaz, 1997 [Série Cooperação Amazônica 18].
- TAKFORYAN, A. "Gestion écologique ou gestion sociale? Economie, faune sauvage et populations locales en Afrique". Comunicação apresentada ao colóquio Ecologie, Société, Economie, St. Quentin en Yvelines, 23 a 25 mai. 1996.
- TERBORGH, J.; PERES, C.A. "O problema das pessoas nos Parques". In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT C. L.; RAO, M. (org.). *Tornando os Parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba, Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002 [Série Pesquisa nº 75].
- UICN. "A Guide to the Convention on Biological Diversity". Gland, IUCN. 1994.
- _____. *Recomendación Del Congreso Mundial de Parques*. Durban, IUCN, 2003.
- WEBER, J. "L'occupation humaine des aires protégées à Madagascar: diagnostic et éléments pour une gestion viable". In: *Natures Sciences Société*, 3 (2), pp. 157-164, 1995.
- _____. "Gestão dos recursos naturais renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisa". In: VIEIRA, P. F.; Weber, J. (orgs.). *Gestão dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo, Cortez, 1997.
- WELLS, M.; BRANDON, K. *People and Parks: Linking Protected Area Management with Local Communities*. Washington, The World Bank/WWF/ Usaid, 1992.

Projeto Monte Pascoal: síntese e resultados

Desde os primeiros dias da retomada do Parque Nacional (Parna) de Monte Pascoal, em agosto de 1999, discutiu-se com as comunidades Pataxó meios concretos de garantir a conservação dos ecossistemas da unidade. O primeiro passo foi buscar a viabilização dos meios técnicos e financeiros indispensáveis à preservação em curto prazo da floresta. No verão de 1999-2000, um grupo de Pataxó liderado por Walter da Conceição Braz assumiu espontaneamente e sem apoio concreto a luta contra o fogo no parque e nas aldeias.

Em novembro de 2000, graças ao empenho pessoal desses ambientalistas Pataxó e de Milene Maia Oberlaender, o Ibama/Prevfogo viabilizou cursos de prevenção e combate a incêndios florestais. Em três anos um total de 120 brigadistas pataxó foi capacitado e equipado, e desde então combateu com eficácia centenas de focos de incêndios em estágio inicial. Desde 1999, nenhum incêndio de grande porte afetou áreas de floresta primária do conjunto Parque/aldeias.

Em março de 2001, a pedido da maioria das lideranças das aldeias, Milene Maia assumiu a gerência formal do Parque, iniciando-se um processo de gestão compartilhada do Monte Pascoal. Com isso, recursos financeiros necessários à preservação do Parque foram mobilizados. Em 2002, um convênio entre o Ibama/Parna Monte Pascoal e o MMA permitiu a compra de veículo tracionado e de rádios transmissores, estabelecendo a comunicação de todas as aldeias e dos três Parnas da região. Neste ano, Milene conseguiu também a organização pelo Ibama de um curso de capacitação de 29 agentes ambientais voluntários, permitindo o envolvimento formal dos Pataxó na fiscalização do Parque e entorno.

Em 28 de fevereiro de 2002 foi firmado um acordo de cooperação técnica entre os ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, o Ibama e a Funai, dando respaldo legal ao investimento de recursos diretamente do MMA, no âmbito do Projeto Monte Pascoal.⁽¹⁾ No mesmo ano, foi firmado um convênio entre o Ibama e a Associação Pataxó de Ecoturismo, permitindo a mobilização e capacitação de 29 agentes multiplicadores ambientais em dez aldeias, num processo de educação e extensão ambiental, com apoio técnico da Associação Flora Brasil. Esta metodologia se mostrou muito eficaz no envolvimento das aldeias e permitiu maior participação das famílias mais distantes. Está sendo agora replicada na Reserva Extrativista do Corumbau, com recursos do FNMA, pela Associação Pradense de Proteção ao Ambiente (Appa).

Em março de 2003, iniciou-se o Projeto UTF O47–Subprojeto 03, no âmbito da Diretoria de Áreas Protegidas, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA. Este projeto, pautado num amplo processo de discussão interinstitucional que ocorreu em 1997, e de várias consultas nas aldeias no decorrer de 1999 e nos anos seguintes, foi elaborado com a participação ativa dos Pataxó. Ele visa melhorar as condições de vida da população e reduzir drasticamente o uso predatório dos recursos naturais, iniciando um processo de recuperação de áreas degradadas em locais estratégicos do Parque e das aldeias. Priorizou-se no primeiro ano a busca da segurança alimentar e a agricultura sustentável, conforme principal recomendação da Oficina para Detalhamento do Projeto, organizada em julho de 2002. O Projeto, com apoio e recursos auxiliares da Associação Flora Brasil, da Diocese de Teixeira de Freitas e da Funai, permitiu a abertura de 151 roças alimentares, somando 346 ha, entre março de 2003 e julho de 2004, em áreas degradadas invadidas de sapé, nas dez aldeias do entorno do Monte Pascoal. Mais de cem grupos de famílias pataxó receberam insumos, sementes e equipamentos para plantar feijão, milho, mandioca, abóbora e melancia. Este trabalho envolveu cerca de 560 das 707 famílias levantadas nas dez aldeias. Apenas com a implantação dessas roças alimentares, reduziu-se drasticamente a fome, recuperou-se o plantio de mandioca – quase abandonado – e observou-se uma significativa diminuição da fabricação de artesanato com madeira de lei. Roças localizadas entre as áreas degradadas e a floresta contribuíram também na proteção do Parque contra o fogo.

Desde julho de 2003, o MMA, com o apoio da Flora Brasil e da GTZ, viabilizou a vinda de técnicos para elaborar com os Pataxó uma proposta de transição dessas ações emergenciais para sistemas sustentáveis de produção agrícola. Cerca de trinta oficinas e atividades de capacitação foram realizadas nas aldeias entre dezembro de 2003 e março de 2004. Experiências-piloto de SAFs e adubação verde foram implementadas. Prevê-se em 2004/2005 a implantação de sistemas agroflorestais associando produção alimentar de curto prazo com plantios permanentes de fruteiras e de leguminosas para adubação verde e produção de lenha e de sementes usadas na fabricação de colares. Também está prevista a organização de bancos comunitários de sementes e a conversão de mais 200 ha de sapé em cultivos, de forma a se aproximar da meta de um hectare cultivado para cada família envolvida, até o final de 2005.

¹Processo nº 08620.001411/2001, publicado no DOU em 11/03/2002.

Depoimento

↓ CRÍTICAS E ↑ APOIOS AO PLANO DE GESTÃO COMPARTILHADA

↓ Joel Brás Pataxó* – LIDERANÇA DA ALDEIA NOVA DO MONTE PASCOAL – SURGIDA APÓS A RETOMADA DO PNMP PELOS PATAXÓ – E REPRESENTANTE DA ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO (APOINME)

Como você tem visto a proposta do acordo no Monte Pascoal e os conflitos envolvendo a Terra Indígena e o Parque Nacional?

Eu tenho visto esse acordo como um grande desafio na história do nosso povo. É um desafio que é muito complicado para que se possa aceitar. Porque realmente tem gerado vários tipos de conflitos. Não só o conflito físico, mas também o conflito político, entre as comunidades indígenas e algumas lideranças. E isso é importante a gente dizer: não só em uma ou outra comunidade, mas em todas elas, no território do Monte, tem gerado divisões políticas muito fortes, a ponto de ficar perto de um conflito físico e pessoal entre lideranças de várias comunidades.

E o Ibama, como tem agido?

Ah, o Ibama... Como tenho visto e acompanhado, tem agido de forma muito sutil, mas, digamos assim, criminosa. Porque o Ibama tem agido assim... até iludindo as lideranças para aceitarem com alusões de empregos, ofertas de projetos, para aceitar o acordo... ofertas de áreas (de roça) aradas para plantios. Então, eu tenho como se o Ibama estivesse aliciando lideranças para que aceitem o acordo. Então, isso eu acho, é muito criminoso. E preocupante, porque mesmo o resultado final disso tem sido os conflitos internos... uns aceitam e outros não. Nós temos conversado desde 1999 [ano da retomada do PNMP] com referência ao conflito na lei. Pois como é que a gente aceita um acordo em nossa terra, onde tem um decreto que contrapõe o sentido da demarcação da Terra Indígena? E, se a gente aceita esse acordo, vai contra essa nossa reivindicação da demarcação como Terra Indígena. Nesse sentido, essa coisa de ser Parque vai contra a lei que a terra é indígena. A lei que rege os direitos indígenas, o Estatuto [do Índio, como é conhecida a Lei nº 6.001, de 1973], e a lei do nosso direito originário na Constituição garantem que a nossa terra seja demarcada, e não deve ser Parque. Bom... se a Funai, que defende o índio, tem uma lei e o Ibama tem outra lei, diferente da do índio, e em cada órgão desse tem uma proposta de trabalho diferente, isso não pode se misturar... os dois são coisas separadas. Pronto, ou é Terra indígena ou é Parque.

E no caso do Monte Pascoal?

Nesse caso do Monte, a terra é dos Pataxó. Porque, antes de ser Parque, a terra era dos índios. É indiscutível que é Terra Indígena, sim. Não pode misturar as coisas. Essa coisa de ser Parque não podemos concordar.

↑ Adailton Pereira Brás** – VICE-CACIQUE DA ALDEIA DE CORUMBAUZINHO

O que o sr. tem a dizer sobre a gestão compartilhada?

Esse projeto do Ibama com os índios realmente melhorou bastante a situação, porque agora a gente está tendo as terras aradas, sementes. Na primeira rodada, a gente colheu bastante; nessa segunda rodada também colhemos. E já estamos plantando, a gente já tem bastante mandioca, e colhemos melancia, tem abóbora... Antigamente não tínhamos liberdade para conversar com o IBDF. E hoje a gente está tendo, não temos medo de conversar com o Ibama.

Tivemos esse avanço, mas precisa melhorar muito. Na minha opinião, é importante que a Funai se manifeste mais... No momento, aqui, a Funai não está investindo quase nada.

E em relação ao desmatamento para atividades de artesanato?

Se gente desmatar, deixar queimar, vamos ser prejudicados, através de caça, peixe, água. Temos que fazer o máximo possível para conservar as matas, porque somos nós que estamos perdendo. Aqui no Corumbauzinho a derrubada diminuiu bastante, porque o pessoal agora está lutando mais na roça. Aqui, a gente não tem capoeira igual antigamente, como nossos pais e avós que colocavam roça no mato. Estamos na parceria com o Ibama para entrar com trator, com semente, e a gente está aí para trabalhar. Então, aqui no Corumbauzinho, eu garanto a você que diminuiu bastante a venda de artesanato.

O que deveria ser feito é o governo, o Ministério do Meio Ambiente, Funai, índio, fazerem outros projetos para investir mais nas aldeias para de agora em diante a gente não precisar ficar matando árvore de pau para fazer artesanato. Já fizemos reuniões com o Ibama e pedimos varas para peixe, ter represa, estrada, e investir mais em emprego para própria comunidade. Antigamente o pessoal queria mais destruir, hoje é diferente, nós estamos que-

rendo preservar. E o Ibama, Ministério do Meio Ambiente investindo mais em emprego para nós índios, temos como segurar este Monte Pascoal.

↓ Edvaldo Brás Pataxó* – CACIQUE DA ALDEIA CORUMBAUZINHO

Qual a sua opinião sobre essa disputa envolvendo o Ibama e a luta de vocês, pela demarcação do Monte Pascoal?

Na minha opinião, eu entendo que é uma área indígena, que é patrimônio dos nossos antepassados e que hoje nós estamos aos poucos nos apoderando dessa terra. E o que vejo da parte do Ibama é que ele quer se meter e continuar com os erros do passado... que esses direitos nunca pertenceram a eles, mas que sempre quiseram mandar dentro de uma Terra Indígena, fazer o que querem dentro de nossa terra, sem nenhuma comunicação com os índios, que são os donos. E, dessa forma, eu nunca achei por bem a proposta do acordo, empurrado goela abaixo pelas autoridades do governo. Na verdade, uma parceria nós podemos aceitar. Mas cada um na sua parte. Pois, dentro de nossas aldeias, só nós é que mandamos. Nós só poderemos aceitar qualquer coisa do Ibama ou de qualquer órgão combinado com a gente, com as lideranças. Alguma coisa que eles estão fazendo sem o nosso conhecimento por lá, nós vamos desmanchar. É o que temos visto: pega uma pessoa, sem o nosso conhecimento, por fora, dá ordens, promete o emprego e ilude alguns. Eu não concordo bem com isso. Porque nós já fomos muito massacrados pelo Ibama. E, dessa forma, eu não concordo de ter companheiros nossos trabalhando para o Ibama, empregados do Ibama, depois de ter passado tanto sofrimento. Queremos, sim, manter a nossa preservação e cuidado no Monte, mas coordenado pela Funai, independente do Ibama. Vou falar a verdade mesmo: o Ibama parece nossos inimigos, pisa em nós, maltrata e engana, feito antigamente, quando batia nos índios... quando encontrava um índio com uma caça, pegava e batia no rosto do índio com aquela caça. Essa é a verdade e a dor que marca, e ficou até hoje. Então, ele fica lá no seu canto, e deixa a gente em nossa terra, com a ajuda da Funai.

Então, você acha que a demarcação vai resolver de vez esse problema?

Na verdade, a gente espera que esse relatório de dona Maria do Rosário [referência ao relatório antropológico a ser concluído pelo GT da Funai]..., que foi um relatório que nós que pedimos e lutamos por isso; pedimos que fosse dona Maria pois ela é a pessoa em quem confiamos, é do nosso coração. E, depois que essa terra for demarcada,

vamos ter condições de melhor fiscalização, com parceria com os órgãos, com segurança e respeito, juntamente com a Funai.

↑ José Ferreira** - CACIQUE DA ALDEIA BARRA VELHA

O que o sr. tem a dizer sobre a gestão compartilhada?

O que estou vendo é que muita coisa mudou para melhor! E outras coisas ainda precisam melhorar. O Ibama prometeu fazer roça para os índios, para fazê-los deixar de procurar estas madeiras para o artesanato. Mas é tanta gente para um órgão só cuidar, e um tratorzinho só pra dar conta de todo mundo. Então, esse tratorzinho uma hora vai fazer a roça de um, e faz, outra hora vai fazer a roça de outro e quebra, levando um mês lá parado. Porque o ganho deles aqui é o artesanato. Desde que eles pararam, estão passando por privações e eu estou sentindo que se não adiantar mais um pouco para desenvolver as roças, eles vão voltar com o artesanato de novo. E esse ponto é que eu não quero que aconteça, que eles voltem ao trabalho de artesanato porque se eles voltarem não vão sair mais.

Eu acho que o Ibama e a Funai estão no mesmo barco e se escorando um no outro. É aquela história: na casa de duas mulheres uma espera pela outra. Está na hora de sentar Ibama e Funai juntos, índios juntos, e procurar ver o que é que está errado para nós botarmos no caminho. Para que assim os dois não fiquem esperando um pelo outro e também que o índio não fique de braços cruzados esperando que deus mande do céu o que eles precisam. Ele só manda a chuva, que está caindo.

O IBDF não deixava o índio cortar uma vara sequer, pegar um caranguejo ali no mangue, porque de onde o índio vivia era do mangue, sabe? Cansei de ver o IBDF olhar e derramar samburá de caranguejo dos índios, e os índios ficarem nervosos com eles. O IBDF queria matar os índios de fome dentro da terra deles, e isso foi levado até Brasília em relatório. O Ibama, hoje, já tem outro sentido, é melhor do que o IBDF.

E em relação ao desmatamento para atividades de artesanato?

Eu já posso meter o dedo todo dentro do fogo pelo grupo de Barra Velha. Posso dizer para você que se todos estivessem iguais, já tinha era acabado com o problema de artesanato e desmatamento de madeira. Os índios de Barra Velha são o único grupo que não estão mais mexendo em mata.

Às vezes vêm pessoas de fora caçar dentro da área, botar armadilha, tirar madeira de lei escondido, para poder

botar a culpa nos índios. Isso sempre acontece. Aí, como é o índio que está tomando conta, vai dizer “eu vou tirar, eu vou caçar”, e quando a fiscalização pegava, dizia “é o índio”. Ou mesmo não pegando, mas que vê lá aquelas coisas bolidas, usadas, eles vão dizer que são os índios. Mas alguns índios estão procurando fazer a coisa certa. Eu digo porque nesse assunto de fogo, tem um grupo aqui que eu vejo mesmo, como cacique, que eles estão cumprindo com seu papel direito. Eles têm um radinho de comunicação que ficam olhando pelos ares, e assim que nasce a fumaça eles logo comunicam a todos os grupos, para poder dizer “tal canto tem uma fumaça, tem um foco, e vocês que estão mais próximos corrijam isso aí; se puderem apagar, beleza, se não puderem, convoquem a gente que vamos lá todo mundo e apagamos esse fogo”.

Se nós pensarmos no futuro de nossos filhos, nós temos mais é que preservar esta área! Porque se preservarmos a área, daqui a dez anos, vinte, trinta anos nós temos ainda como mostrar uma ave bonita para os filhos.

↓ Adenilson da Conceição* - ALDEIA ALEGRIA NOVA, REGIÃO DO PARQUE DO DESCOBRIMENTO

Como você tem visto esse conflito entre Parque e Terra Indígena?

No meu ponto de vista, o Ibama ainda não se mostrou sério e quer tirar é proveito da situação. Depois de tanta agressão dos grandes contra a nossa terra e o que sobrou de mata, agora tem que ficar preso, para preservação, sem os donos dentro? Hoje, pelas destruições que eles fizeram, o governo não tem como representar mais áreas da mata, de meio ambiente. Aí, hoje, eles aproveitam das áreas onde a gente é dono e dizem que mandam, e nós não podemos ficar na nossa terra, não... nossa casa.

↑ João Brás** – CACIQUE DE ÁGUAS BELAS

O que o sr. tem a dizer sobre a gestão compartilhada?

O que eu tenho a falar é o seguinte: melhorou nesses três anos o Ibama já começou a abrir roça nas aldeias, inclusive abriu aqui também em Águas Belas. A gente gostou porque ajudou a diminuir o desmatamento para artesanato. Vamos dizer que melhorou 30%. Melhorou porque a gente aqui plantou muita melancia, abóbora, maxixe, e sentimos que melhorou bastante a alimentação daqui de Águas Belas. É um trabalho compartilhado, mas a gente sentiu muita falha na parte da prefeitura e na parte da Funai. Porque o MMA cumpriu com o seu dever, a comunidade indígena também e a Funai acabou não cumprindo com nenhum dever. A gente teve bastante produção, tanto aqui

em Águas Belas quanto no Craveiro, e por falta de um meio de transporte adequado, acabamos perdendo muita melancia na roça.

E em relação ao desmatamento para atividades de artesanato?

Aqui em Águas Belas temos oito pessoas que fazem artesanato. Diminuíram bastante, eu tenho observado aqui na aldeia que antigamente eles derrubavam dez, 15, vinte árvores por mês, e agora já tem mais de sessenta dias que eles derrubaram umas duas, três árvores, só pra fazer o coxo. Então, com a roça, com certeza diminuiu bastante.

Com relação ao Monte Pascoal, ele não tem só o interesse para ser protegido só pelo Ibama mas também por nós. O que falta ali dentro é mais um meio de se organizar, e as autoridades, que são os caciques das outras aldeias, não têm aquele compromisso de estar preservando o Monte Pascoal e também a região. Isso não é só interesse do Pataxó, é interesse da sociedade brasileira. A gente tem que ter um compromisso, porque essa reserva é a única que nós temos aqui, na Bahia, para os nossos bisnetos, tataranetos. Por que se a gente não tiver esse cuidado, com certeza daqui a dez anos nós não vamos ter mais a reserva, e aí o que vai acontecer? Os rios vão secar, nós não vamos ter mais aquelas madeiras de 200, 300, 400, 500, 600 de rodo. Vai virar o sertão, amanhã ou depois. Então nós, que somos índios, por exemplo aqui da comunidade de Águas Belas, temos o compromisso de garantir aquela área preservada.

Mesmo porque, como estamos dizendo, faz parte do descobrimento do Brasil, e é um marco que ficou também na história. Então é por isso que estou falando que não tem só o interesse da gente em proteger o Monte Pascoal. Há interesse também das entidades de apoio, dos governos estadual e federal, das prefeituras em ajudar porque isso também cabe a eles, e com certeza é um meio para gerar recursos para as comunidades indígenas.

↓ José Raimundo* – VICE-CACIQUE DA ALDEIA GUAXUMA

Qual a sua opinião sobre o que acontece hoje no Monte Pascoal, essa disputa entre ser Terra Indígena e ser Parque Nacional?

Para nós, que nos juntamos à Frente de Resistência Pataxó, às aldeias de todo o extremo-sul, sempre ouvimos essa coisa de Parque... e misturado com a nossa terra. Para nós, o Parque já não existe mais. Deixou de existir a partir do momento em que decidimos que a área seria toda garantida como terra dos Pataxó. Essa coisa de Parque Nacional fica para os tempos passados, quando nós não conhecíamos nossos direitos, como povo tradicional que

somos. Nós deixamos que outros entrassem em nossa terra. Mas, hoje em dia, nós queremos que a terra seja demarcada como diz o direito da lei.

E o acordo em que o Ibama está trabalhando?

Isso aí a gente não tem muito controle, não. Inclusive, achamos estranho e não concordamos. Não está na aceitação de todo mundo; é só uma turma. E outra coisa, que nós da Frente não concordamos com esse acordo: queremos que a terra seja nossa de verdade, e acabe esse negócio do acordo, pois ele prejudica a união nas aldeias.

* Entrevistas feitas por Sumario Santana e Adson Rodrigues, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) do extremo-sul da Bahia, em novembro de 2003.

** Depoimentos coletados por Aurã Pataxó, cacique da aldeia Coroa Vermelha e presidente da Associação Pataxó de Ecoturismo.

Atividades econômicas dos Pataxó de Barra Velha⁽¹⁾

Felipe Bannitz de Paula Machado*

Capítulos de uma história econômica pataxó

A realidade econômica dos Pataxó resulta de um processo histórico conturbado, em que determinadas intervenções estatais tiveram profundo impacto sobre a cultura e a estrutura produtiva pataxó.

A primeira delas foi a criação do PNMP, em 1961, quando os Pataxó foram proibidos de plantar e caçar. Assim passaram cerca de trinta anos, sobrevivendo de coleta e venda de piaçava, às escondidas dos guardas florestais, para a vila vizinha de nome Caraíva. As palhas eram trocadas por comida, roupas e também por bebidas alcoólicas. A rotinização da aquisição desses produtos teve um forte impacto no estilo de vida dos Pataxó, tornando-os muito parecidos a uma comunidade rural pobre e afastando-os da sustentabilidade.

No ano de 1951, registra-se um grande massacre – mortes, espancamentos e estupros –, praticado pela Polícia Militar contra os Pataxó. Novamente, sérias consequências em termos de enfraquecimento cultural e econômico atingiram o povo nativo: fugindo do massacre, os Pataxó foram obrigados a esconder sua identidade, com medo de serem assassinados caso fossem reconhecidos como índios. A alternativa encontrada foi o trabalho nas fazendas próximas. Depois de cerca de seis anos nesse estado de dispersão, a aldeia Barra Velha começou a ser reconstituída, embora os Pataxó seguissem sem poder usar a terra para o plantio e para a caça.

Foi nos anos 1970, com a ajuda da Funai, que os Pataxó retomaram as práticas agrícolas, em escala suficiente para abastecer as aldeias. O apoio da Funai, além da garantia jurídica de liberdade de uso da terra, consistiu em disponibilizar insumos importantes para o início do trabalho: ferramentas em geral – como machado, facão, enxada e um tacho para o feito de farinha de mandioca – e sementes de feijão, milho, fava, abóbora, entre outras.

DENTRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DAS ALDEIAS PATAXÓ SITUADAS NA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL, DESTACAM-SE O ARTESANATO, O TURISMO, OS EXTRATIVISMOS FLORESTAL, MARINHO E LACUSTRE, A PESCA, A CRIAÇÃO DE ANIMAIS E A AGRICULTURA. ATUALMENTE, ESSAS ALDEIAS PASSAM POR UM PROCESSO DE EXPANSÃO AGRÍCOLA, APOIADO PELA FUNAI E PELO IBAMA, BUSCANDO UMA TRANSIÇÃO DO MODELO QUE PODEMOS CHAMAR DE MODERNO OU CONVENCIONAL⁽²⁾ PARA UM MODELO AGROECOLÓGICO.⁽³⁾

Também havia o envio mensal de cestas básicas, até que a semeadura fosse concluída.

Nessa época, as atividades agrícolas eram desenvolvidas sem a utilização de nenhum tipo de agrotóxico. A terra apresentava altos níveis de fertilidade natural, ligada ao sinergismo dos complexos ecossistemas encontrados na Mata Atlântica. Além disso, a biodiversidade de tais ecossistemas gerava o habitat ideal para os predadores de possíveis pragas. O conhecimento sobre o habitat garantia, como esperado, a auto-suficiência alimentar da família camponesa e altos níveis de sustentabilidade.

A técnica de plantio utilizada era o pousio (descanso). Estruturada no preparo da terra através da queimada da mata, tal técnica é extremamente sustentável se não há pressão demográfica, ou seja, se o tempo de pousio possibilitar a recuperação natural da mata nativa. Com grandes populações, a escassez de terra pode forçar os agricultores a diminuir o tempo de pousio, o que resulta em um processo de empobrecimento do solo e até de-

* Economista formado pela FEA/USP.

¹ O presente artigo apresenta um panorama histórico e econômico dos Pataxó com base em um exercício de observação da realidade de suas aldeias atuais, especialmente a de Barra Velha, durante uma estadia de seis meses. Mesmo sem um contato direto com o Ibama, Funai e ONGs que atuam na região, foi iniciada uma ajuda sistemática a algumas famílias e lideranças que buscam uma melhoria da qualidade de vida do povo pataxó. Comercialização de artesanato, construção de casas tradicionais, disponibilização de roupas, livros, sementes, minhocas, conhecimentos agroecológicos e o estudo supracitado marcaram a parceria criada entre o autor e o povo pataxó. O enfoque adotado pelo estudo privilegiou as práticas agrícolas. Várias informações e idéias que são apresentadas decorrem de entrevistas realizadas com indivíduos pataxó e com funcionários da Funai e Ibama locais. A conclusão do estudo possibilitou às lideranças pataxó reafirmarem a necessidade do povo pataxó fortalecer sua produção agrícola e o processo de transição de modelos agrícolas incentivado pelo Ibama e, assim reduzirem a extração madeireira para a confecção de artesanato.

² Modelo agrícola intensivo em insumos industrializados tais como agrotóxicos, combustíveis fósseis e mecanização erosiva.

³ Modelo tecnológico que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

certificação. E foi exatamente isso que aconteceu em Barra Velha.

O crescimento demográfico de Barra Velha, aliado à pressão dos fazendeiros sobre as terras ao redor da comunidade, acarretou um lento processo de degradação e, por conseguinte, uma queda da fertilidade natural dos solos. O resultado foi uma queda da produtividade agrícola e, assim, uma perda geral de interesse por essa atividade.

No início da década de 1980, um chefe de posto da Funai apresentou a idéia de difundir a produção comercial da arte nativa. Na visão dele, a demanda por artesanato seria promissora, na medida em que a vizinha cidade de Porto Seguro vinha se tornando um forte pólo turístico. A adoção dessa idéia constituiu-se em mais um incentivo econômico para que a atividade agrícola fosse praticamente abandonada. O efeito desse processo foi a perda da autonomia alimentar, já que os índios voltaram a comprar mantimentos dos povoados vizinhos.

Um fator que ajudou a diminuir a vulnerabilidade econômica pataxó foi o crescimento do turismo na década de 1990, pois trouxe recursos financeiros no verão. Por outro lado, o turismo, como o artesanato, passou a servir como desestímulo à produção agrícola, não podendo todavia oferecer uma saída para o quadro estrutural de fragilidade do abastecimento alimentar de Barra Velha. Foi apenas nesta década que tal quadro começou a apresentar sinais de mudança.

O resgate da agricultura nos anos 1990

Dada a dinâmica da queda da produção agrícola/aumento da produção de artesanato, problemas de abastecimento voltaram a surgir e persistem até hoje em Barra Velha. Duas causas principais são identificadas:

(1) A região de Barra Velha se insere num pólo turístico de grande crescimento, porém mais expressivo no período do verão e em julho. Assim, grande parte da demanda pelo artesanato segue essa sazonalidade, já que a maioria dos compradores é turista, que visita a aldeia ou as cidades turísticas próximas. No período em que a atividade turística é quase nula, as vendas são baixas, dificultando a manutenção da renda familiar e a sua segurança alimentar.

(2) Com a ascensão do artesanato comercial como atividade econômica mais atraente, o aumento da oferta foi enorme, tendo um grande impacto nos preços. O poder de barganha por preços justos é mínimo, pelo fato de que grande parte da aldeia depende exclusivamente dessa atividade para se alimentar, fazendo com que preços irrisórios sejam o suficiente para as famílias venderem sua produção.

Grandes crises de abastecimento levaram as lideranças a enviar, em meados dos anos 1990, um projeto para Brasília, a fim de obter recursos para alimentar a aldeia e incentivar a área produtiva agrícola. O projeto foi focado na obtenção de cestas básicas e insumos produtivos agrícolas (sementes e agrotóxicos). Assim como o projeto da Funai iniciado nos anos 1970, o propósito desse outro era resgatar a autonomia alimentar. Tal projeto manteve a remessa de cestas básicas até 1999. E continua, ainda hoje, a apoiar a agricultura dos Pataxó de Barra Velha por meio dos insumos produtivos.

Atualmente, um técnico agrícola visita a aldeia no fim de cada ano e elabora um projeto anual, contabilizando a demanda de insumos e enviando-a para o escritório da Funai em Eunápolis (BA) para a devida tramitação. No início de cada ano, perto de março, os recursos chegam e o plantio é iniciado, de modo a que seja aproveitada a estação chuvosa, que vai de maio a agosto. Os recursos são destinados principalmente a grupos comunitários, nos moldes das cooperativas autogestionárias modernas, a grupos familiares e também a produtores individuais, porém, em menor proporção.

Características atuais da agricultura em Barra Velha

Devido à dinâmica das atividades econômicas em Barra Velha, à queda da fertilidade natural do solo e à redução da capacidade de os ecossistemas próximos abrigarem os predadores naturais das principais pragas, a produção agrícola apresentou uma grande mudança da base tecnológica. Resultado da diminuição do tempo de pousio acima retratada, a degradação ambiental diminuiu drasticamente a viabilidade da produção agrícola ao redor da aldeia. O desmatamento e a degradação da fertilidade do solo nessa região foram tamanhos que o uso de fertilizantes químicos tornou-se praticamente inevitável para que fossem atingidos níveis de produtividade satisfatórios, isto é, que pudessem incentivar os índios, já há tempos afastados da agricultura sistemática, a se interessarem novamente por essa atividade. O uso dos agrotóxicos poderia ter sido substituído por um manejo agroecológico. Porém, a quantidade inicial de trabalho necessário para tal processo certamente dificultaria a árdua tarefa de ajudá-los a voltar à agricultura mais intensiva.

A partir de 1996, o modelo agrícola convencional e seus respectivos pacotes tecnológicos chegaram à aldeia. Fertilizantes químicos, uréia, adubos foliares, calcário e um trator iniciaram o preparo das terras degradadas. O resultado inicial foi um relativo descaso. Somente em 1999 foi criado o primeiro grupo agrícola pataxó. A nova base técnica foi seguida pelos demais grupos. Alguns poucos

produtores individuais que não haviam abandonado a agricultura também absorveram essas técnicas – absorção lamentável, já que esses agricultores até então traziam técnicas semelhantes à linha agroecológica.

Comparada à quantidade de recursos destinados à aldeia pela Funai, a produção agrícola cresceu nos anos 1990, mas foi um crescimento tímido. Contribuíram para esse resultado o comodismo gerado pelas cestas básicas e o aumento da demanda de artesanato relacionado ao turismo.

O uso intensivo de agrotóxicos representa uma entrada maciça de recursos monetários e energéticos externos. Apenas em 2003, o gasto pela Funai nesses insumos, em Barra Velha, foi de R\$ 12.500,00 – volume praticamente impossível de ser mantido sem a ajuda dessa Fundação. Sem esse apoio, uma grande parcela da renda gerada pela produção deveria ser imediatamente reinvestida somente para reproduzir o plantio, sem expandi-lo.

Quase toda a produção destina-se ao mercado de Barra Velha, sendo parte considerável trocada, principalmente com índios pescadores, ou doada para familiares e amigos. Se os custos dos insumos forem repassados aos índios, um grande volume dessas trocas e doações deverá ser substituído por vendas para fora da aldeia, enfraquecendo a economia e as relações solidárias dentro e entre os clãs.

Comercialização, Ibama e organização da produção agrícola

Dada a inexistência de um veículo para escoar a produção, o comércio com os não-índios é bastante desigual. Os Pataxó ficam à mercê de atravessadores, que impõem preços mínimos, inviáveis para garantir a compra dos insumos. A baixa capacitação técnica e a pequena dotação de infra-estrutura agrícola fazem com que os produtores pataxó apresentem grandes desvantagens competitivas em relação aos não-índios. Com isso, priorizar o comércio fora das aldeias é uma opção ainda pior.

Em 1999, o fato político da “retomada” do PNMP pelos Pataxó agregou mais um parceiro à sua agricultura: o Ibama, que viu na reconquista territorial motivo de preocupação no que toca à preservação da mata nativa. Decorreu daí um projeto de gestão participativa do PNMP, centrado na formação de agentes e educadores ambientais indígenas e na construção de políticas de desenvolvimento sustentável para a região, o que envolve agroflorestamento e conversão do manejo convencional para o manejo agroecológico dos recursos agrícolas. Para esse projeto, os recursos começaram a chegar em 2003. Tratores para o preparo da terra e insumos de base, excluindo agrotóxicos, constituíram a primeira rodada do projeto.

Os recursos que chegaram a Barra Velha em 2003 foram:

Funai	Ibama
Fertilizantes químicos: 9500 kg	Sementes de milho
Calcário: 23000 kg	Sementes de feijão
Óleo Diesel: 1500 l	Ferramentas
	Bolas de arame

Assim, a Funai disponibiliza os insumos agrícolas do modelo convencional e o Ibama os insumos do modelo agroecológico para concluir a transição rumo a queda do uso dos agrotóxicos, incompatíveis com a realidade socioambiental e cultural do povo nativo.

A maior parte da produção agrícola provém de grupos comunitários. Quatro deles já estão plantando; outros três iniciaram seu plantio em 2003. Com uma média de dez integrantes, cada grupo tem uma farinha, composta por motor a gasolina para ralar mandioca, espremedor para tirar a goma e tacho para torrar a farinha. A Funai financia toda a infra-estrutura e insumos.

Um consórcio interessante feito pelo primeiro dos grupos comunitários que se constituiu ocorre entre pimenta-do-reino e banana. A pimenta-do-reino é uma trepadeira que cresce em estacas distantes cerca de quatro metros. As bananas estão sendo plantadas em fileiras entre as estacas. O resultado é: diminuição da necessidade de capina das ervas daninhas; proteção do solo contra o sol, com maior retenção de umidade; aumento da matéria orgânica advinda das palhas secas da banana; melhor utilização do espaço.

O pioneiro grupo comunitário tem doze integrantes. Um quadro ilustrativo de sua produção em 2002 é o seguinte:

Insumos	Produtos
2000 kg de fertilizante químico	Melancia (8000 kg)
6000 kg de calcário	Abóbora (2500 kg)
1000 kg uréia	Feijão (1200 kg)
200 l de óleo diesel	Farinha de mandioca (1080 kg)
	Milho (300 kg)
	Pimenta-do-reino (110 kg)
	Coco (150 unidades)

Os grupos familiares são parecidos com os comunitários, mas formados exclusivamente por membros da mesma família, em média de cinco pessoas. Atualmente, três grupos familiares estão formados. Recebem pouco apoio da Funai. A ajuda maior vem do Ibama, que está incentivando a criação de outros grupos familiares, bem como arando e cercando grandes porções de terra a fim de racionalizar o uso das terras planas, que apresentam baixos níveis de erosão.

Um consórcio interessante de um grupo familiar é entre coqueiros e batata-doce. Quando os coqueiros já estão altos, com cerca de três metros, batatas são plantadas aos seus pés. O resultado é similar ao consórcio entre pimenta-do-reino e bananas: a batata protege o solo e o mantém úmido, diminui a necessidade da capinação das ervas daninhas, fornece matéria orgânica para o solo e otimiza a utilização do espaço.

Quanto aos produtores individuais, não há muitas características comuns a todos. Normalmente, produzem com a mulher e os filhos que ainda não possuem idade avançada. Em geral moram na região cultivada, ao contrário dos grupos. Como trabalham sozinhos e sem muito apoio da Funai, apresentam uma escala de produção menor, porém mais diversa, e utilizam técnicas mais próximas da agroecologia.

Um produtor individual mantém um interessante consórcio: abacaxi, batata-doce, mandioca e coqueiro. Plantando em quadras retangulares, o abacaxi forma uma cerca viva que protege contra as galinhas. Depois, como outra cerca, vem a batata-doce e, no interior, mandioca e coqueiros.

A produção de artesanato

Um fator decisivo para o investimento do Ibama no setor agrícola foi a consideração de que, se os índios obtivessem incentivos econômicos para o plantio, a extração madeireira diminuiria. A idéia é que a produção artesanal degradadora e mal-remunerada pelo mercado é mais uma falta de opção do que uma tradição cultural pataxó. Esse ponto merece destaque.

Além de não contribuir para a auto-suficiência alimentar pataxó e de gerar dependência econômica em relação aos não-índios, a produção de artesanato apresenta problemas ambientais. Existem dois tipos opostos de artesanato produzidos pelos Pataxó e um intermediário:

(1) **Bijuteria e artigos feitos de sementes e cocos:** constitui uma atividade com altos níveis de sustentabilidade, já que a coleta de sementes não degrada o meio ambiente e gera incentivos à dispersão das mesmas para o aumento da oferta. O cordão utilizado para a confecção é o tucum, fibra de uma palmeira da mata que, se manejada intensivamente, pode extinguir-se nas matas próximas. Esse primeiro tipo apresenta alguma valorização monetária da mão-de-obra indígena. É uma produção relativamente sustentável, com exceção do tucum, e de boa rentabilidade.

(2) **Artesanato de madeira, desde talheres e peças pequenas até grandes gamelas:** esse segundo tipo causa uma grande dilapidação da mata nativa local. Em Barra Velha, o uso insustentável praticamente extinguiu madeiras

nobres como a arruda e o jacarandá. A comercialização passa por atravessadores que impõem um preço muito baixo, se comparado com o primeiro tipo de artesanato.

(3) **Artesanato tradicional ligado à cultura nativa, como arcos e flechas:** pode ser considerado um meio-termo em relação aos outros, tanto na sustentabilidade quanto na rentabilidade.

O segundo tipo de artesanato é o que merece mais discussão. Trata-se de uma atividade muito combatida pelo Ibama, que a vê como um dos maiores problemas socioambientais do extremo sul da Bahia. O perigo de que a extração madeireira afete em poucos anos todas as florestas da região e as matas remanescentes do Monte Pascoal levanta uma questão importante: as medidas de conscientização ambiental dos índios, turistas e de outros consumidores de tais produtos, assim como atitudes repressivas e fiscalizadoras devem ser acompanhadas por projetos de melhoria das condições de vida nas aldeias. Dois caminhos podem ser seguidos: manejo sustentável de extração madeireira ou promoção de outras fontes de renda. O Ibama fortalece a segunda opção com seu apoio à agricultura. A busca de fontes alternativas de renda para os Pataxó, principalmente a agricultura, é a estratégia do Ibama para enfrentar os problemas socioambientais do PNMP. Está inclusive contemplada no projeto de gestão participativa do Parque. Ou seja, se queremos ver a mata preservada devemos dar condições e incentivos ao povo pataxó através de projetos de geração de renda eco-sustentável.

Perspectivas e dilemas atuais da agricultura pataxó

O fortalecimento da agricultura que tem ocorrido nos últimos anos entre os Pataxó de Barra Velha pode ser visto por meio de dois fenômenos diferentes, que contribuiriam para reverter a lógica dos incentivos econômicos. Em primeiro lugar, está o aumento artificial da fertilidade do solo, que tem possibilitado colheitas abundantes. O uso de fertilizantes químicos, inseticidas, adubos foliares e arado puxado por trator trouxeram um enorme aumento de produtividade, apesar da degradação ambiental. Em segundo lugar, está a alta da oferta de artesanato não-indígena na região – produzido principalmente por artesãos estrangeiros –, que minou mais ainda a possibilidade dos Pataxó viverem exclusivamente do artesanato.

Nesse novo quadro, os incentivos econômicos são inversos aos vigentes na década passada – o estímulo à agricultura é maior do que à produção de artesanato –, possibilitando um cenário otimista na busca da segurança alimentar. Cabe ressaltar aqui que o uso intensivo de agrotóxicos poderá trazer uma auto-suficiência alimentar;

mas poderá, também, torná-los dependentes desses caríssimos insumos e essa atividade tornar-se insustentável no longo prazo.

A utilização do modelo agrícola convencional pelos Pataxó repercute numa nítida sub-utilização dos recursos naturais disponíveis. Atualmente, há pouquíssima integração entre a área cultivada e a área criatória, que manifesta-se unicamente pela coleta de esterco para hortas domiciliares, isto é, fora da área agrícola de maior escala.

A técnica comum de preparo da terra é a capina, o corte da vegetação e, posteriormente, a queimada. Se a vegetação está alta, o fogo é usado diretamente, sendo a aração e gradação feitas por um trator. A correção da acidez do solo é feita pelo uso do calcário, cedido pela Funai, dispensando técnicas naturais. O que se diz é que o uso do fogo poupa mão-de-obra e as cinzas ajudam as sementes a germinarem. Como utilizam fertilizantes químicos, a degradação do solo é mascarada, e ano a ano a qualidade dos solos piora. Utiliza-se cerca de 800 kg de fertilizante por hectare, quantidade excessiva. Ainda quanto ao uso do fogo, é de se notar que, apesar de os agentes ambientais ensinarem as famílias camponesas a construir aceiros – técnica para evitar o alastramento do fogo, consistindo na retirada da vegetação do perímetro em que se vai atear fogo –, as queimadas nas matas persistem.

A utilização dos restos vegetais para a proteção dos solos e retenção da umidade é praticamente nula, sendo utilizados apenas – no caso dos mais experientes – os restos do feijão e do milho e as ervas daninhas resultantes da limpeza dos cultivos. A reciclagem de nutrientes, por meio do esterco, do sargaço e de outras fontes, é inexistente. Além disso, a maior parte dos cultivos é feita em monocultura, enfraquecendo as relações bióticas que beneficiam o agricultor e manifestando uma subutilização do espaço.

Do modelo agrícola convencional à agroecologia

É certo que o modelo agrícola adotado nas aldeias pataxó apresenta impactos positivos e negativos. Começando pelos positivos, vale dizer que a disseminação do uso de fertilizantes químicos possibilitou a redução da área destinada aos cultivos de espécies utilizadas para alimentar o gado e o aumento da produção de culturas com maior valor comercial. Com isso, abre-se a perspectiva *a priori* de aumento da receita do agricultor. Outro ponto é a queda da quantidade de trabalho despendida e a simplificação das atividades agrícolas. Sem se esquecer que o uso de força motriz motomecânica reforçou ainda mais a dispensa de mão-de-obra.

As melhorias ligadas à ciência genética possibilitaram uma colheita mais estável, além de, aliadas aos fertilizantes químicos, à força motriz motomecânica e à irrigação, terem possibilitado o cultivo em áreas consideradas improdutivas. O modelo agrícola convencional, em suma, aumentou a produtividade, reduziu os custos em mão-de-obra e facilitou a expansão da atividade agrícola para áreas pouco produtivas.

Se relembrarmos algumas das características histórico-econômicas dos Pataxó – mais de trinta anos proibidos de plantar; costume adquirido de fazer trocas com os não-índios para obter comida; contexto incentivador da produção de artesanato; utilização pregressa de técnicas agrícolas que geraram erosão e enfraquecimento dos solos –, podemos perceber como, para eles, é difícil se orientar para a agricultura.

Nessa perspectiva, é possível entender os impactos do modelo agrícola convencional como positivos, na medida em que ele reduz a necessidade de outras atividades econômicas, mais degradadoras, principalmente o extrativismo madeireiro para a confecção de artesanato. Essa positividade só pode ser afirmada, porém, caso tal modelo seja adotado apenas temporariamente. Trata-se de uma solução paliativa. A longo prazo, o padrão produtivo agrícola moderno poderá provocar graves impactos ambientais, afetando as dinâmicas socioeconômicas e culturais das aldeias pataxó.

Uma estratégia gradativa de conversão de modelos agrícolas – do convencional para o agroecológico – é o que começa a ser trabalhado junto com os Pataxó pelo Ibama, já citado, e também por um grupo articulado pelo autor deste texto.⁽⁴⁾ Tendo em vista a relação entre degradação ambiental e pobreza, acreditamos que a melhoria da qualidade de vida dos nativos contribuirá para queda da degradação ambiental na região.

⁴ Esse pequeno grupo é constituído por quatro pessoas e têm caráter interdisciplinar (Economia, Agronomia, Geografia e Musicoterapia), dada a sua proposta: responder às demandas dos Pataxó no que toca a expansão da qualidade de vida nas aldeias, sendo a questão agrícola apenas um dos meios para se atingir isto. Assim, o grupo propõe intervenções participativas em diversas áreas como comercialização, ecoturismo, educação ambiental, fitoterapia, agricultura, pesca, pecuária, agroextrativismo, bioconstrução, saneamento básico ecológico, entre outros. O grupo não tem apoio institucional nem financeiro mas está buscando formas de se institucionalizar. Trata-se de um trabalho ainda iniciante com pouco mais de um ano, que visa o restabelecimento da harmonia no PNMP seguindo, sempre, as demandas e decisões das lideranças pataxó para a busca de um modelo eco-sustentável de geração de renda.

A importância das Unidades de Conservação de Proteção Integral e as comunidades Pataxó no extremo-sul da Bahia

Paulo Cezar Mendes Ramos*

Em meados dos anos 1980, os índios aumentaram a pressão sobre as terras do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP). Na ocasião, por meio de um acordo tácito entre o hoje extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Funai e lideranças pataxó, grande parte desse Parque passou a ser considerada como Terra Indígena (TI), quando se implantou um “picadão” rasgando mecanicamente a floresta e dividindo as duas áreas.

Em 1986, o chefe do PNMP percebeu a intenção dos índios em tomar toda a área, o que viria a ocorrer em agosto de 1999, quando o Parque já estava sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Todos os prédios (sede, centro de visitantes etc.) foram tomados pelos Pataxó, incluindo os equipamentos e um veículo. Recentemente, no início de 2004, grupos pataxó que habitam Cumuruxatiba invadiram as terras do Parque Nacional do Descobrimento (PND). No município de Pau Brasil, sérios conflitos vêm ocorrendo pela disputa de terras entre Pataxó e produtores da região. O Parque Nacional do Pau Brasil até o momento encontra-se sob a gerência do Ibama, embora já tenha havido tentativa de um grupo pataxó em se apossar de terras daquele Parque.

Pretende-se aqui, neste artigo, contribuir para que seja dada uma solução harmônica para o conflito existente entre índios e UCs, focalizando os conflitos entre os Pataxó e os Parques Nacionais situados na Costa do Descobrimento – para que sejam estabelecidas as condições necessárias que garantam a integridade dos ecossistemas envolvidos naquelas UCs e para que a população indígena possa restabelecer condições de vida dignas e manter vivas suas crenças e sua cultura.

Esse não é um assunto de simples entendimento nem de simples solução, e já vem sendo motivo de calorosas

As UCs LOCALIZADAS NO EXTREMO-SUL DA BAHIA – PARQUES NACIONAIS DO MONTE PASCOAL, DO DESCOBRIMENTO E PAU BRASIL, JUNTAMENTE COM A RESERVA BIOLÓGICA DE UNA, MAIS AO NORTE – FORAM ESTABELECIDAS PARA PROTEGER OS ÚLTIMOS REMANESCENTES IMPORTANTES DE MATA ATLÂNTICA DO NORDESTE BRASILEIRO. OCORRE QUE, A PARTIR DA DÉCADA DE 1980, PARTE DA COMUNIDADE DE ÍNDIOS PATAXÓ INICIOU UMA INVESTIDA SOBRE AS TERRAS DA REGIÃO, PRINCIPALMENTE ONDE AS FLORESTAS PERMANECERAM PROTEGIDAS.

discussões entre conservacionistas e antropólogos. Num dos extremos, estão os preservacionistas ou conservacionistas, que defendem a manutenção de áreas exclusivas para a conservação da biodiversidade. No outro extremo, alguns antropólogos e indigenistas que, baseados no argumento de que os índios e outras populações tradicionais têm coexistido com a floresta sem destruí-la, defendem a existência de populações tradicionais, principalmente os índios, em qualquer categoria de manejo de UCs (Diegues, 1998; Schwartzman, 2001).

Para permitir um melhor entendimento sobre a questão, é importante construir uma base de informações que considere: as normas legais vigentes, incluindo o SNUC; a importância das UCs de Proteção Integral para a estratégia global da conservação da natureza; o que é biodiversidade, sua importância e as possíveis consequências de sua perda; os processos ecológicos operantes nos fragmentos remanescentes da Mata Atlântica; os processos que determinam a extinção das espécies; e as implicações das ações dos Pataxó para as UCs no extremo-sul da Bahia.

Os índios localizados no extremo-sul da Bahia são os atuais descendentes dos Pataxó. Entretanto, essa população pouco guardou de suas origens. Com uma história de degeneração cultural e de empobrecimento, corrompe e destrói o que defende como seu patrimônio natural, que são as últimas áreas importantes de Mata Atlântica do sul da Bahia, o PNMP e o PND. Em razão da omissão dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, do Ibama e da Funai, instituições promotoras e executoras das políticas

* Engenheiro florestal, funcionário do IBDF e Ibama desde 1975, onde, dentre outras atribuições, foi chefe da Divisão de Parques Nacionais e do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – Prevfogo.

do meio ambiente e indigenista, há anos permite-se que a situação se perpetue sem que a solução se apresente e seja posta em prática.

A omissão deixa os índios desassistidos e sem alternativas para sobreviver com dignidade, levando-os a tornarem-se reféns de madeireiros e de comerciantes de artesanatos de madeira e de produtos da fauna e flora. Deixa, também, os Parques Nacionais sem apoio institucional e sem os recursos necessários para atender às suas demandas e para cumprir com suas destinações.

O quadro atual é de grande gravidade, e necessita de uma discussão imediata em defesa da importância e necessidade da existência e da manutenção das UCs de Proteção Integral, das quais nem índios nem outras populações humanas podem fazer uso direto, visando a conservação dos seus habitats.

A importância das UCs de Proteção Integral

As UCs de Proteção Integral (ou de uso indireto) constituem as maiores áreas existentes, representativas dos biomas originais e onde os habitats naturais ainda guardam grande parte das espécies que sobreviveram aos processos de fragmentação. Fonseca *et al.* (1977) e MMA (2002) reforçam a importância das UCs de uso indireto para a manutenção da biodiversidade, mas alertam que, embora quase um terço das florestas tropicais do mundo pertença ao Brasil, possuímos apenas 2,03% da superfície territorial do país protegido em UCs. Portanto, essas unidades terão pouca influência na manutenção de processos ecológicos que operam em maior escala, como clima, balanço de carbono, dentre outros.

Além de insuficientes, estas unidades estão mal distribuídas entre os biomas e os ecótonos (habitats localizados nas faixas de transição entre os biomas) e muitas não estão implantadas, o que as torna vulneráveis às pressões externas, diminuindo ainda mais as áreas efetivamente protegidas (Ferreira *et al. apud* MMA, 2002).

No V Congresso Mundial de Parques (IUCN, 2003), um documento apresentado pela ONG Conservation International demonstrava que pelo menos 1.310 espécies, 831 das quais em risco de extinção, não se encontram protegidas em nenhuma parte da sua área de distribuição. A maioria dos espaços (*gaps*) desprovidos de UCs, onde estão localizadas estas espécies ameaçadas e que foram identificados como urgentes, encontra-se em florestas tropicais, particularmente em regiões de grande complexidade topográfica, e em ilhas (Mittermeier, 2003).

A Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA avaliou e identificou as ações prioritárias para a proteção da biodiversidade brasileira. Nesse trabalho, foi verificado

que, para a Mata Atlântica e para os Campos Sulinos, considerando somente os mamíferos, as aves, os répteis e os anfíbios, existe um total de 1.807 espécies, sendo que 389 são endêmicas. Estas espécies representam 7% de todas as espécies do planeta. Foram também identificadas 80 áreas prioritárias, das quais 40 foram indicadas para a criação de novas UCs (MMA, 2002).

Para o sul da Bahia, Timmers *et al.* (2002) indicaram a ampliação das áreas dos Parques Nacionais do Descobrimento, do Pau Brasil e da Reserva Biológica de Una, além de sugerirem a criação de oito novas unidades de proteção integral, incluindo um novo Parque Nacional. As áreas indicadas são de grande importância para a manutenção da biodiversidade da Mata Atlântica e ecossistemas associados do sul da Bahia.

É inegável que a criação de UCs de Proteção Integral constitui um mecanismo fundamental para a conservação da biodiversidade, pois representa a estratégia de resguardar, por meio de proteção legal, amostras representativas de ecossistemas e paisagens significantes (Milano, 1997). Essas áreas funcionam hoje como centros de dispersão de espécies, que podem contribuir para a manutenção das populações isoladas em fragmentos menores. São também o maior e melhor repositório das matrizes das espécies, de onde poderão ser obtidos propágulos e exemplares para a recomposição dos ecossistemas alterados.

Porém, é fato que somente a manutenção dessas “ilhas” não é suficiente, pois a pressão sobre seus limites é cada vez maior. Dada a importância do manejo dos recursos circundantes para o sucesso de uma área protegida, conceitos como “corredores ecológicos” e “zonas de amortecimento” são complementos indispensáveis no planejamento de uma Unidade de Conservação (WRI/IUCN/PNUMA, 1992).⁽¹⁾ Acrescente-se a isso os novos conceitos de gestão biorregional, gestão integrada em gestão participativa (Prates, 2003).

Os responsáveis pela implementação de estratégias visando a manutenção da biodiversidade e do funcionamento dos ecossistemas estão cada vez mais conscientes de que, além do estabelecimento de UCs de Proteção Integral, públicas e privadas, é vital que se garanta a

¹ Corredores Ecológicos são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando UCs, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais. (inciso XIX, do art 2º da Lei nº 9.985/2000). Quanto às Zonas de Amortecimento, trata-se de faixas de terras no entorno de UCs, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. (inciso XVIII, do art 2º da Lei nº 9.985).

conectividade destas unidades, sem o que todo o esforço de conservação das espécies estará fadado ao insucesso (Fonseca *et al.*, 1997; Miller, 1997; Bensusan, 2001; MMA, 2003; Prates, 2003).

Os Pataxó e as UCs no extremo-sul da Bahia

A primeira proposta para que se protegesse a área do Monte Pascoal data dos anos 1930, quando o governo nomeou uma comissão encarregada de determinar o ponto exato do descobrimento. Foi criado em 1943, em terras devolutas do Estado, por empenho do general Pinto da Luz, com o nome de Monumento Monte Pascoal. Nos anos que se seguiram, devido à aceleração dos desmatamentos na Mata Atlântica, incluindo neste processo o sul da Bahia, o governo criou, em 1961, o PNMP, com uma área de 22,5 mil ha.

Em meio às pressões dos Pataxó, em 1980, a Funai e o IBDF assinaram um “Termo de Acordo”, pelo qual foi cedida uma área de 8.627 ha para os índios. Mesmo encravada nos limites do Parque, a TI Barra Velha foi demarcada e homologada em 1991. Em 1986, o então diretor e os demais funcionários do PNMP alertavam a direção central do IBDF de que os índios não cumpririam o acordo e já estavam se organizando para ocupar todo o Parque. As pressões dos Pataxó foram crescendo, e, após várias investidas, no dia 19/08/1999, os índios tomaram a área do PNMP.

Após algum tempo sem qualquer funcionário do Ibama (órgão sucessor do IBDF) na área do Parque, as negociações entre o Ibama e os Pataxó foram retomadas, com o acompanhamento da Funai. Por consenso, nomeou-se uma nova chefia para o Parque. No entanto, os prédios da UC em questão permanecem sob o controle dos Pataxó, tendo sua sede sido instalada na cidade de Itamaraju. Embora a presença do Ibama tenha sido restabelecida, a situação permanece, até o momento, indefinida, sem que se possa de fato implementar o PNMP.

Provavelmente, tanto a idéia do “bom selvagem” quanto a de que os Pataxó perderam quase que totalmente sua cultura e tradições, não sendo mais índios, têm fortes implicações sobre as questões que envolvem os índios e o PNMP. Até mesmo dentro do Ibama, esse tipo de divergência de percepções acontece. Para alguns técnicos, a presença dos índios inviabiliza a implementação do Parque, e simplesmente viram as costas para o problema. Mas há outros que continuam acreditando numa solução, e se esforçam em encontrá-las.

De forma semelhante, os índios Pataxó têm com o Ibama uma relação de dualidade. Por um lado, a presença do Ibama é incômoda, quando tenta reprimir as ações

incompatíveis com a área do Parque; por outro, o Pataxó vislumbra, numa aliança e parceria com o Ibama/MMA, a melhor possibilidade de reconquistar sua dignidade.

A seguir, encontra-se compilado um trecho da carta dos Pataxó encaminhada às autoridades brasileiras em 19/08/1999, data considerada por aqueles índios como o dia da retomada de suas terras. Fica bem claro o desabafo dos Pataxó por se sentirem tolhidos pelos funcionários do IBDF, os quais tentavam evitar a exploração de madeira na área do Parque:

“Nosso principal objetivo é garantir a nossa terra; pretendemos transformar o que as autoridades chamam de Parque Nacional do Monte Pascoal em Parque Indígena, terra dos Pataxó, para preservá-lo e recuperá-lo da situação que hoje o governo deixou a nossa terra, depois de anos nas mãos do IBDF, atual Ibama, que nada fez a não ser reprimir os índios e desrespeitar os nossos direitos.”

Conforme Dean (1996), antes mesmo da chegada dos europeus, muito da Mata Atlântica primitiva já teria sido modificada pelas populações indígenas, num processo de corte e queima chamado de coivara. Entretanto, os espaços cobertos pela Mata Atlântica encontravam-se ainda intactos; as áreas utilizadas eram pequenas e em seguida abandonadas, permitindo a recuperação das florestas. Além disso, a produção destinava-se à subsistência. Nesse ritmo, a floresta poderia ser utilizada permanentemente sem ser destruída.

Em muitas regiões na Amazônia, ainda é possível a manutenção do estilo indígena de vida. Lá, ainda é possível que os índios se mantenham como sempre foram – caçadores, pescadores, coletores e agricultores –, sem ameaçar as espécies e os habitats. A manutenção desse estilo de vida só é possível em grandes áreas contínuas, pertencentes a grandes habitats ainda intactos, com densidades populacionais muito baixas.

Entretanto, mesmo para a Amazônia, a partir do momento em que o índio adota um modo novo de vida, em que a exploração dos recursos naturais passa a ser realizada nos moldes que nós, “não-indígenas”, estamos fazendo, aí, então, as grandes TIs serão também devastadas, terminando definitivamente com o mito do “bom selvagem”. É o que se verifica para as regiões da Mata Atlântica, onde o que restou já não sustenta qualquer tipo de exploração florestal ou de caça. Provavelmente, os fragmentos remanescentes nem sejam suficientes para garantir a sobrevivência dos habitats no futuro.

O que está em jogo, aqui, é a sobrevivência das espécies da Mata Atlântica do sul da Bahia, que correm sérios riscos de desaparecer. Deve-se, então, considerar como compatibilizar a proteção do PNMP com a sobrevivência dos índios Pataxó de forma digna. O PNMP e a TI Barra

Velha – ou Aldeia do Monte Pascoal, como querem os Pataxó – nos proporcionam uma excelente oportunidade para refletirmos sobre esse tema carente de melhor entendimento, que é a sobreposição de UCs de Proteção Integral a TIs.

Impactos dos Pataxó no PNMP

Ao contrário do que pregam em seus discursos de preservação e recuperação das florestas em suas terras, os Pataxó vêm causando sérios danos ao PNMP. Nos 8.627 ha cedidos pelo extinto IBDF aos índios em 1980, praticamente não existem mais florestas, conforme pode ser observado nas imagens de satélite abaixo. Nelas, também se pode verificar o total isolamento em que se encontra o Parque: praticamente todas as áreas do entorno se encontram desflorestadas.

As aldeias estão totalmente desmatadas e com solos degradados. Além de desflorestar praticamente toda sua área, os índios utilizam o fogo sem os devidos cuidados, causando incêndios florestais que têm destruído áreas importantes das florestas do PNMP.

A maior fonte de renda para os Pataxó é a exploração madeireira para fabricação e venda de artesanato. Essa atividade afastou muitas famílias da agricultura, criando, então, uma quase total dependência desse comércio. Para esse fim, os índios usam várias essências raras ou em vias de extinção da Mata Atlântica: a arruda (*Swartzia euxilophora*), o paraju (*Manilkara longifolia*), a sucupira (*Bowdichia virgilloides*), o arapati (*Arapatiella psilophylla*), a macanaíba (*Zollernia latifolia*), o putumuju (*Centrolobium sclerophyllum*) etc. (AFB, 1990). A arruda já se encontra praticamente extinta na área do PNMP, em função da grande procura de sua madeira, principalmente para fabricar gamelas.

As madeiras são extraídas, principalmente, do Parque, e vendidas a turistas ou a atravessadores brancos, no local de produção ou em localidades próximas. Não existem dados sobre a quantidade de madeira retirada, nem sobre o número de gamelas vendidas. Gamelas feitas com madeira do Monte Pascoal são achadas facilmente em toda a região, em vários estados, nos aeroportos internacionais, na Europa e nas próprias lojas da Funai.

Outra fonte de impacto para o Parque é a produção de artesanato com penas de aves silvestres, arcos da palmeira airi (*Astrocarium ayri*) e de paraúna ou pau d'arco (*Tabebuia impetiginosa*).

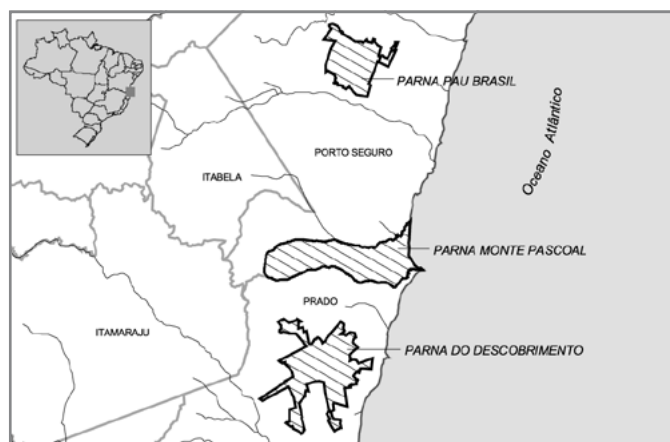
Atualmente, a população dos Pataxó está aumentando, e já está em torno de 3.500 índios, distribuídos pelas aldeias. A falta de recursos para boa parte dos índios gera a necessidade de se fazer uso de lenha e de outros produtos da floresta, causando grande impacto no Parque.

As matas que existiam nos mais de 8 mil ha de terras do Parque foram totalmente destruídas pelos Pataxó, e o que sobrou continua sendo destruído ainda hoje.

Os Pataxó e os outros Parques do sul da Bahia

Nos últimos meses, outro grupo pataxó invadiu o Parque Nacional do Descobrimento, iniciando-se imediatamente o processo de desmatamento, para implantação de roça. O PND foi criado em 20/04/1999, com uma área de 21.129 ha, e está localizado no município de Prado, próximo ao do Monte Pascoal, um pouco mais ao sul. Outro Parque Nacional criado na mesma data que o do Descobrimento é o Pau Brasil, com uma área de aproximadamente 11.538 ha, localizado no município de Porto Seguro. A localização dos Parques Nacionais do extremo sul da Bahia pode ser observada na figura a seguir.

Parques Nacionais do Extremo Sul da Bahia



As florestas desses Parques já foram submetidas a diferentes níveis de exploração florestal no passado. O ciclo madeireiro teve início no período colonial, com a exploração do Pau Brasil. Com o passar do tempo, a maior parte das florestas da região foi convertida para a produção agropecuária. Mas, felizmente, estas três magníficas áreas de florestas sobreviveram.

As florestas do Monte Pascoal foram poupadas graças ao interesse histórico em se proteger o local do descobrimento. Esse interesse, conforme já mencionado, foi despertado nas décadas de 1930 e 1940, com o processo de criação do Monumento Monte Pascoal. Nesse período, a Mata Atlântica ainda guardava boas áreas de florestas. O período de sua maior devastação ocorreu a partir dos anos 1950 e, com mais voracidade, a partir da década de 1960. Os Parques do Descobrimento e do Pau Brasil escaparam da destruição total graças à existência de algumas empresas madeireiras, que estabeleceram naquelas áreas bons projetos de manejo florestal sustentável.

Conclusões

Os cientistas de todo o mundo estão alertando os governos e a comunidade humana planetária sobre a iminência da ocorrência do maior episódio de extinção em massa das espécies, da história da Terra, em função das ações humanas. As mudanças climáticas globais, o efeito estufa causado pelo aumento extraordinário das concentrações de CO₂ e outros gases na atmosfera, a poluição das águas continentais e dos mares, a superexploração dos recursos pesqueiros e a extrema fragmentação dos habitats configuram uma ameaça real à sobrevivência da vida da maioria das espécies, incluindo nós, humanos.

As UCs de Proteção Integral são as únicas áreas que ainda restam, com similaridades aos grandes habitats originais e que ainda guardam as matrizes da maioria das espécies. As UCs de Uso Sustentável têm também importante contribuição para a conservação da biodiversidade, mas não com a intensidade e qualidade daquelas de proteção integral, até mesmo porque foram estabelecidas principalmente para dar sustentação às populações tradicionais e para regular os mercados de produtos naturais renováveis.

Quanto aos Parques Nacionais existentes no sul da Bahia, que se encontram inseridos na região onde habitam os índios Pataxó, somente posso reforçar sua importância para a política e a estratégia de preservação da biodiversidade, uma vez que são praticamente as últimas relíquias do que foi um dia a Mata Atlântica naquela região. Como já mencionei, as extensões dessas UCs não bastam sequer para garantir a sua própria perpetuação. São absolutamente pequenas para incluir em seus limites as diversas populações das espécies que as habitam. Além disso, carecem da implantação efetiva dos mecanismos que proporcionem sua conectividade.

Essas áreas foram criadas para permitir a continuidade dos processos evolutivos, não permitindo, sob nenhuma alegação, o uso direto das formas de vida, nem dos solos e nem das águas existentes em seus limites. Alegar que elas pertencem aos Pataxó e permitir que eles continuem a destruí-las é simplesmente querer ignorar os fatos e, na verdade, omitir-se ou ser conivente. Assim como os índios, as UCs são tuteladas e protegidas por lei.

É compreensível o movimento desses índios, na luta para garantir suas terras e atingir um nível de vida digno. O que é inaceitável e também passível de execução criminal são as omissões das autoridades governamentais Ibama e Funai, incluindo aí os respectivos ministérios.

No final, é tudo uma questão de território. A Mata Atlântica não tem como se deslocar e os índios não querem ser deslocados. Portanto, acredito que a melhor solução

seria a aquisição das terras em volta destes Parques Nacionais e proceder à demarcação de grandes TIs abraçando os Parques Nacionais. Seria um grande abraço, e sentaríamos todos para, numa grande cerimônia, “fumar o cachimbo da paz”.

Referências bibliográficas

- AFB (Associação Flora Brasil), Projeto Artesanato Pataxó. 1990.
- BENSUSAN, N. “Os pressupostos biológicos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação”. In: BENJAMIN, A. H. (coord.). *Direito ambiental das áreas protegidas*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.
- DEAN, W. A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- DECRETO n° 4.340 de 22 de agosto de 2002.
- DIEGUES, A. C. S. O Mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Hucitec, 1998.
- DORST, J. Antes que a natureza morra: por uma ecologia política. São Paulo, Edusp, 1973.
- FERNANDEZ, F. A. S. “Efeitos da fragmentação de ecossistemas: a situação das Unidades de Conservação”. In: *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Curitiba, IAP/ UNILIVRE/ Rede Pró Unidade de Conservação, 1997.
- FONSECA, G. A. B.; PINTO, L. P.; RYLANDS, A. B. “Biodiversidade e Unidades de Conservação”. In: *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Curitiba, IAP/ UNILIVRE/ Rede Pró Unidade de Conservação, 1977.
- GOLDSMITH, F. B.; HARRISON, C. M. “Description and Analysis of Vegetation”. In: CHAPMAN, S. B. (ed.). *Methods in Plant Ecology*, 1976.
- GUATURA, I. S. “Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – Lei N° 9.985, de 18/07/00”. In: *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Campo Grande, Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2000.
- HARDIN, G. “The competitive exclusion principle”. *Science*, 131, pp.: 1292-1297, 1960.
- HARPER, L. H. “Birds and Army Ants, Observations on their Ecology in Undisturbed Forest and Isolated Reserves”. *Acta Amazônica*, 19, pp. 249-263, 1989.
- LECEY, E. “Proteção penal das Unidades de Conservação”. In: BENJAMIN, A. H. (coord.). *Direito ambiental das áreas protegidas*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.
- LOVEJOY, T. E.; BIERREGARD, Jr., R. O. et al. “Edge and other effects of isolation on Amazon forest fragments”. In: SOULÉ, M. E. (ed.). *Conservation Biology: the Science of Scarcity and Diversity*. Sunderland (Massachusetts), Sinauer Associates, pp. 257-285, 1986.
- LOVEJOY, T. E. “Biodiversity: What is It?”. In: REAKA-KUDLA, M. L.; WILSON, D. E.; WILSON, E. O. (eds.), *Biodiversity II: Understanding and Protecting Our Biological Resources*, 1997.
- MILANO, M. S. “Planejamento de Unidades de Conservação: um meio e não um fim”. In: *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Curitiba, IAP/ UNILIVRE/ Rede Pró Unidade de Conservação, 1997.
- _____. “Por que existem as Unidades de Conservação?”. In: MILANO, M. S. (org.). *Unidades de Conservação: atualidades e tendências*. Curitiba, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.
- MMA. “Biodiversidade brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros”. Brasília, Secretaria de Biodiversidade e Florestas/ Ministério do Meio Ambiente, 2002.
- _____. *Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas*. RAMBALDI, D. M.; OLIVEIRA, D. A. O. (orgs.). Brasília, MMA/SBF, 2003.

- O GLOBO. Caderno Ciência, 09/03/04, p. 29.
- PATRICK, R. "Biodiversity: Why is Important?". In: REAKA-KUDLA, M. L.; WILSON, D. E.; WILSON, E. O (eds.). Biodiversity II: Understanding and Protecting Our Biological Resources. USA, Joseph Henry Press, 1997.
- PRATES, A. P. L. "Recifes de coral e Unidades de Conservação costeiras e marinhas no Brasil: uma análise da representatividade e eficiência na conservação da biodiversidade". Brasília, Tese de Doutorado, Depto. de Ecologia/ UnB, 2003.
- RAMOS, P. C. M. "Vegetation Communities and Soils in the National Park of Brasilia". Edinburgh, Tese de Doutorado, Depto. de Geografia/ University of Edinburgh, 1995.
- SCHWARTZMAN, S. Indians, Environmentalists and Tropical Forests: Curious History of the 'Ecologically Noble Savage'. In: BENJAMIN, A. H. (coord.), Direito ambiental das áreas protegidas. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.
- SNUC, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.
- SOLBRIG, O.T. "Biodiversity: an introduction". In: Solbrig, O.T.; van Emden, H. M. and van Ordt, P.G.W.J. (ed.), Biodiversity and Global Changes. UK, CAB International & IUBS/ Biddles, 1994.
- TIMMERS, J. F.; MESQUITA, C. A. B.; PINTO, L. P. S. "Ampliação da rede de Unidades de Conservação de Proteção Integral no sul e extremo sul da Bahia". IESB/ Flora Brasil/ Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, 2002.
- Jornal digital, 08/03/04. <http://www.wiiuma.org.br>.
- WRI/IUCN/PNUMA. A estratégia global da biodiversidade. PNUMA, 1992.

Monte Pascoal: proteger a Mata Atlântica e melhorar a qualidade de vida dos Pataxó

Renato Paes da Cunha*
Maíza Ferreira de Andrade**

Uma das principais preocupações ambientais tem sido a conservação da biodiversidade, principalmente em países como o Brasil, que é uma das mais importantes nações megadiversas do planeta, devido a sua riqueza e a sua dimensão territorial. Como estratégia para isso, tem-se adotado a criação de Unidades de Conservação (UCs) ambiental com o intuito de proteger espaços territoriais especialmente definidos, onde se encontram determinados ecossistemas, espécies de fauna silvestre raras e de paisagens e patrimônios naturais de beleza significativa.

O Brasil vem adotando essa política desde os anos 1940, com a instituição de várias outras modalidades de UCs, que estão definidas na nova lei que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985/2000) nos níveis de governo federal, estadual e municipal. Entretanto, muitas dessas UCs não estão devidamente implementadas, têm gestão deficiente, recursos humanos e financeiros insuficientes e problemas fundiários não resolvidos.

As sobreposições e o conceito de área protegida

A criação de UCs vem se dando muitas vezes sem uma discussão adequada com a população diretamente envolvida, comprometendo o principal objetivo da medida governamental. As comunidades locais a vêem como uma intervenção indevida, e isso dificulta o entendimento da importância da conservação dos ecossistemas. O problema se agrava quando a UC é criada em locais habitados por populações tradicionais, em especial por comunidades indígenas. Essas comunidades vêem sua sobrevivência ameaçada devido à “intervenção ambiental”, pois não é dada a elas nenhuma alternativa que viabilize sua vida e sua cultura em detrimento do uso dos recursos naturais.

Hoje, no Brasil, existem diversos casos de UCs em sobreposição a Terras Indígenas (TIs), conforme mostrado pela presente publicação. O Poder Público tem se mostrado incapaz de resolver tal situação, tanto de parte do órgão ambiental como do indigenista.

O CONCEITO DE ÁREA PROTEGIDA PRECISA LEVAR EM CONSIDERAÇÃO A PRESENÇA HUMANA. DISCUTIR SE MONTE PASCOAL, ÁREA SIMBÓLICA DA NAÇÃO BRASILEIRA, DEVE SER PARQUE NACIONAL OU TERRA INDÍGENA É MENOS IMPORTANTE DO QUE GARANTIR A GESTÃO PARTICIPATIVA DA REGIÃO.

Esta situação gera um falso conflito entre ambientalistas, que defendem a proteção da biodiversidade, e os indigenistas, que trabalham em defesa das comunidades indígenas. Na verdade, ambos os segmentos estão envolvidos com as duas causas, mas, por falta de políticas públicas comuns e pela postergação de resolução de situações concretas, as divergências de estratégias se tornam mais marcantes.

O que precisa ser revisto é o conceito de *área protegida* como sendo destinada exclusivamente à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, sem a presença humana. Esta concepção vem sendo contestada, especialmente em regiões habitadas por populações que, ao longo de sua história, vêm tendo um papel fundamental na proteção dos ecossistemas. O que os torna exploradores dos recursos naturais, em escala maior do que o ecossistema suporta, é a necessidade de sobrevivência e a opção pela inserção no mercado local, altamente demandante de produtos florestais.

Esta questão se torna mais dramática na Mata Atlântica, que está bastante ameaçada e requer um cuidado extraordinário para a proteção dos seus 7,5% remanescentes.

O caso Monte Pascoal

A necessidade de conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e a importância de se criarem melhores condições de vida para a população indígena é crucial no extremo-sul da Bahia. Nesta região, desde a época da chegada dos colonizadores europeus, vivem índios de várias etnias e que foram identificados como Pataxó, segundo registros datados do século XVIII.

A vida em grupo e a constante movimentação estão entre as características culturais dos Pataxó, as quais foram se alterando ao longo do tempo. Com a colonização, foram aldeados e encurralados pela restrição territorial, que

* Engenheiro, coordenador executivo da ONG Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá).

** Jornalista, assessora de comunicação do Gambá.

determinou um período de transição e mudanças culturais. Hoje, eles vivem em diversas aldeias – Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Trevo do Parque, Mata Medonha, Coroa Vermelha, Corumbauzinho, Águas Belas, Imbiriba, entre outras – totalizando uma população de cerca de 5 mil pessoas.

Como esses índios não receberam qualquer ação substancial que garanta uma vida digna, encontram-se atualmente com sérias dificuldades de sobrevivência. A principal atividade que os mantém é o artesanato – especialmente, de produtos florestais –, que tem uma demanda cada vez maior, fruto do turismo crescente na região. Mas a exploração dos recursos florestais madeireiros vem ocorrendo de forma insustentável com a diminuição acentuada da arruda, que é a principal espécie de árvore utilizada. Além disso, o mercado se tornou competitivo com não-índios que se apropriaram da arte indígena, tornando os índios reféns de um processo produtivo por eles desenvolvido, mas do qual estão cada vez mais à margem.

Por outro lado, a proteção da Mata Atlântica no extremo-sul da Bahia se tornou um caso emblemático. Uma das primeiras medidas adotadas na região foi a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP), em 1961, em terras habitadas pelos Pataxó, para a proteção dos ecossistemas existentes (floresta ombrófila densa e manguezais) e do Monte Pascoal, devido à sua importância histórica.

Essa medida, no entanto, foi adotada sem uma negociação adequada com os índios, iniciando uma situação de conflito entre os gestores do Parque (o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, antecessor do Ibama) e a comunidade indígena. Nenhum diálogo salutar ocorria então, pois, se, para o IBDF os índios eram invasores e depredadores do Parque, para os índios, o IBDF era um indesejável interventor. A Funai, neste caso, sempre se manteve afastada das discussões. Esse era o quadro até os anos 2000 e 2001.

Sem novas medidas protecionistas eficazes, a Mata Atlântica começou a sofrer um processo de desmatamento violento a partir da construção da BR-101, em 1973. Somente em meados da década de 1990 é que se intensificou o debate sobre a necessidade de reverter a situação e controlar a ação desenfreada dos madeireiros.

O Gambá, juntamente com outras ONGs ambientalistas, levou esta discussão para o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e, depois de muita luta, foi suspensa a exploração madeireira na região. Mesmo assim, o desmatamento ilegal continua, sendo a ação de fiscalização dos órgãos ambientais ainda deficiente.

Devido a sua importância histórica cultural e ambiental, a região do extremo-sul da Bahia recebeu o título de Sítio do Patrimônio Mundial Natural, concedido pela

Unesco, o que fez surgir uma grande oportunidade para a promoção do desenvolvimento sustentável. A região também é considerada como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e está inserida no Corredor Central da Mata Atlântica, projeto em execução com apoio do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7), o que representa uma esperança para estancar o processo predatório ainda vigente e estabelecer novos paradigmas de preservação.

Outro fator que tem influído de forma negativa na região é a extensão da monocultura do eucalipto, que vem sendo implantada desde a década de 1980, determinando de forma preocupante o desenvolvimento socioambiental da região.

É necessária uma ação integrada e participativa para enfrentar o desafio de construir um novo modelo de preservação ambiental na região e melhorar as condições de vida da comunidade pataxó.

A busca de solução

O primeiro diálogo efetivo ocorrido na tentativa de encontrar uma solução para a relação entre o Parque Nacional e a comunidade pataxó ocorreu no início de 1998, como uma das atividades desenvolvidas no convênio celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Gambá, com participação do Ibama, e que visava executar algumas atividades constantes do plano de ação emergencial do Parque para a reestruturação e consolidação da unidade. Na oportunidade, para a execução das atividades previstas, o Gambá estabeleceu parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Cepedes).

Na atividade específica referente à integração com a comunidade indígena, foram feitas parcerias com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e com a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai). O Gambá e o Cepedes tinham consciência, no planejamento das ações, que esta questão representava o maior desafio a ser superado no contexto das necessidades emergenciais do Parque. Por isso, nada melhor do que realizar esta ação com a parceria de entidades ambientalistas e indigenistas com o intuito de estabelecer um caráter conciliador em estratégias com interesses potencialmente divergentes, de defesa da causa indígena e na luta em defesa do meio ambiente.

O primeiro passo do trabalho foi o reconhecimento de um conflito que, a nosso ver, é um falso conflito, pois decorre da forma completamente equivocada que marcou a criação do Parque. O segundo passo foi estabelecer os pressupostos que norteariam o trabalho, tais como:

- histórica e culturalmente todo o PNMP e seu entorno é tradicionalmente área ocupada pelos Pataxó;

- o PNMP precisa ser preservado não só enquanto importante remanescente da Mata Atlântica, mas porque dele depende a sobrevivência cultural do povo Pataxó;

- o conflito de interesses entre índios e Parque precisa ser urgentemente resolvido e os dois pressupostos anteriores precisam ser contemplados;

- a redução das terras pataxó, através dos tempos, tem proporcionado o uso insustentável e predatório das áreas de suas aldeias;

- entregar as áreas do Parque administradas pelo Ibama não representa, a médio e longo prazo, solução para nenhuma das partes;

- os Pataxó sempre retiraram e continuarão retirando madeira para artesanato de dentro do PNMP.

No encontro, realizado com a participação das lideranças de todas as aldeias pataxó, da chefia do Parque (que pela primeira vez teve um contato com os índios), da Funai e das ONGs (Gambá, Cepedes, Cimi, Anai, Terra Viva, Movimento de Defesa de Porto Seguro), a discussão teve como enfoque a problemática do artesanato e as alternativas possíveis, levando-se em conta a realidade indígena. A presença maciça das lideranças indígenas dava o sinal claro de que o diálogo era possível e estava aberto, apesar da tensão existente na relação do Ibama com os índios. Foram feitas as seguintes recomendações:

- realização de um zoneamento agroecológico no entorno do Parque, prioritariamente nas áreas indígenas;

- apoio à implantação de uma cooperativa de artesãos pataxó;

- apoio ao patenteamento do artesanato típico dos Pataxó, buscando sua valorização, eliminação da concorrência dos não-índios e eliminação dos atravessadores;

- apoio a projetos de recomposição da Mata Atlântica nas áreas das aldeias;

- apoio à difusão de novas tecnologias que reduzam o consumo de matéria-prima;

- apoio à implantação de sistemas agroflorestais nas áreas dos Pataxó;

- realização de um diagnóstico, com inventário das espécies arbóreas utilizadas como matéria-prima pelos Pataxó, dentro do PNMP;

- criação de um Fórum de Negociação composto pelas lideranças pataxó, Ibama, Funai, ONGs ambientalistas, entidades de apoio à causa indígena, entidades de apoio à pequena produção, entre outras.

Entraves, avanços e o adiamento das soluções

Infelizmente, nenhuma dessas propostas foi implementada pelo MMA/Ibama, o que provocou um novo estremecimento nas relações. Veio o ano de 1999 e ocorreu

a ocupação do Parque pelos índios a pretexto das comemorações dos “500 anos do Descobrimento”.

Somente em 2001, com a mudança de postura do Ibama trazida pela nova gestão do Parque, é que o diálogo voltou a acontecer e começaram a ser definidas algumas ações, entre as quais se destacam a construção de uma gestão participativa com as comunidades pataxó e um projeto de implantação de sistemas agroflorestais visando a atender às necessidades da população indígena (com recursos assegurados desde 1999).

Apesar dos esforços da atual chefia do Parque e de ONGs parceiras, estas duas ações vêm sendo realizadas com muita dificuldade, pois têm na burocracia estatal um entrave que pode comprometer os avanços obtidos.

Ainda não foi encontrada uma definição da situação fundiária da região. O estudo que vem sendo feito por iniciativa da Funai desde 2000 ainda não apresentou os resultados definitivos.

Vale lembrar que, na discussão do Projeto de Lei que deu origem ao Snuc, foi proposto um tipo de UC de Proteção Integral que poderia ser uma solução para este e tantos outros casos semelhantes de superposição com TIs, que foi a Reserva Indígena de Recursos Naturais (RIRN).⁽¹⁾ A proposta teve boa aceitação parlamentar, de movimentos ambientalistas e indigenistas, mas acabou não sendo aprovada por resistências de alguns setores, inclusive de dentro do próprio Ibama.

Afinal: Parque Nacional ou Terra Indígena? Esta não deve ser a principal discussão. Sendo uma ou outra, o fundamental é a gestão participativa que viabilize tanto a proteção da Mata Atlântica como a melhoria da qualidade de vida dos Pataxó. Não podemos mais adiar qualquer iniciativa neste sentido. Como uma área simbólica da nação brasileira, Monte Pascoal merece uma ação exemplar.

Referências bibliográficas

- GAMBÁ (Grupo Ambientalista da Bahia) Projeto execução de atividades do Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional de Monte Pascoal. Salvador, 1997.
- MAIA, Milene e TIMMERS, Jean-François Timmers. Biodiversidade condenada. Porto Seguro, 2001.
- IBAMA. Plano de ação para o Parque Nacional de Monte Pascoal. Brasília, 1995.
- RMA (Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica). Uma solução generosa para um conflito crônico. Salvador, mimeo, 2001.

¹ A respeito da proposta da RIRN, ver artigo de Márcio Santilli nesta publicação. (N. E.)

PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL

■ Os Pataxó terão que sair do Monte Pascoal

Os índios pataxós – cujos ancestrais receberam Pedro Álvares em 1500 – terão que abandonar suas terras em Monte Pascoal, onde vivem em situação de miséria e como se fossem invasores desde que ali foi criado o Horto Florestal. As terras passaram a ser do IBDF, que proibiu a caça e pesca na região. Temendo o extermínio total da tribo, a Funai e o governo da Bahia estão estudando a possibilidade de transferir os pataxós para uma outra área, com mais de 450 km² localizada na Ponta de Itaquera, entre Porto Seguro e Monte Pascoal. (OESP, 07/10/1971)

■ Crise dos índios Pataxó

Interesses comerciais oficialmente desconhecidos pela Funai estão influenciando no processo de decadência a que é submetida a tribo dos Pataxós. Há dez anos, quando o parque foi instalado, os posseiros existentes na área foram indenizados e se retiraram, deixando muito cacau plantado. Os guardas da área não querem dividir o lucro com os índios, que são maltratados quando colhem e vendem o cacau por conta própria. (OESP, 05/03/1972)

■ Sem índios e pau-brasil

Encontrar índios e pau-brasil é um sonho que deve ser esquecido por aqueles que pretendem ir a Porto Seguro. Os índios que assistiram à primeira missa – os Patachós – e a madeira que deu nome ao Brasil já não existem mais. Os primeiros, os Patachós, vivem marginalizados e em fase de extinção. Terão de deixar suas terras, o Monte Pascoal, pois ali está o Horto Florestal e o encarregado dele vive em litígio permanente com os índios. Segundo consta, os índios não querem mais colher a piaçava e entregar a ele para ser vendida com bastante lucro. (OESP, 22/04/1973)

■ Índio Juruna quer Pataxó no Monte Pascoal

O novo chefe da Ajudância Minas-Bahia, da Funai, o indígena João Geraldo Itatuitim Ruas, da tribo dos Jurunas, do curso médio do rio Xingu, em Mato Grosso, disse ontem que seu principal trabalho à frente do órgão será o de evitar que os pataxós sejam transferidos de suas terras em Porto Seguro. (JB, 29/05/1973)

■ IBDF x Pataxó

Numa semana de muitas denúncias, por parte do IBDF, contra a devastação de reservas florestais brasileiras, os pataxós, pacíficos

índios do sul da Bahia, foram misturados a predadores mais importantes com os quais nada tem em comum: empresários das indústrias de madeira, celulose, agropecuária e cultura de soja. (Opinião, 23/05/1975)

■ Área para os Pataxó

A Funai, mais uma vez, tentará conseguir do IBDF uma área para os índios pataxós, na reserva florestal de Monte Pascoal. Os índios, que foram expulsos da reserva do IBDF por guardas-florestais “por depredarem a floresta”, estão agora confinados em um areal, em situação bastante precária, como foi constatado esta semana pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, que realizou uma viagem de inspeção à área. (OESP, 20/09/1975)

■ Os Pataxó ganham de volta parte de suas terras

O ministro do interior, Mário Andreazza, assinará, quinta-feira, com o IBDF, um acordo que garante aos índios pataxós direitos sobre as terras de Monte Pascoal, numa extensão de 22 mil ha. O IBDF evoluiu da posição inicial, que dava a presença dos índios como prejudicial à ecologia, para a atual, que admite, para os pataxós, a condição de protetores do patrimônio ecológico e histórico representado pela região. (O Globo, 27/07; JB, 30/07/1980)

■ Acordo garante 8 mil ha aos Pataxó

Dois importantes atos em benefício das comunidades indígenas foram firmados ontem. O primeiro foi o acordo, assinado por João Carlos Nobre da Veiga, presidente da Funai, e por Mauro da Silva Reis, presidente do IBDF, assegurando a posse permanente à comunidade indígena pataxó em uma área de 8 mil ha em terras do Monte Pascoal. O segundo foi o ajuste celebrado entre a Funai e a Comissão Executiva do Plano Lavoura Cacaueira (Ceplac), objetivando a elaboração e execução de programas agrícolas nas áreas indígenas do sul da Bahia, sem qualquer prejuízo aos direitos inalienáveis dos índios ao uso das terras e usufruto de suas riquezas naturais. (O Liberal e O Globo, 01/08/1980)

■ Crítica aos 8 mil ha

O Cimi alega que a quantia de terra destinada à sobrevivência dos 1.800 índios Pataxó representa menos de 1/3 do que eles têm direito, além de serem áridas e de pouca utilização agrícola. (Porantim, nov. 1980)

■ Exclusão de famílias

Segundo o Grupo de Defesa do Índio, da Associação Nacional de Defesa do Ambiente (Anda), a área de 8 mil ha deixou de fora 94

famílias pataxós que além dos limites demarcados. A área demarcada não comporta essas famílias, que foram indenizadas (em dinheiro) pelo governo federal. (Diário da Tarde, 12/12/1980)

■ Anai denuncia “campo de concentração”

A Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) denunciou a política “não ecológica e violenta”, exercida pela administração do parque Monte Pascoal, no sul da Bahia, que estabeleceu um verdadeiro campo de concentração na terra dos índios Pataxós, em Porto Seguro. Segundo a Anai, foi feito um “falso acordo”, através do qual a Funai destinou aos Pataxós apenas 8.720 ha do total de 22.500 integrantes do território indígena e que constituem hoje o Parque Monte Pascoal. Com esse “falso acordo” começaram as dificuldades de sobrevivência dos pataxós, “pois as terras que lhes foram destinadas são impróprias para a agricultura que praticam, constituindo-se de brejos e faixas arenosas. (Jornal de Brasília, 16/01/1982)

■ Pataxó impedidos de reivindicar em Brasília...

O cel. Roberto Guaranis, diretor do Departamento Geral de Operações da Funai, foi acusado pelo cacique pataxó Firmo Ferreira de haver impedido o acesso de cinco líderes indígenas da região de Monte Pascoal ao gabinete do presidente do órgão, cel. Paulo Moreira Leal, em Brasília. Segundo Firmino, eles foram a Brasília levar a Moreira Leal um pedido de ajuda. (FSP, 05/05/1983)

■ ... Funai desmente

De acordo com Guarany, os Pataxó não apareceram no dia combinado (sexta-feira) para a visita ao presidente da Funai, e quando apareceram (terça-feira) todas as perguntas que tiveram foram respondidas, embora não tivessem encontrado o presidente do órgão. (CB, 06/05/1983)

■ Pataxó não podem pescar caranguejo

Os índios Pataxós de Monte Pascoal querem que o IBDF volte a permitir a pesca do caranguejo no mangue localizado dentro do Parque Nacional, impedida desde que foi construída uma cerca isolando o local tradicionalmente utilizado pelos índios. (JB, 06/05/1983)

■ Terras impróprias para o plantio

O cacique Itambé, líder da facção indígena da tribo Pataxó Hã-Hã-Hãe que fugiu para a localidade de Coroa Vermelha, em Porto Seguro, denunciou que na reserva de Monte Pascoal

– onde vivem atualmente 1.800 pataxós – os índios estão passando sérias dificuldades, “principalmente as crianças que não têm o que comer”, pois a terra é imprópria à agricultura. (O Dia, 26/12/1983)

■ Caça proibida e fome

Os índios Pataxós da reserva Barra Velha, no lado norte do Parque Nacional de Monte Pascoal, vão reivindicar ao Ministério da Agricultura revisão da medição da área e permissão para pescar e caçar como solução para sair do estado de miséria em que se encontram. (JB, 09/06/1984)

■ Índios querem área em Parque Nacional

Oito Pataxó liderados pelo chefe Firmo Ferreira pretendem se encontrar com o cacique Mário Juruna, com o presidente da Funai e a direção do IBDF em Brasília, a fim de reivindicarem a devolução de uma área de 22 mil hectares onde hoje está implementado o Parque Nacional do Monte Pascoal. (Diário do Grande ABC, 10/06/1984)

■ Tribo desmata em UC para vender madeira

Dois mil índios Pataxós que vivem numa reserva que faz parte da área do Parque Nacional de Monte Pascoal estão desmatando a área e derrubando árvores de madeira nobres, como jacarandá e sucupira, para vender a madeiras do município. (OESP, 06/08/1987)

■ Apreensão de carregamento ilegal de jacarandá...

Agentes da Polícia Civil do município de Itamarajú apreenderam um carregamento de toras de Jacarandá, árvore nobre, atualmente em fase de extinção da mata atlântica baiana, retirado ilegalmente do Parque Nacional de Cabralia e avaliado em Cz\$ 2 milhões. (Diário Popular, 07/03/1988)

■ .. Pataxó descontentes dão o troco...

Em represália pela apreensão de oito grandes toras de jacarandá, índios pataxós que habitam a reserva Parque Nacional do Monte Pascoal destruíram ontem o escritório do IBDF e as residências de 10 funcionários do órgão. (O Globo, 08/03/1988)

■ .. e Polícia Federal é acionada

Numeroso contingente da PF foi deslocado ontem de Ilhéus para o Parque Nacional de Monte Pascoal, onde um grupo de índios Pataxó destruiu a casa de dez guardas florestais do IBDF. (O Liberal, 09/03/1988)

■ Política de conservação

O IBDF diz que a única forma de evitar a devastação da mata do parque é um trabalho da Funai junto aos índios, conscientizando-os dos danos que estão causando à própria sobrevivência com a exploração extensiva da madeira. (O Estado do Paraná, 29/11/1988)

■ Monte Pascoal devastado

Exemplares de baraúnas, sucupiras, louros e jacarandás, entre outras madeiras nobres, sucumbem pela ação das queimadas e moto-serras. Os índios Pataxós são acusados de ser os principais devastadores da floresta, mas têm a sua versão, como primeiros habitantes do local. (A Tarde, 12/10/1988)

■ Apreendida madeira da Reserva Pataxó

Dez metros cúbicos de madeira foram retirados ilegalmente da reserva indígena dos Pataxó com um trator pertencente ao prefeito de Porto Seguro. A carga foi apreendida por agentes do IBDF. (CB, 26/01/1989)

■ Presidente do Ibama acusa os índios

Fernando César Mesquita, presidente do Ibama, após sobrevoar as regiões de Eunápolis, Porto Seguro e Prado, afirmou que os Pataxó e posseiros que ocupam as áreas contíguas ao Parque estão fazendo queimadas que podem comprometer os 14 mil hectares de mata atlântica da reserva. (FSP, 27/02/1989)

■ Madeiros no Monte Pascoal

A cobiça de empresários da indústria madeireira está pondo em risco o Parque Nacional; Além disso, eles utilizam os Pataxó para tal serviço. Segundo o chefe de vigilância do Parque, Milton Barros, a madeira nobre está se esvaindo, “os jacarandás praticamente inexistem, e os que ainda restam já estão marcados com machado para serem derrubados”. (CB, 04/03/1989)

■ Fogo devasta aldeia pataxó

A reserva florestal da aldeia dos Pataxós, que ocupa uma área de 8.500 ha, ao lado dos 15 mil ha do Monte Pascoal, está totalmente tomada pelo fogo que ameaça o parque, onde já foram detectados quatro focos de incêndio. (FSP, 05/03/1989)

■ Os Pataxó e o fogo no Parque

O engenheiro agrônomo Walter Ernesto Brechbuelher, coordenador das equipes de combate ao incêndio no parque, acusa os índios de terem ateado fogo na mata para facilitar a retirada da madeira. (FSP, 07/03/1989)

■ Pataxó assumem incêndio

Os índios pataxós não fazem segredo do culpado pelo incêndio no Parque Nacional de Monte Pascoal: eles próprios. Afirmando incendiar a reserva para retirar a madeira e vender, acendendo e apagando os focos, porém, nos últimos dias alguns focos não puderam ser controlados por causa da seca de três meses que atinge a área. (JT, 10/03/1989)

■ Madeira e sobrevivência

Os índios Pataxó do Parque do Monte Pascoal estão vendendo árvores de madeira nobre da reserva para poder sobreviver. Eles só conseguem comer graças à venda da madeira e de peças de artesanato aos turistas. Os índios se queixam da falta de assistência da Funai e do Ibama. (OESP, 10/03/1989)

■ Pataxó desmentem versão “oficial”

Segundo o índio Valdemar Ferreira da Silva, 60 anos, da aldeia Barra Velha, os pataxós não são responsáveis pelo incêndio na área do Parque: “qualquer um pode ser culpado”, afirma o Pataxó. De acordo com ele todo o extremo-sul do estado está pegando fogo, e não são os Pataxó os responsáveis por isso. (A Tarde, 11/03/1989)

■ Índios Pataxó pedem comida

Para não derrubar as árvores de madeira nobre do Parque Nacional do Monte Pascoal, os índios Pataxó da aldeia Boca da Mata querem alimentos, sementes, assistência agrícola e a instalação de um posto médico que funcione no local. Sem assistência os índios só conseguem sobreviver graças à madeira nobre retirada da reserva, que vendem por preço irrisório aos madeiros do extremo sul da Bahia. (JB, 13/03/1989)

■ Funcionários da Funai temem Pataxó

Os funcionários da Funai em Eunápolis estão temerosos de entrar na área da reserva indígena dos pataxós situada ao lado do Parque Nacional de Monte Pascoal, tendo em vista as constantes investidas do órgão na venda ilegal de madeira por parte dos índios que, por sua vez, estão revoltados e ameaçam os funcionários da Funai, caso eles entrem na reserva. (A Tarde, 07/08/1989)

■ Índios retiram madeira para sobreviver

Segundo o coordenador do Movimento de defesa do Município de Porto Seguro, Everal Vergílio da Silva, o Ibama e a Funai são dois órgãos completamente inoperantes no sul da Bahia. Para Everal, esses órgãos fazem “vistas grossas” à destruição de madeira por parte das multinacionais. (A Tarde, 13/08/1989)

■ Ibama vai fiscalizar o Parque

O Ibama vai desencadear nos primeiros dias de fevereiro uma operação de impacto numa das últimas áreas preservadas da Mata Atlântica: o Parque Nacional de Monte Pascoal. Pelo menos 5% da área de 13.873 mil hectares já foi devastada por madeireiros da região. (O Globo, 27/01/1990)

■ Índios desmatam área de reserva

De acordo com o Ibama, cerca de 400 árvores já foram derrubadas pelos índios, induzidos por madeireiros, que vendem o produto por quantias irrisórias ou trocam por relógios digitais, por exemplo. Segundo o órgão os índios já venderam a maior parte dos resquícios de Mata Atlântica de sua própria reserva e recentemente estão invadindo a área do Parque do Monte Pascoal. Técnicos do instituto acompanhados por um funcionário da Funai e agentes da PF vão hoje ao Parque tentar um acordo com os índios pataxós. (OESP, 20/02/1990)

■ Acordo para não desmatar

O Superintendente do Ibama, Célio França, em uma reunião realizada com os líderes da reserva indígena dos pataxó combinou com os índios uma operação mútua, no sentido de que estes parassem de retirar a madeira e, em contrapartida, o órgão ambientalista atenderá algumas necessidades básicas da reserva. Ficou acertada a abertura pacífica da estrada da aldeia para os funcionários do Ibama para que possa haver uma melhor fiscalização. O Ibama se comprometeu reformar uma viatura da Funai para que ela fique à disposição da reserva indígena, e vai examinar uma solução para que a madeira já derrubada pelos índios seja leiloada dentro da própria reserva por preços justos. (A Tarde, 06/03/1990)

■ Desmatamento e fome

Mesmo depois do acordo com o Ibama, eles continuam com a prática de promover queimadas para abertura de áreas para cultivo de mandioca, retirando antes as madeiras nobres e vendendo a preços irrisórios para donos de serrarias de Itabela e Itamaraju, municípios vizinhos à reserva. Os Pataxó explicam que vendem a madeira para não morrerem de fome e criticam a omissão da Funai, que deixa a tribo passar fome e necessidades. (A Gazeta, 18/03/1990)

■ Madeira apreendida na Bahia

Seis caminhões carregados com cerca de 100 metros cúbicos de madeira nobre retirada ilegalmente do Parque Nacional de Monte Pascoal foram apreendidos pela PF durante uma operação encerrada ontem na região. A madeira foi cortada pelos índios da Reserva Pataxó,

situada numa área contígua ao Parque. (Jornal do Commercio e OESP, 27/08/1992)

■ PF indícia madeireiros

Seis madeireiros de Itabela, no extremo sul da Bahia, foram indiciados pela Polícia Federal no inquérito que apurou a derrubada de árvores no Parque Nacional de Monte Pascoal. Segundo o cacique Manoel Santana, os empresários se aproveitam da situação de quase miséria dos índios para induzi-los ao desmatamento. (CB, 30/08/1992)

■ Índios invadem Parque de Monte Pascoal

Pelo menos 300 índios Pataxós invadiram o Parque Nacional de Monte Pascoal em protesto contra o abandono das aldeias do sul e extremo sul da Bahia pelo governo federal. A ocupação ocorreu anteontem à noite e os índios reivindicam para si a posse da área. (A Tarde e Tribuna da Imprensa, 21/03/1993)

■ Pataxó decidem desocupar o Parque

Prevaleceu o poder da persuasão do cacique Manoel Santana. Depois de invadirem o Parque Nacional de Monte Pascoal, os índios pataxós deixaram a área pacificamente para esperar uma resposta do governo federal à fome, miséria e doenças que afligem a tribo. Os Pataxós queixam-se da inércia da Funai. (A Tarde, 22/03/1993)

■ Cimi denuncia a expulsão de Pataxó

O Cimi denunciou ontem, através de relatório, a expulsão de índios pataxós do Parque Nacional de Monte Pascoal, em consequência da devastação ilegal provocada por madeireiros capixabas em Corumbau, no município do Prado. (A Tarde, 18/05/1993)

■ Índios flagrados extraíndo madeira

Os índios pataxós estão desmatando novamente o Parque de Monte Pascoal. O crime ecológico foi descoberto por agentes do Ibama que flagraram três índios extraíndo madeira no interior da reserva. Os índios confessaram que usam a matéria-prima na produção de artesanato. (A Tarde, OESP e CB, 12/11/1993)

■ Petrobrás vai proteger o Parque

A preservação e fiscalização dos 14 mil hectares do parque, que está a cargo do Ibama, vai contar a partir dessa semana com a parceria da Petrobrás para executar um plano emergencial de três meses. O projeto vai incluir um levantamento preliminar para identificar as irregularidades fundiárias da área, o relacionamento com as comunidades limítrofes, a fauna e a flora da região. (JB, 05/03/1994)

■ Fiscais do Ibama ameaçados

Os índios pataxós voltaram a desmatar o Parque Nacional de Monte Pascoal, e ameaçaram de morte os agentes do Ibama lotados na reserva, se tentarem impedir a devastação. A tribo atribui o crime ecológico à fome e à miséria que colocam em risco a sua sobrevivência, em razão da falta de assistência da Funai. (A Tarde, 15/04/1994)

■ Índios agem substituindo fiscais

Os índios pataxós da aldeia de Águas Belas, no município de Prado, apreenderam um carregamento ilegal de madeira dentro do seu território. A matéria foi extraída de uma fazenda vizinha à aldeia e seria entregue no Espírito Santo – estado que mais devasta a Mata Atlântica. A tribo entrou em contato com a Funai e o Ibama, mas esses órgãos não adotaram medidas para impedir o tráfego de veículos que transportam mercadorias clandestinas pela aldeia. (A Tarde, 10/05/1995)

■ Desmatamentos preocupam

Os desmatamentos ocorridos no entorno das aldeias pataxó estão preocupando o Cimi. A devastação acontece em maior escala em propriedades de fazendeiros capixabas que se limitam à leste com a aldeia de Mata Medonha, em Sta. Cruz Cabralia, onde ainda restam áreas remanescentes de Mata Atlântica. (A Tarde, 24/11/1995)

■ Recuperação do Parque

Numa parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, Ibama e o Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), o Parque Nacional começa a ser beneficiado pelo Plano de Ação Emergencial, que visa a sua revitalização e busca soluções para alguns problemas registrados na área (A Tarde, 21/03/1997).

■ Incêndio destrói Parque Nacional

Pelo menos 50 ha de Mata Atlântica foram destruídos por um incêndio que começou no início do mês no Parque Nacional de Monte Pascoal. O fogo foi provocado pelos índios pataxós. (O Globo, OESP e CB, 10/01/1998)

■ Possesores e desmatamento

Pataxós da aldeia Corumbauzinho, no município de Prado, exigem do Incra a retirada de famílias sem-terra assentadas na área. Segundo as lideranças indígenas de Monte Pascoal, os posseiros estão devastando a mata e negociando seus lotes. (A Tarde, 21/11/1998)

■ Funai X Ibama

Já que a ordem é governo brigar contra governo, o Ibama mandou inscrever a Funai no Cadin, o cadastro de caloteiros da União. O

problema foi provocado pelas queimadas dos índios pataxós no Parque Nacional de Monte Pascoal, no sul da Bahia. O Ibama aplicou multa de R\$ 11 milhões na Funai, que não pagou e por isso acabou no Cadin. (Gazeta de Alagoas, 11/06/1999)

■ Pataxó ocupam área do Parque

Cerca de 300 Pataxó tomaram ontem o Parque Nacional de Monte Pascoal inconformados com suas limitações territoriais. Segundo carta do Conselho de Caciques Pataxó, “é impossível falar em comemorações dos 500 anos de invasão de nossa terra sem lembrar do sofrimento e violência contra os povos indígenas até os dias e hoje”. (A Tarde e Diário do Comércio e Indústria, 20/08/1999)

■ Aumenta a ocupação

Índios pataxós de 14 aldeias localizadas no sul e extremo sul do estado intensificaram a ocupação da sede da reserva florestal do Parque Nacional de Monte Pascoal. Vestidos a caráter, com corpos pintados, portando borduna, tacape e maracá e entoando cânticos de guerra, mais de 300 famílias se instalaram no local e ficaram aguardando a chegada da coordenadora do Parque, Carmen Florêncio. Os índios fizeram barreiras na entrada da reserva e se revezam na guarda, enquanto aguardam famílias que chegam de outros lugares. (A Tarde, 22/08/1999)

■ Funai propõe co-gestão

Representantes de 14 tribos Pataxó, que desde quinta-feira ocupam o Parque do Monte Pascoal, deverão responder hoje a contra-proposta apresentada pela Funai, que inclui a co-gestão da área do parque e terras indígenas localizadas em seu entorno. A Funai disse ter oferecido um projeto agrícola, além de treinamento (pelo Ibama) de 40 líderes como guias turísticos e na área de fiscalização e controle do parque. (A Tarde, 24/08/1999)

■ Pataxó decidem manter ocupação

Ao contrário do que tem sido noticiado pela imprensa nos últimos dias, os cerca de 400 índios pretendem continuar no local. A informação consta de nota divulgada, ontem, via fax, pelo Conselho de Caciques do Sul e Extremo sul da Bahia e pela Apoinme (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito). No documento eles dizem que a “pressão” do administrador regional da Funai, em Eunápolis, e do diretor fundiário, Áureo Faleiros, “é uma violência e um desrespeito para com os índios por julgar que não somos capazes de ter a nossa opinião e capacidade de decisão”. (A Tarde, 26/08/1999)

■ Unesco alerta sobre a devastação de patrimônios

A ocupação do Parque de Monte Pascoal por índios pataxós e a devastação por parte de madeireiros na floresta de 14 mil ha de mata atlântica podem inviabilizar a transformação da área em patrimônio natural da humanidade pela Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). (A Gazeta e Diário do Comércio, 27/08/1999).

■ Índios reivindicam posse do Parque de Monte Pascoal

Pressionar o governo a ceder aos índios as terras do Monte Pascoal e exigir da Funai a constituição de um grupo técnico para realizar estudos de identificação e delimitação da TI Corumbauzinho foram uma das principais reivindicações de índios que estiveram, ontem, em Salvador, representando 36 tribos de todo o país. (A Tarde, 02/09/1999)

■ Impasse preocupa governo da Bahia

O Governador da Bahia, César Borges, não está nada satisfeito com a atuação do governo federal sobre o impasse criado com a invasão de índios pataxós ao Parque de Monte Pascoal. Segundo ele, esse problema ganhará grandes proporções se o Governo não tomar providências logo. Ibama e Funai tentam chegar a um acordo com os índios, mas no próprio Ministério do Meio Ambiente é reconhecida a dificuldade para solucionar o caso. (Jornal do Comércio, RJ, 03/09/1999)

■ Índios mantêm invasão

O governo espera que estejam concluídas na próxima semana as negociações entre representantes da Funai e o grupo de índios Pataxó que invadiu, há cerca de duas semanas, a área da reserva ecológica do Parque Nacional de Monte Pascoal. (Jornal de Brasília e O Liberal, 04/09/1999)

■ Pataxó desocupam Funai mas querem GT

As 100 famílias Pataxó que haviam ocupado a sede da Administração Regional da Funai em Eunápolis já deixaram as instalações do órgão depois de negociarem com o administrador, João Viane Pinheiro. Os Pataxó das aldeias de Barra Velha, Boca da Mata, Águas Belas, Corumbauzinho e Trevo do Parque ocuparam a Funai exigindo o cumprimento de um acordo mantido há 90 dias, quando ocuparam o Monte Pascoal. (A Tarde, 12/11/1999)

■ Pataxó ainda estão no Monte Pascoal

Ocupando o Monte Pascoal desde agosto, os Pataxó podem ser expulsos a qualquer

momento do local. A Juíza substituta da Vara Única de Ilhéus, Maíza Seal Carvalho Pamponete concedeu liminar de reintegração de posse favorável ao Ibama, desde o dia 17 de novembro. Os Pataxó prometem resistir. (A Tarde, 05/12/1999)

■ Parque ainda é restrito aos índios

Na entrada do Monte Pascoal o acesso não é permitido a brancos e estranhos. O local é fechado com uma corrente, vigiada 24 horas por pataxós. A Justiça determinou a desocupação mas a ordem não foi executada, os índios temem que ela aconteça após a festa dos 500 anos. (Gazeta de Alagoas, 22/04/2000)

■ Governo quer saída dos Pataxó

Procuradores da República, representantes da Funai, MMA e Ibama se encontrarão em Brasília para mais uma reunião para discutir os direitos dos Pataxós sobre o Monte Pascoal. A reunião deve acontecer dia 24 de outubro na 4ª câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República, que trata das questões ambientais. O Governo quer a saída dos Pataxó dos limites do parque e o retorno do controle administrativo da UC ao Ibama. (Gazeta do Povo, 20/10/2000)

■ Pataxó negam sair do Parque

Caciques, lideranças e membros das comunidades das aldeias pataxós do Monte Pascoal, Barra Velha, Meio da Mata, Boca da Mata, Trevo do Parque, Aldeia Nova e Guaxuma, Cahy, Corumbauzinho e Águas Belas negaram que estejam se preparando para abandonar o Monte Pascoal, ocupado há mais de um ano. Um abaixo-assinado, com cerca de 200 assinaturas, foi divulgado pelos pataxós, depois de tomarem conhecimento do “Manifesto de Repúdio às tentativas de negociação do Monte Pascoal”. (A Tarde, 26/10/2000)

■ Ibama tenta evitar que fogo atinja parque vizinho ao do Descobrimento

O Ibama montou uma operação de guerra para evitar que o incêndio que já destruiu 7% dos 22 mil hectares dos Parques do Descobrimento e Monte Pascoal, no sul da Bahia, propague-se e atinja outro parque – o Pau Brasil, de 10 mil hectares. (OESP, 17/02/2001)

■ Pataxó vestem farda de bombeiro

No ano passado, o cacique Manoel Santana Pataxó entrou em guerra contra o governo. Protestou contra a festa dos 500 anos do descobrimento e ameaçou tomar posse do Parque Monte Pascoal. Ele e sua tribo foram espancados pela Polícia Militar da Bahia nas manifestações em Porto Seguro. Agora, Manoel quer ajudar a controlar os focos

de incêndio que se espalham pela reserva onde vive seu povo. O presidente do Ibama (Hamilton Casara) pediu ajuda aos índios, comprometendo-se a auxiliá-los a encontrar formas de subsistência sem destruição da mata. De imediato, conseguiu que o cacique Zezito Pataxó e 90 índios vestissem a farda do Prevfogo do Ibama, para combater o incêndio no parque. “Estamos fazendo um pacto com esses índios”. (JB, 17/02/2001)

■ Gestão do Ibama e dos Pataxó

A nova gerente do parque, Milene Maia, foi escolhida para garantir a preservação da Mata Atlântica de comum acordo com os mais de quatro mil índios que moram nas aldeias do entorno do parque: “A coordenação tem que ser realizada de forma conjunta; é o único caminho”, destacou. (A Tarde, 12/06/2001)

■ Ibama apreende artesanato

O Ibama apreendeu 704 peças de artesanato indígena no povoado de Monte Pascoal, em Itabela. Segundo o fiscal Adalício Moreira de Souza, a denúncia recebida dá conta de que a matéria-prima vem sendo retirada de florestas do Parque Nacional do Monte Pascoal, em Porto Seguro, ocupada pelos índios Pataxó há quase dois anos. A área é tida como de preservação ambiental e a extração de madeira no local é expressamente proibida pelo governo. (A Tarde, 22/06/2001)

■ Fazendeiro favorecido pela Justiça

Ajuíza substituta da Vara Federal, Maízia Seal Carvalho Pamponet, deferiu liminar favorável de reintegração de posse em favor do fazendeiro e prefeito do município de Itamaraju, Aluysio Tassio Carletto, invasor da área indígena Corumbauzinho, dos Pataxó. Em 2000, os índios decidiram ocupar as fazendas que fazem parte do complexo agropecuário de Carletto, após seguidas denúncias e flagrantes de desmatamentos efetuados pelo fazendeiro. A área, que está nos limites do Monte Pascoal, faz parte do território tradicional que está em processo de demarcação. A Procuradoria da República e o Cimi protestam contra a decisão da juíza, que não foi informada ou ignorou que a área é objeto de estudo fundiário e antropológico. (A Tarde, 20/07/2001)

■ Os Pataxó reerguem monumento à resistência indígena

Um ano e quatro meses depois da destruição do monumento à resistência em Santa Cruz Cabrália pela Polícia Militar do estado da Bahia, os Pataxó reedificam o símbolo indígena. A instalação foi transferida para o Monte Pascoal, e a construção levou quase um ano, sendo mantida em segredo para

evitar nova repressão policial. O monumento tem uma base circular, construída com pedras e concreto, onde foi reservado um grande espaço para dança. Na região central, emerge um mapa do Brasil, cujo perímetro feito de concreto terá grafado os nomes dos povos indígenas. Todo o projeto foi feito em mutirão pelas comunidades Pataxó em torno do Monte Pascoal. (Cimi, 16/08/2001)

■ Laudo antropológico

A situação na região do Monte Pascoal tem se agravado na medida em que a Funai tem tratado a questão Pataxó com total descaso e abandono, sendo inúmeras vezes denunciada pela falta de assistência e acompanhamento jurídico aos casos de retomadas e demarcação das terras do Monte Pascoal, apesar de existir um grupo técnico (GT) concluindo os estudos para a demarcação. O GT tem encontrado barreiras e empecilhos dentro da própria Funai para terminar os estudos; a manobra da Funai deve-se aos interesses contrários à demarcação do Monte Pascoal, para cada vez mais desgastar o movimento dos índios e instalar um clima de tensão como agora vem ocorrendo. (Cimi, 08/10/2001)

■ Funcionário da Funai é refém

Cerca de 300 pataxó das aldeias Craveiro e Águas Belas, em Prado, tomaram ontem como refém Dermival Cardoso, agente da Funai. Eles reivindicam a saída de posseiros de suas terras. Um dos invasores, Carlos André Santos, foi agredido pelos pataxós. Desde anteontem os índios cercaram um assentamento onde moram 80 famílias assentadas pelo Incra, as quais eles querem que deixem o local. (OESP, 11/01/2002)

■ Cerco de pistoleiros

Um clima de medo e tensão tomou conta da Aldeia do Cahy, localizada no povoado de Cumuruxatiba, no município de Prado, a 787 Km de Salvador. Pistoleiros da região ameaçam matar o cacique da aldeia Pataxó, José Francisco Neves Azevedo, o Zé Chico Timborana, por contrariar interesses de grandes latifundiários da região que brigam pelas terras indígenas. (A Tarde, 17/02/2002)

■ Termo de cooperação

Um termo inédito de cooperação entre a Funai, o Ibama e os Pataxó foi anunciado ontem (07/03/02), no final da tarde no Ibama, em Brasília, na presença de 16 caciques Pataxó. O termo de cooperação prevê um investimento de recursos do Ministério do Meio Ambiente-MMA no valor de um milhão de reais para o projeto de gestão do Parque Monte Pascoal, terra indígena tradicional dos Pataxó e em demar-

cação pela Funai. A gestão permitirá a criação de viveiros, cursos de educação ambiental nas escolas da região, criação de cooperativa e selo Pataxó para venda de artesanato, entre outros benefícios. (Site da Funai, 08/03/2002)

■ Funai e Ibama fazem acordo...

O Programa de Gestão Participativa do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal e das Comunidades Indígenas Pataxó do Entorno irá investir um milhão de reais nas aldeias da região. Promovido pela Funai e pelo Ibama, o programa tem o objetivo de preservar e manter a flora e a fauna dessa parte da Mata Atlântica viva. Dentre as sete ações definidas pelo projeto, a gestão participativa com as comunidades indígenas Pataxó do entorno Monte Pascoal e os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são as de maior destaque. (Site da Funai, 03/04/2002)

■ ... e CIMI critica...

O acordo coloca inúmeras restrições aos Pataxó, e estabelece programas de produção agrícola, recomposição de mata e de ecoturismo, entre outros, nas aldeias do entorno do Monte Pascoal. Ao investir nessas aldeias, a intenção do Ibama é esvaziar, gradativamente, as aldeias situadas dentro do Parque do Monte Pascoal. (Cimi, 12/04/2002)

■ ... parte dos Pataxó são contra

Os Pataxó retomaram três fazendas da região do Monte Pascoal, entre 9 e 15 de abril. A ação de retomada dos índios [ocorre] em protesto ao acordo firmado entre a Funai e o Ibama, de Gestão do Monte Pascoal. (Cimi, 24/04/2002)

■ Funcionário da Funai é ameaçado

O funcionário Funai, Dermival Oliveira Cardoso, está ameaçado de morte por, segundo ele, Gil Constituinte, líder do Movimento dos Sem Terra no assentamento de Corumbau, no Município de Prado. O conflito na região de Corumbau entre índios e trabalhadores Sem Terra é longo e ainda parece estar longe de ser resolvido. (A Tarde, 11/04/2002)

■ Pataxó prendem pistoleiros

Os pataxó que há 15 dias ocupam três fazendas situadas no entorno do Parque de Monte Pascoal, detiveram quatro homens que circulavam na região armados. Eles seriam pistoleiros contratados pelos fazendeiros da região para expulsar os índios das propriedades invadidas. (OESP, 03/05/2002)

■ Frente de resistência Pataxó

Os pataxó realizaram a primeira assembleia da “Frente de Resistência Pataxó”, que surge para reivindicar urgência a demarcação de suas terras, educação, saúde e incentivos à agricultura.

O evento reuniu cerca de 250 índios pataxós das comunidades de Corumbauzinho, Aldeia Nova, Guaxuma, Craveiro, Barra do Cai, Pequi e Mata Medonha. (A Tarde, 09/07/2002)

■ Liminar para expulsão

Três meses depois de promoverem uma série de retomada de terras no entorno do Parque Nacional do Monte Pascoal, os índios pataxós receberam, no último dia 19, com indignação, a determinação do Juiz Federal de Ilhéus, Pedro Alberto Calmon Holliday, para que desocupem a Fazenda Santo Agostinho, propriedade reivindicada pelo prefeito de Itanhém, Manoel Batista. Segundo as lideranças indígenas na área, o juiz tem uma lista de processos que sempre vem julgando em favor dos fazendeiros na região sul e extremo sul da Bahia, contra os índios. (A Tarde, 23/07/2002)

■ Gestão compartilhada

Comunidades indígenas Pataxó, representantes do Ministério do Meio Ambiente, Funai, Ibama e ONGs da região participaram, nos dias 25, 26 e 27, da primeira oficina de planejamento para o detalhamento das ações que serão desenvolvidas pelo Projeto de Gestão Participativa do Parque Nacional do Monte Pascoal. (A Tarde, 31/07/2002)

■ Índios impedidos de ocupar fazenda

Um grupo de Pataxó tentou ocupar a fazenda Santa Rita, de propriedade de Normando Carvalho. A ocupação, no entanto, foi frustrada por policiais militares e trabalhadores armados. A área, de 1.820 ha, localizada próximo ao Rio do Cai, no município de Prado, está dentro do território de 200 mil ha reivindicado pelos pataxós. (A Tarde, 26/08/2002)

■ Fazendeiros denunciam complô para desapropriar terras

Na semana passada, cerca de 100 agricultores se reuniram com representantes dos sindicatos de produtores rurais de Itamaraju, Prado, Porto Seguro e Itabela, em Itamaraju, para traçar uma estratégia para conter o avanço das retomadas pelos Pataxó e o aumento do conflito na região. (A Tarde, 28/08/2002)

■ Pataxó invadem propriedade no Prado

Aproximadamente 30 famílias Pataxó fizeram uma retomada na madrugada de hoje em fazenda na margem do rio Cai, área que estava sob o domínio do fazendeiro Normando Carvalho. (Porantim, 01/09/2002)

■ Índios voltam a ocupar o Parque

Depois que a Justiça Federal de Ilhéus concedeu, na semana passada, uma liminar

de reintegração de posse ao fazendeiro Manoel Batista, estabelecido na Fazenda Santo Agostinho, na região de Monte Pascoal, a comunidade indígena pataxó decidiu realizar novas ações de retomada de terras. (Correio da Bahia, 14/09/2002)

■ Tortura

Após violento ataque de um grupo de pistoleiros, acompanhado de agentes das Polícias Civil e Militar do Prado, na madrugada do dia 15, culminando com a expulsão das famílias Pataxó da aldeia Pequi sob forte tiroteio, destruição de habitações, agressões físicas e a prisão de seis índios daquela comunidade, foram localizadas hoje algumas pessoas que fugiram no momento do ataque. Quanto aos índios presos pela Polícia do Prado, até o momento somente um foi solto por ser cardíaco e ter a idade avançada, assim mesmo após ter recebido socos e pontapés durante o período em que ficou detido (mais de 48 horas), sob forte pressão psicológica e clara evidência de tortura física. (Cimi, 17/09/2002)

■ Mais ocupações

A comunidade indígena Pataxó da Aldeia Nova, região do Monte Pascoal, na noite de ontem (09/09) retomou mais uma fazenda, desta vez foi a que estava sob o domínio da fazendeiro Mauro Rossoni. (Cimi, 17/09/2002)

■ Pataxó X MST

Integrantes do MST e índios Pataxó das aldeias Craveiro e Corumbauzinho voltaram a se enfrentar nesta quinta-feira. Os dois grupos ocupam, há uma semana, o Assentamento Corumbau, no município de Prado, sul do estado. Os índios defendem a ocupação como um direito, pois afirmam que o assentamento está dentro da área de 200 mil ha, reivindicada pelos Pataxó como território indígena, em estudo pelo grupo técnico da Funai, instituído em 1999. (O Popular e A Tarde, 27/09/2002)

■ Índios vão a Brasília

A situação de conflito nas áreas indígenas do extremo sul da Bahia foi discutida em Brasília durante uma reunião da Frente de Resistência e Luta Pataxó com representantes da Funai, Incria e Ministério Público Federal (6ª Câmara). Além dos antigos problemas relacionados com a disputa de terras envolvendo fazendeiros, os índios agora estão tentando resolver a questão dos trabalhadores rurais sem-terra assentados dentro de uma reserva pataxó. (Correio da Bahia, 05/10/2002)

■ Vaqueiro é assassinado

O conflito entre índios e proprietários rurais, na região do Parque Nacional do Monte Pas-

coal, fez sua primeira vítima fatal, na semana passada: o vaqueiro Juraci da Costa Rocha. Juraci era vaqueiro da Fazenda Paraíso, de propriedade de Mauro Rossoni, ocupada desde agosto, pelos Pataxó, da Aldeia Nova. (A Tarde, 19/10/2002)

■ Denúncia de violência

As aldeias dos municípios do Prado e Porto Seguro, representadas pela Frente de Resistência e Luta Pataxó, encaminharam à Administração Regional da Funai, ao presidente da Funai, à Procuradoria da República em Ilhéus, à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e à imprensa um comunicado denunciando as violências sofridas pelos índios no extremo sul, a lentidão no processo de demarcação do território indígena e uma campanha antiindigenista desencadeada em Itamaraju. (A Tarde, 24/10/2002)

■ Índio é seqüestrado

Dia 02 de novembro, 15 homens armados, identificados como trabalhadores do fazendeiro Mauro Rossoni, abordaram os índios Pataxó Adeilson Pereira da Conceição e Cosme Pereira da Conceição, na estrada de acesso à Aldeia Nova do Monte Pascoal. No momento da abordagem, Adeilson conseguiu fugir enquanto via o seu irmão Cosme ser espancado e levado pelos homens do fazendeiro. O desaparecimento do índio foi denunciado pelo cacique da Aldeia Nova, Joel Brás, à Polícia Federal, à Funai de Eunápolis, à Procuradoria da República em Ilhéus, ao Cimi e à Anai, entre outras instituições. (Cimi, 04/11; Correio da Bahia, 05/11/2002)

■ Tensão entre índios e produtores

Mesmo depois da reintegração de posse de três das nove fazendas ocupadas pelos índios pataxós, o clima continua tenso no Vale do Itinga, próximo à orla norte de Porto Seguro. No dia que deixaram as propriedades, cumprindo ordem judicial, os pataxós fecharam o trecho da estrada que passa na área demarcada. (A Tarde, 02/12/2002)

■ Emboscada

A briga entre índios e fazendeiros por disputa de terra, na região do Parque Nacional do Monte Pascoal, resultou na morte de José Geraldo Moraes, 36 anos, segurança da Associação dos Fazendeiros. (A Tarde, 11/12/2002)

■ Mais mortes

O trabalhador rural João Batista de Jesus, 24 anos, foi assassinado à queima-roupa na noite do dia 1º de janeiro. João Batista morreu na hora, vítima de cinco disparos, que o atingiram principalmente na cabeça. João Batista

fazia parte da associação de segurança da fazenda Santo Agostinho. Os índios preferem chamar de associação de pistoleiros. (A Tarde, 04/01/2003)

■ Deputado recorre ao ministro

O ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, recebeu o deputado federal Walter Pinheiro (PT/BA), que veio pedir providências para evitar conflitos entre os índios Pataxó e fazendeiros na Bahia. O deputado acredita que a presença da Polícia Federal pode inibir a violência e o uso de armas. (O Povo, 09/01/2003)

■ Pataxó denuncia invasão

O cacique Pataxó José Francisco, da terra indígena Barra do Cahi, na Bahia, afirma que a terra está sendo invadida por pistoleiros vindos das fazendas do sul do estado. (Site da Funai, 18/03/2003)

■ Pataxó bloqueiam estrada

Os pataxó de Coroa Vermelha, sob a liderança do Cacique Carajá, bloquearam a estrada que dá acesso a 38 fazendas que ficam no entorno da Reserva da Jaqueira e começaram a invadir várias propriedades particulares, alegando que aquele território é indígena. (A Tarde, 04/06/2003)

■ Fazendeiros protestam

Cerca de 50 produtores rurais expulsos de suas propriedades, próximo ao Córrego Itinga, pelos índios pataxós, fizeram uma manifestação de protesto no centro de Porto Seguro. (A Tarde, 09/06/2003)

■ Pataxó invadem mais fazendas

Liderados pelo cacique Carajá, cerca de 700 descendentes da tribo Pataxó, de Coroa Vermelha, invadiram nove propriedades rurais em Porto Seguro e expulsaram os proprietários. O grupo declara que estudos realizados em 1983 caracterizaram a área como indígena mas que ela teria sido excluída da Terra Indígena no processo de 1984. Os proprietários até confirmam a presença tradicional dos indígenas na região, mas contestam que os invasores sejam autênticos pataxó. (A Tarde, 15/06/2003)

■ Proprietários rurais expulsos

Produtores rurais expulsos pelos índios pataxós, da área próxima ao Córrego Itinga, desde o começo de junho, continuam desabrigados, sem ter onde morar. A Funai mandou um técnico de Brasília para elaborar um relatório preliminar e formar um Grupo Técnico para determinar se a terra reivindicada é indígena. (A Tarde, 12/07/2003)

■ Pataxó são expulsos de fazenda retomada

Catorze homens da Polícia Federal e 15 da Polícia Militar de Itamaraju, fortemente armados, retiraram cerca de 15 famílias Pataxó da fazenda Boa Vista, no entorno do Monte Pascoal, que deixaram o local revoltados com a decisão do Juiz Federal de Ilhéus, Dr. Pedro Holliday. (Cimi, 10/09/2003)

■ Estudantes Pataxó são ameaçados

Estudantes indígenas Pataxó que residem no município de Pau-Brasil foram atacados, mais uma vez, no último dia 13, por pistoleiros da região, que disputam as suas terras. O ataque foi contra um ônibus que transportava os índios na volta da escola. Os criminosos entraram no ônibus e ameaçaram matar o motorista, caso ele continuasse a transportar os índios. Nenhum índio foi ferido, mas todos ficaram amedrontados. (Site da Funai, 19/11/2003)

■ Favelização de Coroa Vermelha

O processo de favelização de Coroa Vermelha preocupa autoridades e moradores. O problema vem desde 1999, quando a comunidade indígena pataxó de Coroa Vermelha recebeu um grande contingente de índios da região, em busca da sobrevivência. (A Tarde, 23/11/2003)

■ Crítica ao acordo entre Ibama e Funai

Porta-vozes da Frente de Luta e Resistência Pataxó afirmam que acordo foi uma manobra para colocar os índios numa espécie de cativeiro, onde foram proibidos de trabalhar na terra e de transitar sem estarem vestidos (identificados) como índios. O acordo teria sido assinado sob pressão dos representantes do governo federal. A ameaça era a de que, caso os índios não aceitassem as condições impostas, seria cumprida a liminar de reintegração de posse por parte do Ibama. (Agência Carta Maior, 26/11/2003)

■ Os Pataxó vão à Justiça

Pataxós estão organizados e vão tentar derrubar a liminar que os obrigou a desocupar três propriedades (Fazenda Córrego São Bento, Fazenda São Benedito, e a propriedade de Oduvaldo Souza) em Porto Seguro. (A Tarde, 28/11/2003)

■ Pataxós participam de projeto de conservação do Monte Pascoal

O Ministério do Meio Ambiente vai investir este ano R\$ 300 mil na conservação e recuperação da Mata Atlântica nas terras indígenas e no Parque Nacional Monte Pascoal. As propostas

para o desenvolvimento de projetos foram definidas em reunião com técnicos da Diretoria de Áreas Protegidas do MMA, Ibama, representantes da Funai e da comunidade Pataxó. O programa de gestão ambiental, que será implementado, a partir de julho, prevê o desenvolvimento de projetos agroecológicos para atender as necessidades e preferências das aldeias. (MMA, 21/05/2004)

■ Índios Pataxó fazem retomada

Um grupo de 35 famílias Pataxó da Comunidade Cassiana, região norte do Monte Pascoal, no município de Porto Seguro, fez uma retomada na madrugada do dia 21/06, na fazenda "Santa Luzia", à margem do rio Cemitério. A ação foi organizada pela Frente de Resistência e Luta Pataxó. Preocupados com a notícia que o fazendeiro estava negociando a terra com a Veracel Celulose para o plantio de eucalipto, os Pataxó decidiram retomar a área e impedir o plantio. (Cimi, 21/06/2004)

■ Fazendas invadidas por índios Pataxó...

Índios pataxós da aldeia Boca da Mata, perto do Parque Nacional do Monte Pascoal, no extremo-sul da Bahia, ocuparam duas fazendas, com mil hectares – Santa Luzia e Barreirinhas. Eles expulsaram os proprietários, os trabalhadores rurais e exigem a retirada dos animais que estão no pasto. São 350 índios que fazem parte da Frente de Resistência e Luta dos Pataxós e tentam retomar terras da região que afirmam ter sido griladas pelos fazendeiros. "Ocupamos essas terras para os nossos filhos e netos, não queremos negociá-las por nada", disse o cacique Júlio Pataxó, um dos líderes da invasão. (A Tarde, 25/06/2004)

■ ... que dizem só sair com a chegada de antropólogos

Os índios pataxós que reocuparam as fazendas Santa Luzia, em Porto Seguro, e Barreirinhas, em Itamaraju, aguardam nas propriedades a chegada de dois antropólogos e dois geólogos do GT da Funai, que deverão chegar à região amanhã para fazer um levantamento do território indígena. De acordo com Zeca Pataxó, chefe do Núcleo de Apoio da Funai, em Porto Seguro, a antropóloga Maria do Rosário informou ter enviado, ontem, documentação do relatório do estudo que está sendo feito por ela, há quatro anos, quanto ao território pataxó no extremo-sul do Estado. "A Funai aguardava essa documentação para mandar à equipe do Grupo de Trabalho", garantiu Zeca. O grupo, formado por 49 famílias, que invadiu a Fazenda Barreirinhas, na última quarta-feira,

é da Reserva Boca da Mata. Eles condicionam a saída da fazenda à chegada do GT da Funai, para retomada de negociações sobre a demarcação das terras indígenas na região. (A Tarde, 29/06/2004)

PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO

■ Índios retomam área

Trinta famílias de índios pataxós, que na década de 70 foram expulsas de suas terras por funcionários da empresa madeireira Brasil-Holanda, ocuparam o Parque Nacional do Descobrimento, no município do Prado, a 812 km de Salvador. Há quatro anos, o governo federal, por meio do Ibama, comprou a propriedade de 21.129 hectares da madeireira, que ocupa 50% do município do Prado, e

transformou-a em parque para preservar um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do País.

Desde que foram expulsas do local, as famílias indígenas não possuem um local para viver. “Eu estou há 33 anos morando nas ruas, mendigando. Já chega de sofrer. Daqui eu não saio e se na Bahia não tem Justiça, eu vou mudar para outro mundo. Será que o governo vai deixar a gente sofrer desse jeito?”, desabafou a índia Sirirá, Romilda Pereira Pires. Segundo ela, que é a índia mais velha da tribo, havia um homem chamado Duarte, da Brasil-Holanda, que passava nas casas todos os dias pedindo para eles desocuparem, até que um dia expulsou a todos e ateou fogo nas casas e nas plantações. “Queimou tudo, perdi minhas máquinas, plantação de café, mandioca. Os documentos da minha terra estão na Funai, eu não aceito eles fazerem disso aqui um parque porque isso aqui tudo é meu”, reclamou.

O índio Patiguri, José Pereira da Conceição, avisou que enquanto a Justiça não decidir, eles vão permanecer na terra. “Não queremos dinheiro e nem outra propriedade. Queremos ficar onde sempre foi nosso. O governo vai consentir matar a nação indígena para fazer parque? Eu vou ficar aqui, não tenho medo não”.

O Parque do Descobrimento, reconhecido pela Unesco como sítio do patrimônio mundial natural, é a maior unidade de conservação da Mata Atlântica do Nordeste do País e tem o endemismo como sua característica principal. “Existem várias espécies ameaçadas de extinção que só ocorrem aqui em todo o mundo, como a anta, a onça pintada, a parda e a negra, e árvores como o jacarandá, a arruda e a braúna. Toda a área que tinha sido degradada está se regenerando sozinha de forma surpreendente”, informou o biólogo e coordenador de fiscalização do Parque, Luiz Fernando Guimarães Brutto.

A gerência do Ibama de Salvador já havia entrado com uma ação de interdito proibitório na Justiça Federal de Ilhéus para impedir que as famílias entrassem no Parque. “Comunicamos as ameaças dos índios às instâncias superiores do Ibama porque temos a responsabilidade de zelar pelo Parque e não poderíamos ser negligentes em relação ao patrimônio”, informou Brutto. Agora o Ibama está em procedimentos para ajuizar uma ação de reintegração de posse.

A Funai encomendou um estudo para verificação de terras indígenas nas áreas do Parque Nacional do Descobrimento à antropóloga Maria do Rosário, que prometeu concluí-lo até o final do mês. “Se for constatado que as terras são realmente indígenas, a Funai terá como assentá-los dentro do Parque”. (A Tarde, 16/05/2003)

Carta da Frente de Resistência e Luta Pataxó

PARA: Funai-Brasília; Ministério Público Federal de Ilhéus; 6ª Câmara; Superintendência da Polícia Federal; Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados – Brasília

Prezados senhores,

Nós da Frente de Resistência e Luta Pataxó, nos dirigimos mais uma vez às autoridades relacionadas para relatar e solicitar providências com relação ao que vem ocorrendo com o nosso povo no extremo sul da Bahia.

1- Como é do conhecimento de todos, estamos lutando pacificamente pela demarcação de nossas terras na região do Monte Pascoal. Terras tradicionais do nosso povo que foram invadidas com a convivência e a omissão do poder público responsável em garantir o nosso direito;

2- Desde que iniciamos as nossas lutas, que somos vítimas de perseguição, ameaças e acusações mentirosas feitas pelos invasores de nossas terras, com objetivo de tentar deslegitimar a nossa luta pelo sagrado direito de ver nossas terras livres da invasão;

3- Todas as injustiças e ameaças contra nosso povo e lideranças foram denunciadas às autoridades e não temos conhecimento de ações para apurar estes atos cometidos contra nosso povo e lideranças;

4- Pelo contrário, sofremos perseguição da própria Justiça que se vira contra nossa luta, favorecendo os fazendeiros nos seus julgamentos e utilizando a própria polícia federal para nos intimidar, como vem ocorrendo no local da retomada da fazenda “Santa Luzia” no entorno da aldeia boca da Mata, onde a polícia federal chegou recentemente, fortemente armada, nos intimidando e exigindo para falarmos os nomes das nossas lideranças, em tom de arrogância e desrespeito a nossa comunidade. Quando falamos que não iríamos

dar os nomes, os agentes da polícia federal nos ameaçaram de prisão e disse que éramos obrigados a dar os nomes, querendo a relação de todos os membros da comunidade, inclusive de velhos e crianças, prometendo voltar para pegar a relação depois;

5- Estamos assustados com a postura da polícia federal de Porto Seguro, que se reúne com os fazendeiros e os tratam amistosamente, enquanto nos ameaçam e nos desrespeitam antes de garantir os nossos direitos e a nossa integridade física;

6- Dia 06 de agosto, uma liderança da Frente de Resistência, o cacique Deni Pataxó, da aldeia Alegria Nova, foi seqüestrado e espancado por homens do fazendeiro Normando Carvalho, na região do Prado, participou dessa violência um Sargento da polícia militar de nome Valcinho e cinco soldados, a polícia federal teve conhecimento do fato e até o momento nenhuma providência adotou para apurar as responsabilidades;

7- Estamos cansados de tanta injustiça, queremos paz e nossos direitos respeitados. Queremos que a Polícia Federal seja imparcial e atue respeitando a lei e o direito do nosso povo. Solicitamos a presença da mesma para garantir nossa integridade física, com uma postura séria e respeitosa na relação com o nosso povo, e não uma polícia protetora dos ricos e inimigos dos pobres, como tem se comportado a polícia federal de Porto Seguro com relação ao nosso problema. Diante dessa situação, solicitamos das autoridades providências para evitar mais violência contra o nosso povo e encaminhamentos urgentes para demarcar o nosso território, em nome da JUSTIÇA e do DIREITO.

Região do Monte Pascoal, 10 de agosto de 2004.

■ Pataxó no Parque Nacional do Descobrimento

Na madrugada do último dia 18, 53 famílias Pataxó retomaram uma área do Parque Nacional do Descobrimento. Segundo os índios, a área faz parte da antiga reserva indígena, delimitada em 1940, pelo governo federal, como forma de amenizar os conflitos entre os índios e os novos moradores que passaram a viver em Cumuruxatiba, distrito do Prado. Atualmente os índios reivindicam a inclusão da área no processo de demarcação do território do Monte Pascoal.

As famílias afirmam que estão dispostas a ficar no local, de onde foram expulsas pela empresa Brasil-Holanda e justificam a ação como forma de impedir que madeireiros e caçadores continuem depredando o seu patrimônio. “Daqui a gente não sai, só se a Justiça não reconhecer o nosso direito e continuar permitindo a destruição do nosso território”, afirma o cacique José Chico Timborana. O Parque do Descobrimento tem 23 mil hectares e foi criado em 2000 pelo governo federal. (Cimi, 22/08/2003)

■ Conflitos com Ibama

Um grupo de cerca de 20 famílias que se apresentam como indígenas da etnia Pataxó invadiu no último final de semana o setor leste do Parque Nacional Descobrimento, no Extremo Sul da Bahia. Os índios fecharam o acesso à região em litígio e não admitem a entrada de representantes do Ibama no local. Esta é a segunda invasão neste ano na unidade de conservação. Outras seis famílias de descendentes indígenas ocuparam a região norte do parque no último mês de junho.

A ocupação humana, além de ser proibida por lei, traz sérios riscos ao Parque Nacional Descobrimento, que é o maior fragmento protegido de Mata Atlântica do Nordeste Brasileiro, com área de 21.129 hectares. A unidade de conservação é tombada pela Unesco como Sítio do Patrimônio Mundial Natural e é zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Os títulos reconhecem o grande número de espécies endêmicas (que só ocorrem naquela região) e ameaçadas de extinção que habitam seu interior. Boa parte de sua biodiversidade não é sequer conhecida.

A unidade de conservação destaca-se também por ser uma das únicas áreas de florestas de tabuleiro ainda preservadas no Brasil e por ser um dos últimos abrigos disponíveis no Nordeste para grandes mamíferos, como a onça pintada e o macaco prego, que necessitam de áreas superiores a 20 mil hectares para se reproduzirem. (Ibama, 22/08/2003)

■ Índios se recusam a sair do Parque

Instalados no Parque Nacional do Descobrimento desde o dia 19, os pataxós garantem que vão resistir à polícia. “Só queremos esse pedaço de terra. Se a polícia vier nos tirar, vou dizer para todo mundo deitar no chão e mandar eles nos metralharem”. As palavras são do cacique pataxó José Francisco Timborana, que desde o dia 19 lidera a invasão do Parque Nacional do Descobrimento, no município de Prado. São cerca de 50 famílias ocupando uma área que afirmam lhes pertencer.

O cacique afirma que só sai do parque depois de receber a resposta do estudo, encomendado pela Funai, que está sendo realizado pela antropóloga Maria do Rosário. Com um mapa da região em mãos, Timborana mostrou uma área de cinco mil hectares do parque que seria território indígena. Afirmou ainda que irá a Brasília conversar pessoalmente com o Ibama. “Não quero mais conversar com o pessoal do Ibama aqui da região, eles não conseguirão resolver nosso problema”, disse o cacique. A antropóloga Maria do Rosário informou que ainda não foi possível concluir a pesquisa.

Segundo José Augusto Tosato, gerente executivo do Ibama no sul da Bahia, os índios entraram em área periférica e já degradada do parque e, por enquanto, não houve desmatamento. (A Tarde, 28/08/2003)

■ Caçadores presos

Cinco caçadores foram presos em flagrante por equipe de fiscalização do Ibama no interior do Parque Nacional do Descobrimento, no Extremo Sul da Bahia. O grupo portava cinco espingardas, muita munição, apitos de caça, isopores e outros equipamentos. Junto com eles foram encontrados os restos de uma cutia e cinco chororões, tipo de ave terrestre da região. A prisão aconteceu na quinta-feira passada, dia 28 de agosto.

Formado por um médico, dois aposentados e dois fazendeiros, o grupo de caçadores foi conduzido à Delegacia de Polícia Civil de Itamaraju (BA), onde prestaram depoimento. Eles informaram que residem em Vila Velha e em São Mateus, no Espírito Santo, e que aproveitavam férias para caçar na unidade de conservação.

Hospedados em uma fazenda próxima ao distrito de Cumuruxatiba, município de Prado (BA), desde o último domingo, relataram ainda que pretendiam permanecer caçando na região por mais 20 dias. O Ibama chegou ao grupo após receber denúncia de morador da região. A equipe de fiscalização multou cada um dos participantes em R\$ 5.500, com enquadramento em caça profissional devido aos equipamentos e estrutura de armazenamento para a caça. O Ibama também irá encaminhar queixa crime

ao Ministério Público Federal. Após ouvir os depoimentos, a delegada responsável liberou os infratores, que responderão ao inquérito em liberdade. (Ibama, 04/09/2003)

■ Audiência com Ibama

Nesta sexta-feira (05/09), lideranças ligadas à Frente de Resistência Pataxó estarão em Brasília para uma audiência com o presidente do Ibama, Marcos Barros, com o objetivo de buscar entendimentos sobre os problemas envolvendo as comunidades Pataxó e os atuais parques nacionais na região extremo sul da Bahia.

Quando em 2000 o governo federal criou o Parque Nacional do Descobrimento no município do Prado, extremo sul da Bahia, apenas limitou-se a negociar a área prevista para aquela unidade, com a antiga Bralanda (consórcio extrativista Brasil-Holanda), multinacional que explorou anos a fio a mata atlântica e grilou terras dos índios, posseiros e ribeirinhos. Não considerou o governo que aquela floresta, supostamente preservada pela Bralanda, trazia em sua herança negociadas com governos passados, através de órgãos como o IBDF (hoje Ibama); violentos conflitos e a expulsão de índios e trabalhadores rurais; no rastro dessa agressão, imensos cemitérios de restos e tocos de madeiras, carvoarias e desertos. Esse rolo compressor deu lugar também a campos abertos de samambaias; pastos e lagoas mortas, no entorno do que restou de floresta. Para a empresa Bralanda, a que mais desmatou no extremo sul da Bahia, a sentença pelos crimes cometidos foi uma indenização em moeda corrente do país, “comprando” a área da Brasil-Holanda para criar o parque, sob o olhar atônito dos agricultores, dos índios que dali foram expulsos e aplausos dos ambientalistas de plantão.

No encontro com Marcos Barros, os índios vão esclarecer essa história e afirmar o direito do povo Pataxó sobre aquelas terras; ao mesmo tempo vai exigir do presidente do órgão um compromisso oficial, confirmando que a instituição ambiental não moverá ação judicial para retirar as famílias do parque do Descobrimento, já que os índios dizem que não deixarão a sua terra e enquanto isso esperam a agilidade da Funai na apresentação dos estudos antropológicos para resolver de vez a situação conflituosa na região.

Segundo Xarru Ingorá Mirim, da Frente de Resistência Pataxó, “a atuação do Ibama, através da chefe do parque nacional do Monte Pascoal, Milene Maia, tem provocado divisão interna e jogado índios contra índios”, essa afirmação diz respeito ao “Termo de cooperação Técnica” imposto aos Pataxó desde o ano 2001, projeto levado adiante pelo Ibama local,

que tem causado diversas reações contrárias entre os índios e recebidos críticas severas de indigenistas do Cimi e da Anai, pela forma como foi imposto e como tem realizado suas ações. (Cimi, 04/09/2003)

■ Índios ocupam Parque Nacional

Índios pataxós que reivindicam assentamento dentro do Parque Nacional do Descobrimento, no município de Prado, a 812 km da capital baiana, ocuparam ontem a sede provisória do parque e se apossaram de uma viatura do Ibama, que administra o local. São cerca de trinta famílias de pataxós que dizem terem sido expulsas da área, de 21.129 hectares, na década de 70, pela madeireira Brasil-Holanda. Desde maio os índios pataxós tentam se instalar no local, mas são impedidos por ações de reintegração de posse impetradas na Justiça pelo Ibama. O Governo federal comprou a área, que pertencia à madeireira, durante as comemorações dos 500 anos do Descobrimento, para criar o Parque Nacional e preservar remanescentes da mata atlântica na região. (Diário de Pernambuco, 30/10/2003)

■ Clima continua tenso

O impasse sobre as terras invadidas pelos índios no Parque Nacional do Descobrimento continua. Existem três áreas ocupadas pela tribo Pataxó no parque, reunindo aproximadamente 50 famílias. A primeira invasão aconteceu em maio e as duas últimas em agosto. Estas invasões têm deixado um clima tenso no extremo sul do Estado, os índios reivindicam, principalmente, a conclusão dos estudos de demarcação de seu território.

Para tentar resolver a questão, representantes do Ministério Público Federal, do Ibama, da Funai, da Funasa, das comunidades indígenas, ONGs ambientalistas e indígenas e proprietários rurais se reuniram no último dia 7, em Itamaraju, para discutir a ocupação e tentar resolver alguns impasses que estavam surgindo entre as partes envolvidas.

Nessa reunião ficou acordado que nos próximos 60 dias todos os envolvidos na discussão irão continuar buscando uma solução definitiva para o impasse. A Funai se comprometeu a distribuir cestas básicas e garantir a presença de um funcionário seu nas comunidades que ocupam o parque até o final de dezembro, quando deve estar concluído o levantamento do território indígena que vem sendo realizado pela antropóloga Maria do Rosário. A Funasa irá prestar assistência médica semanal aos índios. Já o Ibama irá manter a suspensão da reintegração de posse, garantir a fiscalização, atender as denúncias relacionadas com crimes ambientais e disponibilizar o acesso ao Parque às viaturas da Funai e da Funasa. Os

índios, que já devolveram o carro do Ibama e desocuparam a sede provisória de campo, se comprometeram a não ampliar as roças além das áreas determinadas no acordo. (A Tarde, 08/11/2003)

■ Pataxó denunciam racismo

Porta-vozes da Frente de Luta e Resistência Pataxó reuniram-se nos dias 19 e 20 de novembro, nas aldeias Corumbauzinho e Tibá, no município do Prado, para analisar a situação de pressão e ameaças que comunidades e lideranças indígenas vêm sofrendo, num crescente clima de hostilização e criminalização das suas lutas pela terra e seus direitos.

Um dos fatos denunciados pelas comunidades que retornaram a seu território tradicional que há quatro anos foi transformado em Parque Nacional do Descobrimento, foi o acordo a que foram pressionados a aceitar numa reunião realizada em Itamaraju no dia 6 de novembro, com representantes do Ibama e Funai.

Conforme as lideranças o acordo trata de uma manobra para colocar os índios num verdadeiro cerco, em que se chegou ao absurdo de proibir de trabalhar na terra e de transitarem sem estarem vestidos (identificados) como índios. Tudo isso sob um clima de forte pressão de que seria cumprida a liminar de reintegração de posse por parte do Ibama, contrariando uma deliberação do presidente do órgão, Marcos Barros, de que a liminar ficaria suspensa por seis meses.

Denunciaram ainda que se tratou de uma manobra no qual se forçou um acordo marcado por preconceitos, racismo e posturas inconstitucionais, como proibir o direito do índio de ir e vir da forma como sempre fazem, bem como submetê-lo a um regime humilhante de viver com cesta básica sendo proibido de trabalhar na terra. "Nós não queremos viver de cestas básicas, queremos viver com dignidade através do nosso trabalho", declarou Zé Fragoso, mostrando a rocinha que fizeram e estão impedidos de ampliá-la.

Diante desse quadro de insegurança, os Pataxó devem formalizar uma denúncia à Organização Internacional do Trabalho e a organismos de Direitos Humanos exigindo do governo brasileiro medidas imediatas que lhes garantam suas terras. Ao mesmo tempo, as lideranças se propõem a apresentar propostas de como irão viver e cuidar desta terra, "por terem consciência de que querem a mata e a vida preservada para eles e seus descendentes", afirmou Tatuáçu, cacique da aldeia Alegria Nova. (Cimi, 26/11/2003)